



MINISTÉRIO DA FAZENDA



SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Março/2011



MINISTÉRIO DA FAZENDA



SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

Brasília, março de 2011

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	3
1.2 - ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS.....	8
1.3 - ORGANOGRAMA.....	9
2 - ESTRATÉGIAS DE GESTÃO.....	12
2.1 – PRINCIPAIS OBJETIVOS E POLÍTICAS ESTRATÉGICAS DA SPE EM 2010	12
2.2 – ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA SPE	13
2.3 – ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA SPE	13
2.4 – ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO DA SPE EM 2010	14
2.5 – MAPEAMENTO DOS PROCESSOS DE TRABALHO	14
2.6 - COMISSÃO DE ÉTICA DA SPE.....	14
2.7 – MONITORAMENTO DA POLÍTICA ECONÔMICA – ATIVIDADES ATINENTES AO DECRETO DE ESTRUTURA REGIMENTAL, Nº 7.386 DE 08/12/2010.....	15
2.7.1 - <i>Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial</i>	15
2.7.2 - <i>Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros</i>	30
2.7.3 - <i>Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar</i>	38
2.7.4 - <i>Coordenação-Geral de Políticas Públicas</i>	42
2.7.5 – <i>Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária</i>	57
2.7.6 – <i>Coordenação-Geral de Meio-Ambiente e Mudanças Climáticas</i>	58
2.7.7 – <i>Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas</i>	61
2.7.8 - <i>Coordenação-Geral de Modelagem Econômica</i>	84
2.7.9 - <i>Coordenação-Geral de Política Fiscal</i>	87
2.7.10 - <i>Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica</i>	99
2.7.11 - <i>Coordenação-Geral de Políticas Sociais</i>	104
3 - PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	109
3.1 – EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	109
3.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	110
4 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	110
4.1 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA.....	110
4.2 – GESTÃO DOCUMENTAL E PROTOCOLO DA SPE	111
4.3 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	112
4.3.1 – <i>Quadro de servidores ativos</i>	113
4.4 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	114
4.4.1 - <i>Infraestrutura tecnológica</i>	115
4.4.2 - <i>Dificuldades Encontradas na área de TI</i>	116
4.4.3 – <i>Gestão da Tecnologia da Informação</i>	117
4.4.4 – <i>Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda - PDTI/MF</i>	118
4.4.5 - <i>Desafios para 2011</i>	118
4.5 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	119
4.5.1 – <i>Desempenho Orçamentário e Financeiro</i>	119
4.5.2 – <i>Programação Orçamentária das Despesas</i>	119
4.5.2.1 - <i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	119
4.5.3 - <i>Execução Orçamentária das Despesas</i>	119
4.5.3.1 - <i>Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação</i>	121
4.5.3.2 - <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	121
4.5.4 – <i>Indicadores Institucionais</i>	122
4.5.5 – <i>Considerações Gerais</i>	122
5 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	122
6 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	124
ANEXO I – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU.....	125
ANEXO II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO ÓRGÃO	128

1 – INTRODUÇÃO

O cenário macroeconômico delineado em 2010 demonstrou, de forma inequívoca, a retomada do círculo virtuoso de crescimento, interrompido em setembro de 2008, em função do recrudescimento da crise financeira internacional. Com efeito, em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou um crescimento de 7,5%, o maior nível desde 1986, em que se observou um crescimento de 7,49% do PIB.

O desempenho da economia brasileira, em 2010, permitiu a classificação do país como a 7ª maior economia mundial. Entre os países do G20, o crescimento do PIB brasileiro foi o quinto maior, superado apenas pela China, Índia, Argentina e Turquia. O crescimento do PIB brasileiro foi superior ao da Noruega (6,1%), México (5,5%), Japão (3,9%), Rússia (3,8%), Alemanha (3,6%) e Estados Unidos (2,9%), entre outros. No mesmo período, a União Européia registrou crescimento de 1,7%, enquanto Espanha e Grécia reduziram o PIB em 0,1% e 4,5%.

Com referência aos fatores condicionantes do crescimento econômico em 2010, é possível apontar o crescimento do consumo das famílias (7%), a elevação dos investimentos (21,8%) e a expansão dos gastos do governo (3,3%), ainda que, nesse último caso, em patamar inferior ao observado em 2009 (3,9%). Diante desse quadro, o crescimento da oferta ocorreu mediante incremento da atividade industrial, que registrou expansão de 10,1%, do setor de serviços, que apresentou taxa de crescimento de 5,4% e da agropecuária, com crescimento de 6,5%.

É importante observar que a retomada do crescimento econômico, em 2010, ocorreu em bases sustentáveis, eminentemente referenciadas à consolidação das diretrizes de política econômica para a política monetária – pautada pelo regime de metas de inflação e redução gradual das taxas de juros; a política fiscal, voltada ao cumprimento da meta de superávit primário e, por conseguinte, à garantia da solvência intertemporal da dívida pública; e a política cambial, por meio da manutenção do regime de câmbio flexível.

Ressalte-se que, em 2010, o Governo Federal adotou medidas voltadas à supressão gradual dos incentivos ao consumo (tributários e de liquidez), com o objetivo de elevar a capacidade de produção da economia, fomentar a execução de programas de investimento público e ampliar o crédito ao investimento privado.

A sustentabilidade do crescimento econômico pode ser aliada aos seguintes aspectos: (i) a manutenção da inflação no intervalo definido para a meta de inflação no período e, por conseguinte, a preservação da estabilidade preços, a despeito da recuperação econômica e correlatas pressões de demanda; (ii) o aumento do consumo das famílias em patamar inferior ao PIB; (iii) a alta taxa de crescimento do investimento, com destaque para as ações empreendidas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC2¹ e do Programa de Sustentação do Crescimento – PSI – considerado principal instrumento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES para incentivar a retomada dos investimentos na indústria e recuperar o setor de bens de capital; e a (iv) a ausência de desequilíbrios externos, face aos registros do balanço de pagamentos, que apurou déficit em transações correntes, equivalente a 2,28% do PIB, moderado ante o observado em diversos países; e considerável afluxo de capitais, na forma de Investimento estrangeiro direto, no valor de R\$ 48 bilhões, equivalente a 2,33% do PIB.

Ao considerarmos o efeito multiplicador e demais interações derivadas da dinâmica do crescimento em 2010, é imperioso reconhecer que a orientação da política econômica contribuiu

¹ O PAC 2 foi lançado em 29 de março de 2010 e estabeleceu a alocação de recursos no valor de R\$ 1,59 trilhão para investimentos nas seguintes áreas/programas: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; Água e Luz para Todos; Transportes; e Energia.

efetivamente para a retomada da trajetória de desenvolvimento econômico do país. Isto porque, a elevação da renda per capita do país, para US\$ 10.237(R\$ 19.016) - que representou crescimento de 6,5% em relação a 2009(R\$ R\$ 16.414,00) e de 100%, comparativamente a 1996 (R\$ 5.231) -, além de atestar evidente melhoria do padrão de bem estar da população, sugere a relevância de políticas públicas adotadas no período, cabendo mencionar: a recuperação do poder de compra da população por meio da valorização e ganho real do salário mínimo; as políticas voltadas à geração de emprego e renda que resultaram em níveis recordes de ocupação e ampliação do emprego formal; a manutenção e fortalecimento das políticas sociais de transferência de renda às famílias, que atingiu valores equivalentes a 8,8% do PIB, entre outras.

Com referência aos desafios que se impõem para os próximos anos, podemos citar, no âmbito da política monetária e creditícia, a concatenação de esforços para reduzir as taxas de juros, aumentar os investimentos e criar bases sólidas para o financiamento de longo prazo, sobretudo de setores com relevante efeito multiplicador para a economia; na esfera fiscal, torna-se importante reconhecer a necessidade de formulação de diretrizes que visem reduzir os gastos de custeio e a racionalização das despesas públicas, o que reúne elementos para promover a melhoria da qualidade dos gastos públicos; a política de comércio exterior, por sua vez, consubstancia importantes desafios, pertinentes à implementação de medidas de defesa comercial e de promoção das exportações de produtos manufaturados. Somam-se a estas, as medidas que compõem a atual agenda de governo, voltadas à redução efetiva da extrema pobreza e à promoção do crescimento econômico com inclusão social.

Nesse contexto, cumpre ressaltar as ações registradas no presente relatório, que consubstanciam as atividades da SPE, eminentemente associadas à formulação de diretrizes de política econômica com vistas à promoção do crescimento sustentado, com redução das desigualdades sociais. Sem prejuízo de outras considerações, cabe ressaltar as contribuições derivadas da análise de cenários alternativos para a evolução das principais variáveis que determinam a dinâmica prospectiva de indicadores econômicos relevantes e o balanço dos riscos associados a suas projeções; a formulação de diretrizes de política agrícola, notadamente aquelas direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar, à regularização fundiária e à sustentabilidade ambiental; e as medidas de natureza microeconômica, voltadas à elevação da capacidade produtiva do País, à criação de condições para a promoção do investimento público em áreas estratégicas, sobretudo de infraestrutura, e a melhoria do ambiente de negócios, de forma a incentivar o investimento privado e potencializar o crescimento econômico do país.

O presente relatório está organizado em seis seções, estruturados da seguinte forma: A **seção 2** destaca as Estratégias de Gestão da Secretaria no ano de 2010. É importante destacar que na **seção 2.7** apresenta-se o detalhamento de atividades desenvolvidas pela área técnica da SPE. A propósito, são expostas as seguintes informações: as atividades desenvolvidas em cada uma das Coordenações, bem como seus correlatos objetivos geral e específico, beneficiários e resultados alcançados; participação dos servidores em seminários, reuniões, exposições, visitas e conferências; pareceres e notas técnicas elaborados; minutas de atos normativos elaborados; apresentações de conteúdo técnico realizadas.

A **seção 3** contempla a descrição da execução financeiro-orçamentária do Programa de Governo sob a responsabilidade da SPE denominado "Gestão da Política Econômica".

A **seção 4** sintetiza as atividades desenvolvidas pela área de Gestão Administrativa da SPE, a saber: **Patrimônio e Logística (seção 4.1)**. A propósito, a seção descreve a rotina do setor, destacando as atividades relacionadas à administração e controle de material e patrimônio, à logística concernente a serviços de telefonia, de reprografia, de recepção, de copeiragem, de limpeza e de transporte oficial a serviço. Além disso, confere ênfase à variação patrimonial da SPE nos três últimos anos, devido à incorporação de bens adquiridos em 2009, até então não contabilizados.

Sobre a **Gestão Documental e Protocolo da SPE (Seção 4.2)**, apresenta-se síntese das atividades pertinentes à comunicação, tramitação, distribuição e arquivo na gestão documental, informando o número de servidores no desempenho dessas atividades e o fluxo de documentos expedidos e recebidos no âmbito da SPE.

Com referência à **Gestão de Recursos Humanos (Seção 4.3)** confere-se ênfase ao fato de que o gerenciamento de recursos humanos na Secretaria de Política Econômica é restrito, em função de a Secretaria não contemplar quadro próprio de servidores. Além disso, aborda questões pertinentes ao quantitativo de profissionais em atividade na SPE, ao demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas e ao quadro de servidores ativos.

A área de **Gestão de Tecnologia da Informação (Seção 4.4)** relata as atividades de infraestrutura tecnológica consolidadas no âmbito da SPE, informando a quantidade e qualidade dos equipamentos tombados como patrimônio da Secretaria. Informa, outrossim, a situação em que se encontram esses equipamentos, se tombados ou locados. Ademais, aponta os valores despendidos no custeio dessas tecnologias, indicando as necessidades e os desafios atinentes à área.

Na área de **Orçamento e Finanças (seção 4.5)** estão contidas as seguintes informações orçamentárias e financeiras: Desempenho Orçamentário e Financeiro, Programação e Execução Orçamentária da Despesa, Informações sobre os Indicadores. Somam-se a estas, atendidas no exercício, as informações contábeis da gestão e outras informações gerais.

A **seção 5** apresenta as informações referentes à Estrutura de Controles Internos da Unidade Jurisdicionada.

Por fim, a **seção 6**, apresenta informações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

O presente Relatório de Gestão apresenta ainda, dois Anexos que tratam, respectivamente, do Relatório de cumprimento de Deliberações do TCU e da Declaração do contador do órgão.

Ressalta-se que alguns itens da DN TCU nº 107/2011, Anexo II não se aplicam à natureza jurídica da Unidade, discriminados conforme abaixo:

- Composição do Quadro de Servidores Inativos e Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – A Unidade não é responsável pela gestão de cadastro de servidores inativos e pensionistas;
- Composição do quadro de estagiários - A Unidade não é responsável pela gestão do cadastro de estagiários;
- Quadro de custos associados à manutenção dos recursos humanos (Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010) - A UG responsável pela manutenção dos Recursos Humanos é a 170006 – COGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos;
- Contratos de locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços (Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva, Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra) - A UG responsável pela locação de mão de obra é a 170016– COGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- Indicadores gerenciais sobre recursos humanos – A Unidade não é responsável pela área de Recursos Humanos, sendo apenas um apoio da COGRH/SPOA/MF;
- Identificação das Unidades Orçamentárias – A unidade jurisdicionada 170250 não é UO (Unidade Orçamentária), portanto não recebe dotação originária da LOA;

- Programação de Despesas Correntes - A unidade jurisdicionada 170250 não é UO (Unidade Orçamentária), portanto não recebe dotação originária da LOA;
- Programação de Despesas de Capital - A unidade jurisdicionada 170250 não é UO (Unidade Orçamentária), portanto não recebe dotação originária da LOA;
- Quadro Resumo da Programação de Despesas - A unidade jurisdicionada 170250 não é UO (Unidade Orçamentária), portanto não recebe dotação originária da LOA;
- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ - A Unidade Jurisdicionada 170250 não pratica as modalidades de Licitação relacionadas;
- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ - A Unidade Jurisdicionada 170250 não é UO (Unidade Orçamentária), portanto não recebe dotação originária da LOA;
- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ - A Unidade Jurisdicionada 170250 não é UO (Unidade Orçamentária), portanto não recebe dotação originária da LOA;
- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - A Unidade Jurisdicionada 170250 não executou despesas de capital (Investimento);
- Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - A Inscrição e a execução dos valores em Restos a Pagar Processados e Não Processados do exercício de 2009 e 2010 ficaram a cargo das Unidades Gestoras 170016 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, tendo em vista que os recursos foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise;
- Transferências mediante convênios, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência;
- Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SINCOV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010;
- Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ;
- Informações sobre a utilização de cartões de pagamentos do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008 - A Unidade Jurisdicionada não efetuou gastos por meio do cartão corporativo do Governo Federal;
- Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006; e
- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

1.1 - Informações de Identificação

Tabela I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 1929
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Secretaria de Política Econômica		
Denominação abreviada: SPE		
Código SIORG: 001987	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 170250/00001
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Atividade meio, no âmbito da administração pública federal. Atividades finalísticas da SPE: formulação, coordenação, acompanhamento e proposição de medidas de política monetária, política fiscal, setor externo, mercado de trabalho, mercado de capitais, política industrial, política tarifária, observando os macro-objetivos do governo.		Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412-2322	(061) 3412-1793
E-mail: institucional.df.spe@fazenda.gov.br		
Página na Internet: http://www.fazenda.gov.br/spe		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco P – sala 324 CEP: 70.048-902 Brasília – DF - Brasil		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 7.386, de 8 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 9 de dezembro de 2010		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno, Portaria MF nº 116, de 17 de maio de 1996, publicada no D.O.U. de 20 de maio de 1996, com dispositivos alterados pela Portaria MF nº 304, de 30 de dezembro de 1996		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Não consta		

1.2 - Atribuições Institucionais

À SPE são conferidas atribuições institucionais, conforme disposto no Decreto de Estrutura Regimental, nº 7.386, de 8 de dezembro de 2010, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências:

Art. 26 À Secretaria de Política Econômica compete:

I - assessorar o Ministro de Estado na formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica;

II - propor diretrizes de curto, médio e longo prazo para a política fiscal e acompanhar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a sua evolução, propondo mudanças de alinhamento à política macroeconômica, quando adequado;

III - elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, novas políticas e propostas de aperfeiçoamento de políticas públicas vigentes, visando o equilíbrio fiscal, a eficiência econômica, o crescimento da economia, o desenvolvimento de longo prazo, o emprego, a inclusão social e a melhoria da distribuição de renda;

IV - analisar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento da legislação tributária e orçamentária e avaliar os seus impactos de longo prazo sobre a economia;

V - definir anualmente o conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração do Orçamento Geral da União;

VI - avaliar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de políticas relativas ao setor produtivo, incluindo políticas tributária, cambial, comercial, tarifária e de crédito, previdência complementar, seguros, níveis de emprego e renda;

VII - acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, em articulação com os demais órgãos envolvidos, e elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da economia, com foco na eficiência da administração pública e na qualidade dos impactos sobre a economia e a população;

VIII - contribuir, em articulação com os demais órgãos envolvidos, para o aperfeiçoamento e a regulação, expansão e ampliação do acesso ao crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional;

IX - formular e avaliar medidas para o desenvolvimento dos setores de previdência complementar, seguros e capitalização;

X - avaliar e propor medidas para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e exercer a função de Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais;

XI - propor alternativas e avaliar, em articulação com demais órgãos envolvidos, as políticas públicas para o sistema habitacional, visando ao aprimoramento dos mecanismos regulatórios, de concessão de crédito e financiamento e operacionais;

XII - propor, avaliar e acompanhar a formulação e a implementação de normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial, microcrédito e cooperativas, especialmente no que diz respeito ao crédito, aos mecanismos de proteção da produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado;

XIII - apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação em sua área de atuação, emitindo pareceres técnicos;

XIV - assessorar o Ministro de Estado, nos aspectos econômicos e financeiros, na política de relacionamento com organismos e entes internacionais de financiamento e de comércio;

XV - assessorar o Ministro de Estado no Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e representar o Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (CNPC);

XVI - participar da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito e assessorar o Ministro de Estado no Conselho Monetário Nacional;

XVII - elaborar o demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual;

XVIII - apurar o valor efetivo anual, para subsidiar o relatório sobre as contas do Governo da República, e avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;

XIX - elaborar anualmente o cálculo de benefícios financeiros e creditícios e encaminhar ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março de cada ano, para compor o relatório sobre as contas do Governo da República;

XX - avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;

XXI - acompanhar e analisar o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e formular diretrizes voltadas à alocação equitativa do gasto público, à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social;

XXII - desenvolver atividades voltadas à apuração do custo de oportunidade dos recursos associados a diferentes alternativas de políticas públicas e formular diretrizes para promover o aumento da efetividade e a melhoria da qualidade dos gastos públicos; e

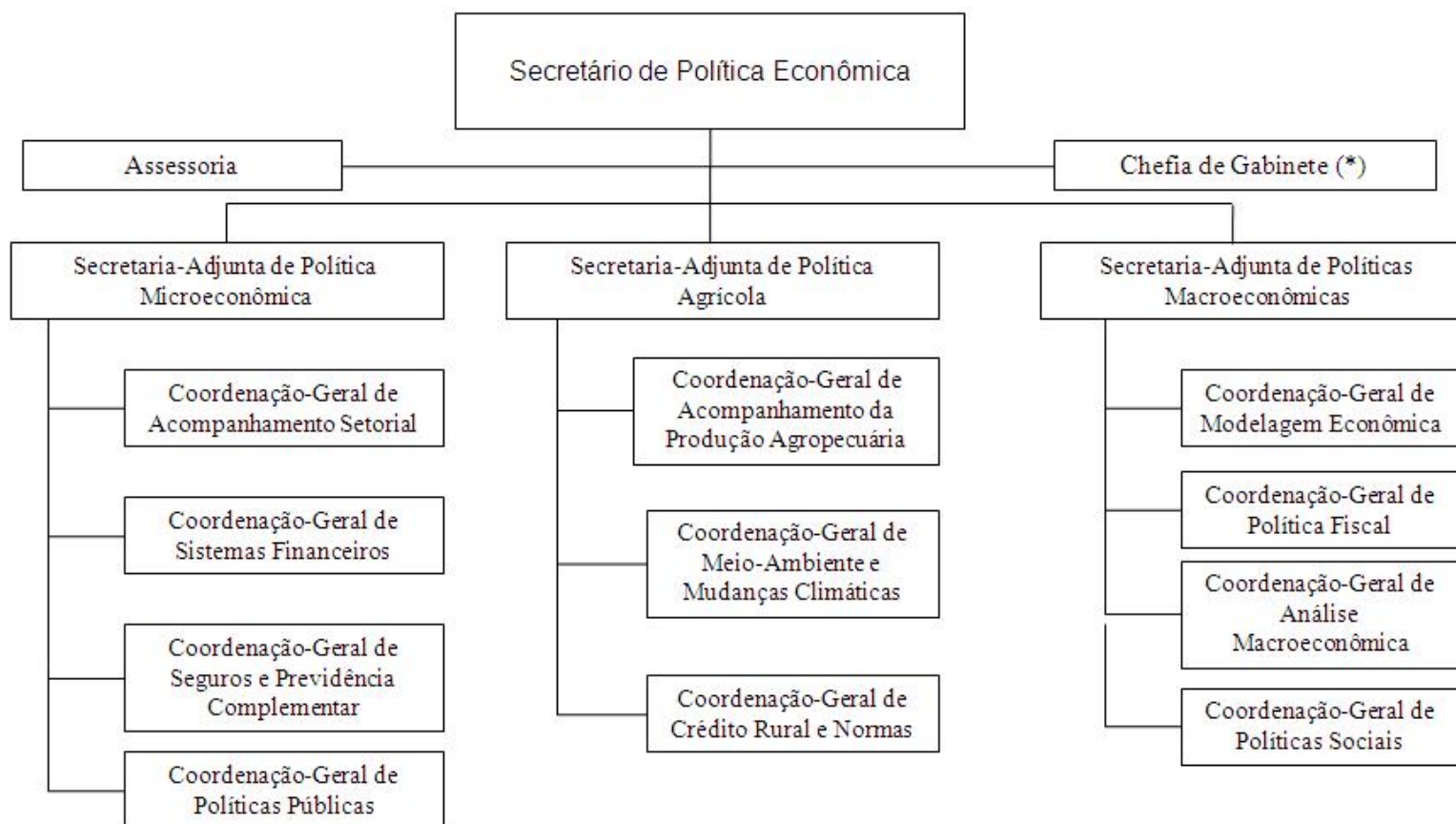
XXIII - elaborar estudos sobre a composição e evolução dos gastos públicos e propor reformas e políticas para melhorar a eficiência e a efetividade dos programas e ações governamentais.

1.3 - Organograma

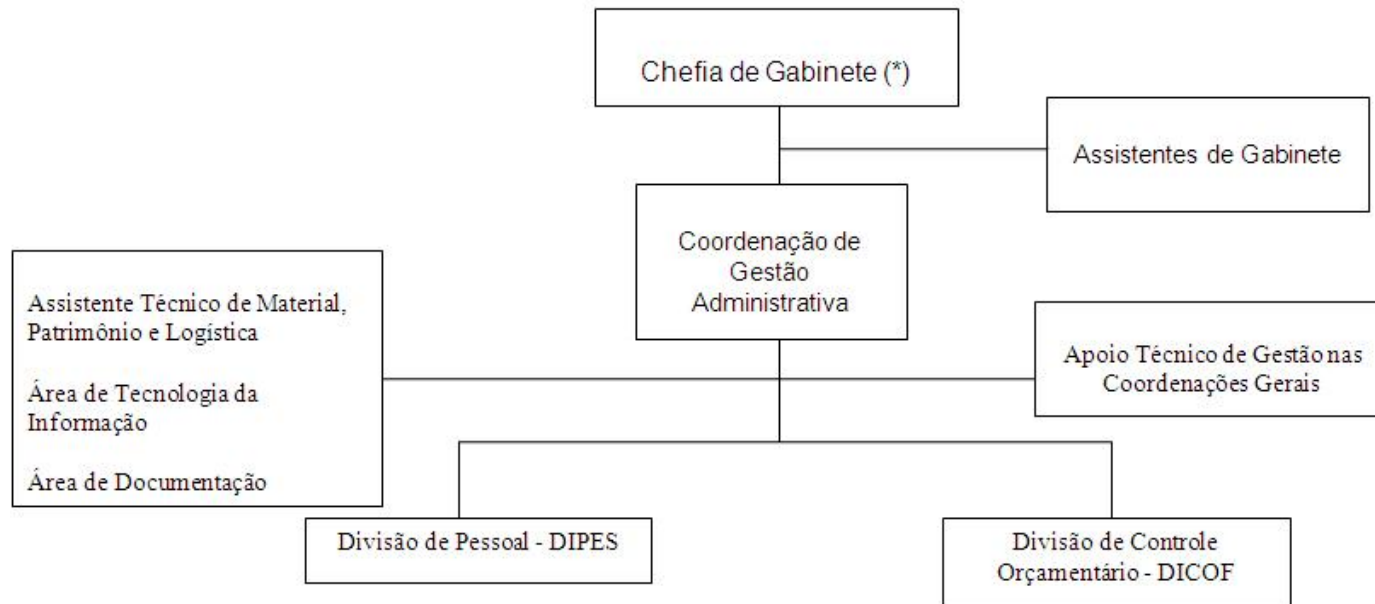
A Secretaria de Política Econômica está organizada em três grandes macroprocessos, sendo estes de políticas macroeconômicas, políticas microeconômicas e agrícola. Dentro das secretarias adjuntas há ainda a subdivisão por processos e subprocessos, executados pelas coordenações gerais e coordenações e ou divisões, de acordo com a necessidade, capilaridade e criticidade da política econômica a ser monitorada.

Segue abaixo o organograma da SPE, aprovado pelo Decreto de Estrutura Regimental nº 7.386, publicado no DOU em 09/12/10, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2010 (Decreto nº 7.391, de 13 de dezembro de 2010).

ORGANOGRAMA DA SPE (Decreto nº 7.386, de 08/12/2010)



ÁREA DE GESTÃO



2 - ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

2.1 – Principais Objetivos e Políticas estratégicas da SPE em 2010

A Secretaria de Política Econômica, durante o ano de 2010, deu continuidade à política estratégica do Governo Lula. Incrementar as políticas setoriais para criação de emprego e renda e promover a justiça social através da política fiscal justa foi um dos principais objetivos de longo prazo perseguidos na condução da política econômica do Governo do Presidente Lula.

O fomento à inovação é um dos principais papéis do Estado no desenvolvimento da Nação. Dentre inúmeras atividades de assessoria ao Senhor. Ministro da Fazenda realizadas durante o ano, à SPE cumpre destacar, como políticas estratégicas, as ações voltadas para o estudo do desenvolvimento produtivo e sustentável. Foram constituídos grupos de trabalho junto aos Ministérios finalísticos (MDIC, MME, MCT e MMA) a fim de se identificar tecnologias alternativas à utilização de combustíveis fósseis para o setor automotivo.

A SPE também empreendeu esforços no sentido de estudar medidas de política econômica voltadas ao incentivo da economia, a fim de se evitar diversos tipos de contágios à economia doméstica oriundos da crise internacional, que durante o ano ainda fizeram sentir seus efeitos em diversas partes do globo, garantindo assim a competitividade da economia brasileira. Dentre estes setores produtivos, destacam-se os seguintes setores: automotivo, moveleiro, construção civil, bens de capital e de tecnologia. Um ponto importante na política de fomento ao setor produtivo, foi a política de desoneração da folha de pagamentos, elaborada com os objetivos fundamentais de incentivar a formalização laboral, estimular a geração de emprego e de promoção da distribuição de renda.

Cumprindo, ainda, destacar como ação estratégica a constituição da Comissão Interministerial do Marco Legal da Inovação, da qual os técnicos da SPE fizeram parte, cujos resultados foram encaminhados sob a forma de relatório, contendo um conjunto de medidas a serem analisadas pela Receita Federal do Brasil.

No que tange ao desenvolvimento institucional do Estado Brasileiro, a Secretaria se dedicou ao aprimoramento das políticas de crédito rural, ao desenvolvimento institucional de mercados, tais como o de seguros e resseguros, previdência e previdência complementar privada. Trabalhou ainda no aprimoramento do marco legal do mercado de crédito imobiliário, na elaboração de diversos estudos para adoção de medidas de redução do spread e incentivo à concorrência bancária. Ainda em relação ao desenvolvimento institucional, trabalhamos também no fortalecimento do ambiente de negócios, visando à redução dos custos de transação, à eliminação de barreiras a novos investimentos, à elevação da segurança jurídica e à racionalização da execução das garantias. Cabe ressaltar ainda a participação da Secretaria em diversos grupos de trabalho da área ambiental, visando à consolidação do mercado voluntário de carbono. Os resultados serão colocados para consulta pública durante o ano de 2011.

A formulação da política econômica é voltada tanto para o setor privado como para o próprio setor público. No público, em especial, a SPE esteve dedicada à formulação de política de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais. Durante o ano de 2011, a SPE trabalhará na regulamentação de mecanismos institucionais que garantam a implementação da política.

2.2 – Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais da SPE

A Secretaria conta com qualificado suporte técnico de formulação de políticas estratégicas. As coordenações gerais estão envolvidas tanto com equipes técnicas de outros órgãos e ministérios, como internamente, vêm desenvolvendo sistemas de acompanhamento e de controle das principais variáveis macroeconômicas.

No setor agrícola, por exemplo, as equipes técnicas realizam o acompanhamento da produção doméstica e mundial, e estudos que subsidiam as ações de governo no processo de garantias de preços dos produtos agrícolas, em conjunto com as equipes técnicas do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Outras coordenações-gerais desempenham a função de acompanhar e projetar cenários, elaborando novos modelos econométricos e melhorando os já existentes. Há ainda um acompanhamento constante da conjuntura, que subsidiam a elaboração de cenários simples, de stress ou de choques diversos, contando com bancos de dados de variáveis endógenas e exógenas.

Estes modelos também permitem à Secretaria o acompanhamento e previsão dos impactos das medidas adotadas nas contas públicas, com a finalidade de subsidiar o Senhor. Ministro na correção de rumos da política fiscal do Governo. Neste sentido, vale mencionar a elaboração da grade de parâmetros utilizada para corrigir e balizar todo o orçamento geral da União, utilizado pelo Ministério do Planejamento. Vale ainda ressaltar a elaboração de estudos e cenários macroeconômicos de emissões de gases de efeito estufa, que consubstanciaram a elaboração do relatório de metas brasileiro, o qual será apresentado no COP-15.

2.3 – Análise do andamento do Plano Estratégico da SPE

Para dar materialidade a este rol de políticas, a SPE conta com uma Coordenação de Gestão Administrativa, cujas atribuições estão inseridos o acompanhamento e o gerenciamento do quadro de recursos humanos, ainda que não sejamos órgão setorial de RH, tecnologia da informação, principalmente computadores, softwares e acessos a bancos de dados, o registro e a guarda do patrimônio inscrito sob responsabilidade da Secretaria e a movimentação orçamentária e financeira.

No que tange à área de RH, a SPE conta com um quadro de 88 servidores, distribuídos em servidores efetivos, sem vínculo, estagiários e terceirizados. A SPE possui 43 cargos em comissão (DAS) e 10 funções comissionadas (FG), as quais compõem a cadeia de comando da Secretaria. A rotatividade foi considerada preocupante, ainda que efetivada em um ano atípico, pela troca de servidores das equipes: 25 profissionais passaram a integrar quadro de servidores da SPE enquanto 16 profissionais se desligaram. A estratégia para uma menor rotatividade é manter o maior número possível de servidores estáveis das carreiras fazendárias, uma vez que a SPE não possui um quadro próprio de servidores.

Outra ação de suporte que compõe a estratégia de melhoria da formação e retenção dos quadros da Secretaria é o incentivo à participação em cursos e seminários, sendo que a preferência é

dada aos cursos e seminários no Brasil, ainda que alguns temas trabalhados durante o ano de 2010 exigissem a participação de servidores em discussões internacionais.

2.4 – Análise do Plano de Ação da SPE em 2010

Inúmeras políticas estratégicas do Governo do Presidente Lula foram gestadas e elaboradas diretamente pelos técnicos da SPE, com a participação de outros órgãos. Ainda que em um ano com elevado apelo político, as políticas foram minuciosamente analisadas e seus impactos prospectados.

Vale ressaltar que esta sistemática é intrínseca aos processos de trabalho dos técnicos da SPE, o que serve para fortalecer o processo de decisão das autoridades envolvidas no comando destas políticas, notadamente do Senhor. Secretário de Política Econômica e do Senhor. Ministro da Fazenda.

Entretanto, muitas ações de suporte à gestão estratégica, infelizmente, não lograram êxito, tais como a aquisição de computadores de geração mais eficiente, a aquisição de novas versões de softwares de projeção econométrica, a elevação no número de acessos aos bancos de dados proprietários e a finalização do banco de dados da SPE (SINAPSE), que em muito facilitará a elaboração de relatórios gerenciais e, em última instância, também acarretará em substancial economia nos acessos de bancos de dados proprietários. As solicitações foram feitas ainda no final de 2009 à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, os recursos constavam do orçamento de 2009 e 2010, e a SPOA realizou as aquisições no final de 2010 que serão disponibilizadas à SPE em 2011.

2.5 – Mapeamento dos Processos de Trabalho

No ano de 2010 todos os processos da área de gestão já haviam sido mapeados e isso permitiu que a partir do segundo semestre do mesmo ano, a secretaria já pudesse iniciar um trabalho de revisão daqueles procedimentos que poderiam ser melhorados. Por sua vez, a área finalística ainda se encontrava em fase de amadurecimento e consolidação das melhores práticas de funcionamento no novo contexto de formulação e coordenação da política econômica.

2.6 - Comissão de Ética da SPE

A Comissão de Ética da SPE foi criada através da Portaria nº 21 de 06 de abril de 2010, a qual nomeou oito servidores efetivos, preservando a competência da Comissão de Ética Setorial do Ministério da Fazenda e da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

A Comissão de Ética reuniu-se durante três vezes no ano de 2010 para discutir e aprovar o seu Regimento Interno.

É importante ressaltar que durante o ano de 2010, a Comissão de Ética não recebeu qualquer denúncia e não se manifestou sobre nenhum fato mais relevante.

2.7 – Monitoramento da Política Econômica – Atividades Atinentes ao Decreto de Estrutura Regimental, nº 7.386 DE 08/12/2010

2.7.1 - Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial
(Coordenadora-Geral responsável: Hébrida Verardo Moreira Fam)

A - Regulamentação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)

Objetivo geral: atuar na formulação e acompanhamento da regulamentação da PDP

Objetivos específicos: articular as medidas institucionais necessárias para a implementação dos projetos constantes na PDP visando: (i) a definição de ações integradas que buscam mudar o patamar da indústria nacional (ii) aumentar a competitividade da indústria nacional, ampliando sua inserção externa (iii) incentivar a inovação e o avanço científico-tecnológico dos setores industriais

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

- (i) representação do Ministério da Fazenda no acompanhamento das discussões nos setores siderúrgico, mineração, aeronáutico, celulose e papel, carnes, automotivo, bens de capital, têxtil e confecções, madeira e móveis, construção civil, complexo de serviços, couro e calçados, agroindústria, plásticos;
- (ii) representação do Ministério da Fazenda na Secretaria Executiva;
- (iii) participação no delineamento de novas linhas de ação setoriais para o período de 2011 a 2014.

B - Acompanhamento do PAC

Objetivo geral: acompanhar e controlar a implantação do novo modelo de planejamento e gestão do investimento público com o objetivo de modernizar a infra-estrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento.

Objetivos específicos: articular as medidas institucionais necessárias à implementação de projetos que tenham por objetivo aumentar o ritmo de crescimento da economia nacional de forma sustentável.

Beneficiários: Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento, Ministro da Fazenda, Casa Civil da Presidência da República e Tribunal de Contas da União.

Resultados alcançados:

- (i) Participação em reuniões técnicas no âmbito das salas de situação, cujas pautas trataram de questões relacionadas aos projetos do PAC, inclusive com visitas a empreendimentos (Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco);
- (ii) Acompanhamento das medidas institucionais do PAC;
- (iii) Assessoria à Secretaria na avaliação de matérias relacionadas ao PAC;
- (iv) Elaboração de avaliação dos resultados dos projetos inseridos no PAC para atendimento ao TCU;
- (v) Subsidiar com informações pertinentes à execução do Programa os representantes do Ministério da Fazenda no âmbito do GEPAC;

- (vi) Acompanhamento e monitoramento das ações do PAC junto aos órgãos e entidades públicas que participam do Programa;
- (vii) Análise e emissão de parecer sobre matérias relacionadas ao PAC.

C - Acompanhamento de indicadores econômicos

Objetivo geral: acompanhar indicadores econômicos relativos à produção, comércio, emprego, produtividade, investimentos e comércio exterior, com foco nos setores agroindustriais

Objetivos específicos: análises conjunturais dos indicadores de produção industrial, comércio, balança comercial e preço de *commodities*

Beneficiários: Ministro da Fazenda e seus assessores, Secretário de Política Econômica e demais Secretários, equipe da Secretaria de Política Econômica

Resultados alcançados: ver tabela com o detalhamento dos informativos produzidos durante o ano.

Informativos mensais:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2010
Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE)	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais
PIM – construção civil	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
PIM – Bens de capital	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos no ano
PIM Regional	Informativo mensal da produção industrial regional	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Balança comercial (MDIC/SECEX)	Informativo mensal das exportações e importações brasileiras	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Balança comercial por setores (MDIC/SECEX)	Informativo mensal das exportações e importações brasileiras por setores econômicos	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Balança comercial (FUNCEX)	Informativo mensal dos valores, preço e volume das exportações e importações brasileiras	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Indicadores industriais CNI	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela CNI	Divulgação na primeira quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Indicadores ANFAVEA	Informativo mensal da produção, vendas e exportações de automóveis	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Índice de Atividade da FIESP	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela FIESP	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2010
Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE)	Informativo mensal dos	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
Sondagem do Consumidor e da Indústria da FGV	Informativo Mensal sobre as expectativas de consumidores e da indústria	Divulgação no último decêndio do mês	Manutenção de base de dados atualizada e divulgação interna para equipe da SPE e do Ministério quando solicitado.

Informativos semanais:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2009
Balança comercial semanal	Informativo contendo o resultado das exportações e importações semanais para acompanhamento da evolução e saldo comercial	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.
Indicadores da balança comercial	Informativo com os principais indicadores da balança comercial	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.
Indicadores do nível de atividade	Informativo com os principais indicadores econômicos	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.
Indicadores das <i>commodities</i>	Informativo com os principais indicadores do mercado de <i>commodities</i>	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.

Relatório de acompanhamento dos setores industriais:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2009
Relatório de acompanhamento dos setores industriais	Relatório de acompanhamento do desempenho dos setores industriais, contendo informações sobre produção industrial, balança comercial, capacidade instalada, preços e estoques	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-Gerais	Foi elaborado um relatório anual, com 163 páginas, analisando as informações das pesquisas industriais e de balança comercial por setores industriais (classificação PIMES)
Anuário	Tabelas de acompanhamento do desempenho dos setores industriais, contendo informações sobre nível de atividade e balança comercial	Divulgação interna e na Internet	Atualização mensal do anuário de nível de atividade e balança comercial
Apresentação de acompanhamento dos setores industriais	Apresentação com o acompanhamento do desempenho dos setores industriais, contendo informações sobre produção industrial, balança comercial, capacidade instalada, preços e estoques	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-Gerais	Foram elaboradas duas apresentações em 2010
Estimativa setorial da balança comercial por setores econômicos para o ano de 2010	Estimativa do crescimento das exportações e importações em 2010 por setores econômicos	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-gerais	Uma estimativa anual

D - Grupo de Trabalho para avaliar alternativas tecnológicas para o desenvolvimento da indústria automotiva com redução no consumo de energia e emissões

Objetivo geral: Constituir grupo de trabalho com os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério de Minas e Energia (MME) para estudar tecnologias alternativas e identificar tendências que possam estimular o desenvolvimento da indústria automotiva na utilização de energias limpas e renováveis e na redução do consumo de combustíveis e das emissões

Objetivos específicos: Propor orientações estratégicas para a elaboração de possíveis políticas públicas voltadas a estas novas tecnologias.

Beneficiários: sociedade brasileira.

Reuniões: diversas reuniões foram realizadas objetivando troca de informações, contando com a presença de diversos agentes privados e governamentais:

- Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA;
- Associação Brasileira do Veículo Elétrico – ABVE;
- Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores – FENABRAVE;
- Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para veículos automotores – SINDIPEÇAS;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC;
- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI;
- Ministério de Minas e Energia – MME;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.
- Empresa de motores elétricos WEG;
- Empresa de baterias MOURA;
- Reuniões individuais com as seguintes montadoras: Honda; Renault-Nissan; Fiat; Toyota; Peugeot-Citroen; Mercedes-Benz; Volvo; GM; MAN; Iveco; Mitsubishi; Scania; Volkswagen.

Resultados alcançados: duas apresentações enviadas à Casa Civil para discussão entre os Ministros envolvidos e o Presidente da República

E - Medidas de incentivo à economia

Objetivo geral: manutenção de algumas medidas de incentivo à economia em determinados setores que foram implementadas para minimizar os efeitos da crise financeira internacional

Objetivos específicos:

- (i) atenuar os impactos da crise internacional nos níveis de produção industrial, assegurando as condições de competitividade de nossa economia;
- (ii) incentivar o investimento na produção e na geração de empregos.

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dezembro 2010
Automóveis Decreto N° 7.222, de 29/06/2010	Manutenção das alíquotas reduzidas de automóveis de transporte de cargas até 31 de dezembro de 2010.	Publicação de 1 decreto	Vigência da desoneração dos automóveis até dezembro/2010
Móveis Decreto N° 7.145, de 30 de Março de 2010	O decreto fixou em 5% as alíquotas de IPI incidentes sobre assentos, móveis e painéis de madeira.	Foi publicado 1 decreto	Alíquotas de IPI em 5% para painéis de madeira com vigência definitiva.
Insumos da construção civil Decreto N° 7.222, 29/06/2010 Decreto N° 7.394, 15/12/2010	Manteve a redução de alíquotas de IPI de vários insumos da construção civil.	Foram publicados 2 decretos	Vigência até dezembro/2011
Bens de capital Decreto N.º 7.222 de 29/06/2010 Decreto N° 7.394, 15/12/2010	Manteve a redução de alíquotas de IPI de vários bens de capital	Foram publicados 2 decretos	Vigência até dezembro/2011
Lei n.º 12.249, 11/06/2010, arts. 15 a 17	Conversão da MP 472, de 15/12/2009, arts. 15 a 17, que prorroga até 31/12/2014 os incentivos da Lei de Informática	Foi publicada 1 Lei	Vigência até 31/12/2014
Lei n.º 12.249, 11/06/2010, artigo 20	Propõe ajustes no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS;	Foi publicada 1 Lei	-
Lei n.º 12.249, 11/06/2010, arts. 18 e 19	Desonera diversos tributos incidentes sobre remessas para o exterior, para compensar as despesas decorrentes dos acordos sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e sobre barreiras técnicas ao comércio (TBT), no âmbito da Organização Mundial do Comércio – pode-se incluir nestes acordos o Registro, Avaliação e Autorização para Substâncias Químicas (REACH) implementado pela União Européia.	Foi publicada 1 Lei	-

Lei n.º 12.249 , 11/06/2010, arts. 6 a 14 -Decreto Nº 7.243, de 26/07/2010	Cria o Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) e institui o Regime Especial para Aquisição de Computadores para uso Educacional (RECOMPE). O objetivo do PROUCA é o de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador (<i>software</i>) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.	Foi publicada 1 Lei e 1 decreto de regulamentação	-
Lei n.º 12.218 , 30/03/2010	Conversão da MP 471, de 20/11/2009, que prorrogou incentivos fiscais para a indústria automotiva brasileira, notadamente para as empresas do setor instaladas ou que viessem a se instalar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	Foi publicada 1 Lei	Vigência até 31/12/2015
Decreto 7.422 , de 31/12/2010.	Regulamentação da Lei 12.218 que trata de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional	Foi publicada 1 Lei	-
Lei n. 12.305 , 2/08/2010 Decreto Nº 7.404 , de 23/12/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;	Foi publicada 1 Lei e 1 decreto de regulamentação	-
Lei n.12.350 , de 20/10/2010 – artigo 42 (conversão da Medida Provisória n.º 497, de 27/07/2010 – artigo 10)	Implementa a eliminação gradual do redutor da Tarifa Externa Comum – TEC, previsto no artigo 5º da Lei 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, incidente na importação de autopeças destinadas aos processos produtivos das empresas montadoras e dos fabricantes de autoveículos, e os destinados ao mercado de reposição	Foi publicada 1 Lei	-
Instrução Normativa RFB nº 1.026 , de 16 de abril de 2010	Setor vinícola - participação nas discussões com o setor e com a Receita Federal sobre impactos da implantação do selo fiscal	-	-

F - Participação em Comitês e Conselhos: Participação no Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPEs)

Objetivo geral: a proposta da criação de ZPEs foi instituída na Lei 11.508, de 20/07/2007, com o objetivo de reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Objetivos específicos: assessorar o Secretário-Adjunto que participa do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT do CZPE.

Beneficiários: as regiões onde serão instaladas as ZPEs e as futuras empresas exportadoras.

Resultados alcançados:

- (i) Decreto de 27/01/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Suape, no Estado de Pernambuco;
- (ii) Decreto de 10/06/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE no Município de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte;
- (iii) Decreto de 10/06/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Sertão, no Município de Assú, no Estado do Rio Grande do Norte;
- (iv) Decreto de 16/06/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará;
- (v) Decreto de 30/06/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Aracruz, no Município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo;
- (vi) Decreto de 30/06/2010, que cria Zona de Processamento de Exportação - ZPE, no Município de Senador Guimard, no Estado do Acre;
- (vii) Decreto de 30/06/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Boa Vista, no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima;
- (viii) Decreto de 30/06/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Bataguassu, no Município de Bataguassu, no Estado de Mato Grosso do Sul;
- (ix) Decreto de 30/06/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Fernandópolis, no Município de Fernandópolis, no Estado de São Paulo;
- (x) Decreto de 30/06/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Parnaíba, no Município de Parnaíba, no Estado do Piauí;
- (xi) Decreto de 22/12/2010, que retifica a área total da Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Aracruz, no Município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo, criada pelo Decreto de 30 de junho de 2010;
- (xii) Decreto de 22/12/2010, que cria a Zona de Processamento de Exportação - ZPE de Barra dos Coqueiros, no Município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe;
- (xiii) Setor de Transformados plásticos - Participação nas discussões com o setor e com a Receita Federal sobre possíveis medidas de estímulo ao setor - em andamento;
- (xiv) Setor de mineração - Participação nas discussões com o setor sobre a redefinição de tributação na cadeia, buscando o aumento da geração de valor agregado. - em andamento.

G - Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN)

Objetivo geral: a indústria de construção naval é considerada um setor estratégico da economia nacional, desta forma o governo brasileiro vem adotando medidas que possam fomentar esta indústria.

Objetivos específicos: garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance de estaleiro brasileiro.

Beneficiários: setor da construção naval.

Resultados alcançados:

- Elaboração do Decreto de regulamentação do FGCN (publicado em janeiro/2010), assim como do seu estatuto, regimento interno e regulamento.

H - Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal da Inovação

Objetivo geral: identificação e a proposição de medidas de interesse comum que contribuam para a implementação e aperfeiçoamento da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação), e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem).

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira.

Resultados alcançados: estudo das medidas e elaboração de parecer encaminhado à Receita Federal do Brasil.

I - Grupo Técnico – Empresas estratégicas

Objetivo geral: grupo técnico formado no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República com o objetivo de estabelecer o perfil de empresas consideradas como estratégicas e analisar a viabilidade de apoio institucional a essas empresas.

Beneficiários: sociedade brasileira.

Resultados alcançados: participação na elaboração de um relatório que será apresentado à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN).

J - Comitê Gestor Interministerial de Subvenção ao Prêmio do Seguro-Garantia

Objetivo geral: a indústria de construção naval é considerada um setor estratégico da economia nacional, desta forma o governo brasileiro vem adotando medidas que possam fomentar esta indústria.

Objetivos específicos: representar o Ministério da Fazenda no Comitê, que tem como objetivos principais:

- (i) definir as diretrizes e prioridades da política de subvenção ao prêmio do seguro-garantia, observada a dotação orçamentária;
- (ii) deliberar sobre o percentual máximo da subvenção ao prêmio do seguro-garantia;
- (iii) aprovar as condições técnicas e operacionais específicas para a implementação e operacionalização da concessão dos benefícios; dentre outros.

Beneficiários: setor da construção naval.

Resultados alcançados: 1 reunião em 2010.

Participações da equipe em seminários, exposições, visitas, conferências:

DATA	LOCAL	EVENTO	PARTICIPANTE
16/3/2010	São Paulo (SP)	Reunião do Grupo de Trabalho do Fórum de Competitividade da Cadeia Plástica na sede da ABIPLAST	Bruno
18/03/2010	São Paulo (SP)	Discussão na ANFAVEA sobre “ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO CARRO ELÉTRICO NO BRASIL” - convite do ex-Ministro João Paulo dos Reis Veloso	Hébrida
06/04/2010	São Paulo (SP)	Subgrupo de Modelo Tributário do Programa de Melhoria da Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia Nacional de Fornecedores de Bens e Serviços da PETROBRAS - Convite do Ministério do Planejamento	Hébrida
14/04/2010 a 16/04/2010	São Paulo (SP)	Congresso Brasileiro do Aço - Transamérica Expo Center	André
27/04/2010	São Paulo (SP)	Reunião da Comissão de Assuntos Tributários da Abiquim - Associação Brasileira de Indústria Química	Luciane
28/06/2010 a 30/06/2010	Auditório MDIC – Brasília (DF)	Workshop sobre Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC	André
11 e 12/05/2010	Sede do BNDES Rio de Janeiro (RJ)	Oficina de Trabalho sobre Veículos Elétricos	Hébrida e José Renato
30/06/2010 a 1º/07/2010	Foz do Iguaçu (PR) Curitiba (PR) e Jaraguá do Sul (SC)	Visita técnica às instalações do Projeto de Veículo Elétrico da Itaipu Binacional, ao Parque Tecnológico Itaipu (PTI), empresa Oxxor, Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC) e à empresa WEG - Equipamentos Elétricos e conhecimento do protótipo do veículo elétrico Pompeo	José Renato
19-10-2010	São Paulo (SP)	Participação no Workshop Ford de Eletrificação Veicular e Sustentabilidade	Bruno
Dias 28-10-2010 a 29/10/2010	Caçapava (SP) Taubaté (SP) Itajubá (MG)	Visita à 12ª. Brigada de Infantaria Leve do Exército (Aeromóvel), ao Comando de Aviação do Exército e à Fábrica de Armas da IMBEL.	José Renato
04/11/2010	São Paulo (SP)	Acompanhar o Secretário- Adjunto de Política Econômica, Dyogo Oliveira, numa reunião com diretores e representantes da ANFAVEA para discutir as expectativas da associação em relação à inserção de novas tecnologias (veículos elétricos/ híbridos) na indústria automotiva e visita ao Salão do Automóvel	Hébrida
11/11/2010	Belo Horizonte (MG)	Participação no VI FÓRUM TENDÊNCIAS EM ENGENHARIA E TECNOLOGIA DA MOBILIDADE promovido pela SAE Brasil – Seção MG no painel “Sustentabilidade – Motores pesados movidos a etanol; Tendências, incentivos e testes de veículos híbridos e elétricos; Motor a diesel movido a etanol aditivado”	Hébrida

Pareceres e Notas Técnicas elaborados pela equipe

DATA	DOCUMENTO	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
09/02/2010	Parecer n° 16/2010	Exposição de Motivos n° 020/MT, 1°/10/09, que cria o PROFROTA FLUVIAL.	José Renato
09/02/2010	Parecer n° 17/2010	PL n.º 5.156/2009, que altera a tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física.	Luciane
11/02/2010	Nota n° 8/2010	Propostas diversas sobre proteção de empregos e direitos sociais, encaminhadas à Casa Civil, pelos representantes das entidades empresariais e de trabalhadores e das instituições do Estado do Rio Grande do Sul.	Mandai
23/02/2010	Parecer n° 28/2010	Projeto de Lei n° 5594/2009, que dispõe sobre dedução das contribuições para PIS/COFINS e CIDE-combustíveis, que compõem o preço do óleo diesel, pagos por transportadores de minérios. Autoria: Deputado Bilac Pinto.	Mandai
23/02/2010	Nota n° 9/2010	Proposta de desoneração das contribuições ao PIS e da COFINS incidentes sobre produtos da cesta básica ampliada.	Mandai
04/03/2010	Parecer n° 31/2010	Propostas de medidas para desoneração tributária da geração de energia nuclear – Ofício n° 1.238/2009/SE-MME, de 03 de julho de 2009 e CTA-PR Eletrobrás n° 6.145/2009, de 25 de junho de 2009.	Hébrida
04/03/2010	Parecer n° 33/2010	Medida Provisória n° 472, de 2009 – Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional – RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante – FMM para financiamento de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; altera a redação da Lei n° 11.948, de 16 de junho de 2009; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; e dá outras providências.	Hébrida
05/03/2010	Parecer n° 39/2010	Medida Provisória n° 478, de 2009 – Dispõe sobre a extinção da Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação SH/SFH, altera a legislação tributária relativamente às regras de preços de transferência, e dá outras providências.	Hébrida
08/03/2010	Parecer n° 40/2010	Desoneração da Folha para o setor de software e TI.	Delfino
09/03/2010	Parecer n° 42/2010	PL n° 5.961/2009, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no Município de Tefé, Estado do Amazonas.	Bruno
09/03/2010	Parecer n° 43/2010	PL n° 5.960/2009, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Humaitá, Estado do Amazonas.	Bruno
09/03/2010	Parecer n° 44/2010	PL n° 5.985/2009, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.	Bruno
09/03/2010	Parecer n° 45/2010	PL n° 5.962/2009, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Boca do Acre, Estado do Amazonas.	Bruno

09/03/2010	Parecer 46/2010	n°	PL n° 5.959/2009, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.	Bruno
09/03/2010	Parecer 47/2010	n°	PL n° 6.174/2009, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Campinas, Estado de São Paulo.	Bruno
09/03/2010	Parecer 48/2010	n°	PL n° 5.957/2009, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas.	Bruno
09/03/2010	Parecer 49/2010	n°	PL n° 6.284/2009, que cria a Área de Livre Comércio no Município de Tucuruí, PA.	Luciane
11/03/2010	Parecer 51/2010	n°	Comportamento da indústria automobilística em 2009.	Hébrida
12/03/2010	Parecer 52/2010	n°	Proposta de alteração da definição de empresa preponderantemente exportadora nos regimes especiais de tributação.	Luciane
12/03/2010	Parecer 53/2010	n°	PL n° 5.111/2009, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Sorriso, Estado do Mato Grosso.	Bruno
12/03/2010	Nota n° 14/2010		Exclusão receita exportação do SIMPLES.	Luciane
17/03/2010	Parecer 57/2010	n°	Desoneração da Folha para o setor de software e TI.	Delfino
26/03/2010	Parecer 66/2010	n°	Prorrogação do IPI de móveis e Painéis de Madeira.	Antônio Elias
30/03/2010	Nota n° 16/2010		Ressarcimento de créditos aos exportadores.	Luciane
01/04/2010	Parecer 75/2010	n°	Análise de proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a política nacional para o aproveitamento de recursos minerais, a criação do Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM e dá outras providências.	Inácio
01/04/2010	Parecer 77/2010	n°	Indução ao investimento em complexos cinematográficos pela desoneração de PIS/COFINS.	Luciane
05/04/2010	Parecer 81/2010	n°	PL n° 6.194/2009, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.	Bruno
12/04/2010	Parecer 87/2010	n°	Incentivos fiscais construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.	Luciane
13/04/2010	Nota n° 22/2010		Proposta de Emenda ao PLV n° 1, de 2010, da MP 472/2009.	Mandai
03/05/2010	Parecer 100/2010	n°	Alíquotas de Importação para autopeças constantes da Tarifa Externa Comum.	José Renato
03/05/2010	Nota n° 25/2010		Imposto de Exportação sobre o minério de ferro.	Inácio
27/05/2010	Parecer 117/2010	n°	Projeto de Lei de Conversão n° 0001, de 2010 – Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; cria o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional – RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira – RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; altera as Leis n°s 11.948, de 16 de junho de 2009; 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996,	Hébrida

			10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.977, de 7 de junho de 2009; revoga dispositivos das Leis n°s 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, 5.025, de 10 de junho de 1966, e 6.704, de 26 de outubro de 1979; e dá outras providências – texto encaminhada para sanção presidencial.	
31/05/2010	Parecer 123/2010	n°	Projeto de Lei n° 6740, de 2010, dispondo sobre a inclusão de gás liquefeito de petróleo na cesta básica e dá outras providências. Memorando n° 683/AAP/GM-MF, 13.05.2010.	Mandai
14/06/2010	Parecer 142/2010	n°	Criação de Área de Livre Comércio no Município do Oiapoque e outras providências.	Luciane
17/06/2010	Parecer 147/2010	n°	Criação de Área de Livre Comércio no Município de Santarém.	Luciane
17/06/2010	Parecer 148/2010	n°	Prorrogação das alíquotas reduzidas de IPI para Caminhões e Comerciais Leves.	José Renato
18/06/2010	Parecer 155/2010	n°	Bens de capital – prorrogação IPI reduzido.	Luciane
21/06/2010	Parecer 157/2010	n°	Análise da Tarefa SIGOV n° 20.214: acompanhamento do setor automotivo para verificar a repercussão sobre o emprego do fim dos incentivos fiscais adotados durante a crise econômica.	Inácio
23/06/2010	Parecer 161/2010	n°	Proposta de prorrogação da redução do IPI para Material de Construção.	André
06/07/2010	Parecer 170/2010	n°	PL n.º 7.005/2010, que cria Área de Livre Comércio no Município de Oiapoque, no Estado do Amapá.	Bruno
06/07/2010	Parecer 171/2010	n°	PL n.º 7.225/2010, que dispõe sobre a criação e Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.	Bruno
06/07/2010	Parecer 172/2010	n°	PL n.º 7.176/2010, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins.	Bruno
09/07/2010	Parecer 175/2010	n°	Medida Provisória n° 487, de 2010, que “Altera a Lei n° 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social – BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; afasta a incidência de restrição à contração de novas dívidas pelos Estados na hipótese de revisão do programa de ajuste fiscal em virtude de crescimento econômico baixo ou negativo; autoriza a União a permutar ações de sua propriedade por participações societárias detidas por entidades da administração pública federal indireta, a deixar de exercer e a ceder o seu direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital de sociedades de economia mista federais, a emitir títulos da dívida pública mobiliária federal em substituição de ações de sociedades de economia mista federais detidas pelo Fundo de Garantia à Exportação – FGE, e a realizar aumento de capital em empresas estatais, mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital; altera a Lei n° 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências”.	Hébrida
12/07/2010	Parecer 177/2010	n°	Redutor incidente sobre as alíquotas do Imposto de Importação para autopeças constantes da Tarifa Externa Comum.	José Renato

16/07/2010	Parecer 183/2010	n°	Correspondências da ANFAVEA sobre o redutor incidente sobre as alíquotas do Imposto de Importação para autopeças constantes da Tarifa Externa Comum.	José Renato
20/07/2010	Parecer 184/2010	n°	PL n.º 203/1991 (PLS n.º 354/1989, na origem) – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Luciane
27/07/2010	Parecer 193/2010	n°	Proposta de reclassificação fiscal do papel sintético.	Antônio Elias

02/08/2010	Parecer 196/2010	n°	PL n.º 7.078/2010, que dispõe sobre isenção de IPI incidente sobre maquinaria, nas condições que estabelece.	Luciane
02/08/2010	Parecer 197/2010	n°	Bens de capital – eliminação dos incentivos fiscais concedidos na importação.	Luciane
04/08/2010	Parecer 200/2010	n°	Solicitação de prorrogação de prazo para implantação de Selo de Controle Fiscal para vinhos nacionais.	Mandai
09/08/2010	Parecer 208/2010	n°	PLS n.º 185/2010, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Cristalina, Estado de Goiás.	Luciane
10/08/2010	Parecer 209/2010	n°	RECAP – Redução do percentual exigido de para fins de cumprimento do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP.	Bruno
16/08/2010	Parecer 217/2010	n°	PLS n.º 143/2010, que cria a Área de Livre Comércio no Município de Santarém, no Estado do Pará.	Luciane
17/08/2010	Parecer 221/2010	n°	Estímulo às Exportações de Máquinas Agrícolas para a América Latina.	José Renato
20/08/2010	Parecer 226/2010	n°	Correspondência SINDIPEÇAS – ABIPEÇAS sobre o redutor incidente sobre as alíquotas do Imposto de Importação para autopeças constantes da Tarifa Externa Comum.	José Renato
20/08/2010	Parecer 227/2010	n°	Correspondência da Prefeitura de São Bernardo do Campo.	José Renato
03/09/2010	Parecer 233/2010	n°	Estudos sobre a composição dos custos de construção de vagão nacional e importado da China para metrô.	José Renato
20/09/2010	Parecer 239/2010	n°	Pedido de suspensão temporária de cobrança de IPI incidente na comercialização no mercado interno do açúcar produzido na Região Nordeste, como medidas de apoio ao setor sucroenergético da região Nordeste. Autoria: Governadores dos Estados de Alagoas e Pernambuco.	Mandai
30/09/2010	Parecer 250/2010	n°	PLS n.º 545/2009 – Altera a Lei n° 5.709/1971, e a Lei n° 6.634/1979, para estabelecer a participação do CZPE nos processos administrativos relativos à aquisição de imóvel rural por estrangeiro e à implantação de empreendimentos industriais na Faixa de Fronteira, e dá outras providências.	Luciane
18/10/2010	Parecer 255/2010	n°	Inclusão de Produto no Programa de Inclusão Digital. Aviso n° 150/MCT de 23/09/2010.	Delfino
22/10/2010	Parecer 262/2010	n°	Regulamentação da Lei n° 12.218, de 30 de março de 2010, que dispõe sobre incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.	José Renato
28/10/2010	Parecer 264/2010	n°	PL n.º 7.605/2010 - Altera a redação do art. 1º da Lei n.º 11.508/2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação.	Luciane
28/10/2010	Parecer 266/2010	n°	Solicitação de manutenção da sistemática de tributação cumulativa para obras de construção civil.	André
28/10/2010	Parecer 267/2010	n°	ICMS – Atualização da legislação constantes no Convênio ICMS 100/97, contemplando os Condicionadores de Solo e os Substratos para Plantas entre as categorias de insumos agrícolas beneficiadas	Mandai

			com a redução da base de cálculo nas saídas interestaduais.	
24/11/2010	Parecer 276/2010	n°	Prorrogação da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de capital.	Luciane
29/11/2010	Parecer 278/2010	n°	Proposta de prorrogação da redução do IPI para material de construção.	Luciane
01/12/2010	Parecer 280/2010	n°	Prorrogação das alíquotas reduzidas de IPI para caminhões e comerciais leves.	Hébrida
02/12/2010	Parecer 286/2010	n°	Inclusão de produto no Programa de Inclusão Digital. Aviso 150/MCT – 23/09/2010. Ofício GAB/SEPIN 513/2010.	Delfino
07/12/2010	Parecer 290/2010	n°	Projeto de Lei de Conversão n.º 11, de 2010 (MP n.º 497/2010) Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização no Brasil da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica nas empresas; altera as Leis nos 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.887, de 18 de junho de 2004, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, os Decretos-Leis n.ºs 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976; e revoga dispositivos das Leis nos 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.	Mandai, Luciane
10/12/2010	Nota n° 58/2010		Novas tecnologias automotivas.	André, Bruno, José Renato
15/12/2010	Parecer 297/2010	n°	Regulamentação da MP 512/2010 – norma complementar	José Renato
17/12/2010	Parecer 301/2010	n°	Medida Provisória n° 510, de 2010 (Emendas), que “Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio, dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória n° 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol – RECOM; acresce dispositivos à Lei n° 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências”.	Luciane
21/12/2010	Parecer 303/2010	n°	PLV 16/2010 (MP n.º 449/2010, origem) - Altera a Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003; transforma Funções Comissionadas Técnicas em cargos em comissão, criadas pela Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; altera a Medida Provisória n° 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis n.ºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.941, de 27 de	Luciane

		maio de 2009, 8.685, de 20 de julho de 1993, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivo da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	
24/12/2010	Parecer nº 306/2010	Manifestação sobre o PLS 240/2001, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13-9-1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, além de dar outras providências, em fase de sanção presidencial.	Inácio
24/12/210	Parecer nº 307/2010	PL 2007/00345 – Origem PLS 2005/00372. Memorando 1681/AAP/GM-MF de 21/12/2010.	Delfino

2.7.2 - Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros
(Coordenador-Geral responsável: Esteves Pedro Colnago Junior)

A – Desenvolvimento e Alongamento do Mercado de Títulos Privados

Objetivo geral: Adoção de medidas de incentivo ao alongamento de prazo na captação de recursos no mercado de títulos privados como meio de financiamento de investimentos de médio e longo prazos, como alternativa às linhas de crédito do BNDES, com vistas a sustentar o forte crescimento do investimento no Brasil.

Objetivo específico: As medidas visam primordialmente a redução dos custos de emissão de títulos privados, a simplificação de procedimentos e o aumento da liquidez no mercado secundário, sendo dada atenção especial ao setor de infra-estrutura devido aos grandes desafios que o Brasil enfrentará nessas áreas nos próximos anos com o desenvolvimento do PAC, do Pré-sal e dos eventos esportivos.

Beneficiários: mercado de capitais brasileiro, investidores de longo prazo no setor produtivo e em infra-estrutura.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação dez/2010
1. Desoneração do Imposto de Renda sobre Títulos Privados de Renda Fixa	Redução a zero a alíquota de IR sobre rendimentos de títulos privados de <u>longo prazo</u> emitidos por pessoas jurídicas (PJ) não financeiras, pagas a não residentes	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 1º)	Em trâmite no Congresso Nacional
2. Desoneração do Imposto de Renda sobre debêntures de infra-estrutura	Estende o benefício da alíquota zero de IR às pessoas físicas (PF) e atribui alíquota definitiva de 15% às PJ, ambas residentes, para títulos privados de <u>longo prazo</u> , emitidos por sociedade de propósito específico (SPE) constituída para projetos de investimento na área de infra-estrutura considerados prioritários pelo Governo Federal	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 2º)	Em trâmite no Congresso Nacional
3. Desoneração do IR para cotistas de fundos	Concessão, aos cotistas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento, com, respectivamente,	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 3º)	Em trâmite no Congresso Nacional

investimentos que apresentarem majoritariamente debêntures de infra-estrutura	85% e 95% das carteiras representadas por debêntures de infra-estrutura, dos mesmos benefícios tributários atribuídos aos adquirentes diretos de tais títulos, a saber: (i) alíquota zero para não residentes e PF; e (ii) alíquota definitiva de 15% para PJ		
4. Aprimoramento da legislação do Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (FIP-IE)	Flexibilização de alguns requisitos para incentivar a formação de FIP-IE, com destaque a: (i) redução do número mínimo de cotistas de 10 para 5; (ii) elevação da participação máxima de cada cotista de 20% para 40% do total das cotas emitidas e dos rendimentos do fundo; e (iii) exclusão da exigência do período mínimo de permanência de 5 anos para que as PF usufruam da isenção do IR sobre os rendimentos auferidos	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 4º), que altera dispositivos da Lei nº 11.478, de 29.05.2007	Em trâmite no Congresso Nacional
5. Ajuste da tributação sobre rendimentos periódicos pagos por títulos de renda fixa (eliminação da bi-tributação)	Ajuste na incidência do IR sobre os rendimentos periódicos pagos por títulos de renda fixa de forma que ocorra somente sobre o rendimento efetivamente auferido pelo detentor do título, ou seja, juros acumulados ao longo do tempo de permanência do título com o investidor	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 5º)	Em trâmite no Congresso Nacional
6. Atualização da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976) no capítulo referente às debêntures	Alteração de alguns dispositivos da Lei das S/A de forma a facilitar e incentivar a emissão de debêntures pelos agentes privados, tendo as alterações sido objeto de prévia discussão com o mercado e com a CVM	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 6º), que altera os arts. 55, 59 e 66 da Lei das S/A	Em trâmite no Congresso Nacional
7. Possibilidade da correção monetária em debêntures e letras financeiras em periodicidade inferior a 1 ano	Edição de artigo em texto legal dando às debêntures e às letras financeiras a prerrogativa de serem corrigidas monetariamente em periodicidade inferior a 1 ano	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 7º)	Em trâmite no Congresso Nacional
8. Criação da Letra Financeira (LF)	A Letra Financeira é título de crédito que consiste em promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação, emitida exclusivamente pelas instituições financeiras sob a forma escritural, para viabilizar nova fonte de captação de longo prazo para o financiamento de operações de investimento	Criada nos termos da MP nº 472, de 15.12.2009, convertida na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 (arts. 37 a 42), e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.836, de 25.02.2010	
9. Emissão da Letra Financeira pelo BNDES	Autorização ao BNDES emitir Letra Financeira até o limite de uma vez o seu Patrimônio de Referência, nível I	Pela Resolução CMN nº 3.933, de 16.12.2010	

B – Aprimoramento do Marco Legal do Mercado de Crédito Imobiliário

Objetivo geral: fomentar o mercado de crédito imobiliário

Objetivo específico: estimular o desenvolvimento do financiamento privado à construção civil, por meio da introdução e aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito e securitização, ampliação da atuação do poder público no fomento à produção e aquisição de habitação popular, melhoria da segurança jurídica para mutuários e financiadores e instituição de um regime tributário mais eficiente.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente e mutuários de financiamentos habitacionais, setores produtivos da cadeia da construção civil, setor bancário, empreendedores da construção civil e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação dez/ 2010
1. Aperfeiçoamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	Alteração na Lei nº 11.977, de 07.07.2009, que dispõe sobre o PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e nas Leis nºs 10.188, de 12.02.2001, 6.015, de 31.12.1973, 6.766, de 19.12.1979, e 4.591, de 16.12.1964	Por meio da Medida Provisória nº 514, de 01.02.2010	Em trâmite no Congresso Nacional
2. Preservação da cobertura dos mutuários segurados pelo Seguro Habitacional do SFH (SH/SFH) quanto à indenização nas ocorrências de morte e invalidez e de responsabilidade civil e na recuperação dos imóveis nas ocorrências de danos físicos	Autorização ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir, na forma disciplinada pelo Conselho Curador do FCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH) e oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, de forma a não prejudicar os mutuários que possuem direito ao pagamento de indenização e permitir a recuperação de direitos do SH/SFH pelo FCVS	Pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010	Em trâmite no Congresso Nacional
3. Regulamentação da Lei n.º 11.922/2009 que criou incentivos para que as instituições financeiras saneiem pendências decorrentes de contratos desequilibrados no SFH assinados basicamente nas décadas de 1980/90, de modo a resguardar os níveis de confiança no sistema	1. Faculdade de cômputo no direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança dos descontos concedidos pelas instituições financeiras do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), nas renegociações de contratos desequilibrados de que trata a Lei n.º 11.922/2009, pelo prazo de 12 meses, com redução gradativa à razão de 1/36 a partir do 13º mês de assinatura do aditivo contratual. 2. alteração no Regulamento anexo à Resolução nº 3.347/2006 para contemplar no cálculo do direcionamento de depósitos de poupança: (i) a aquisição de Letra de Crédito Imobiliário/Letra Hipotecária (LCI/LH); e (ii) o financiamento de imóveis em construção nas condições do SFH	Aprovação pela Resolução CMN nº 3.841, de 25.02.2010	
4. Incentivo à securitização de créditos imobiliários como forma de ampliação de <i>funding</i> para financiamentos no setor imobiliário	Manutenção dos créditos imobiliários cedidos às securitizadoras no cômputo do direcionamento da captação de poupança com exclusão gradual ao ritmo de 1/36 a cada posição mensal, além de outras alterações nas regras de direcionamento disciplinadas pela Resolução nº 3.347, de 08.02.2006,	Aprovação pela Resolução CMN nº 3.932, de 16.12.2010, que revogou a Resolução nº 3.347/2006	
5. Construção do índice de valorização dos imóveis	Tal iniciativa é de grande importância para o acompanhamento do crescimento do setor imobiliário e para uma melhor aferição da solidez de tal crescimento.		Minuta de Decreto já saiu do MF e se encontra no SIDOR

C - Medidas de Redução do Spread e de Incentivo à Concorrência Bancária

Objetivo geral: ampliar o acesso e reduzir o custo do crédito.

Objetivos específicos: estimular a expansão do crédito privado, por meio da criação de ambiente propício para redução do *spread* bancário e pelo incentivo à concorrência bancária.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e trabalhadores do setor formal, empresas, tomadores de crédito em geral, rede bancária e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação dez/2010
1. Proposta de regulamentação da constituição do histórico de crédito, com informações de adimplemento e inadimplemento (cadastro positivo)	Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a delinear o perfil do comportamento financeiro do consumidor pela valorização do pagamento em dia de seus compromissos	O PLS nº 263/2004 do Senador Tourinho foi aprovado pelo Congresso Nacional em dez/2010, mas sofreu veto presidencial. Ato contínuo, o Poder Executivo encaminhou a Medida Provisória nº 518, de 30.12.2010	Em trâmite no Congresso Nacional a MP nº 518/2010
2. Regulamentação das tarifas bancárias e de serviços de cartão de crédito	Alteração e consolidação de normas sobre tarifas bancárias em geral e em especial sobre os serviços de cartão de crédito	Aprovação da Resolução nº 3.919, de 25.11.2010, em substituição à Resolução nº 3.518/2007	
3. Alteração do regime de tributação de Operações Levadas a Prejuízo Posteriormente Renegociadas	Permitir que a incidência de IR e CSLL, nas operações de renegociação de operações de crédito com pessoas físicas em valor de até R\$ 30 mil e nas operações de financiamento rural, ocorra no momento do efetivo pagamento da operação renegociada	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 8º), que altera o art. 12, da Lei nº 9.430/1996	Em trâmite no Congresso Nacional

D - Fortalecimento do Ambiente de Negócios

Objetivo geral: reduzir os custos de transação, eliminar barreiras a novos investimentos, elevar a segurança jurídica e racionalizar o processo de execução de garantias.

Objetivos específicos:

- (i) conferir maior segurança jurídica e previsibilidade ao ambiente de negócios;
- (ii) fomentar e ampliar a concorrência econômica;

- (iii) reduzir a burocracia e simplificar procedimentos e exigências legais que afetem a gestão dos negócios;
- (iv) reduzir o custo do capital e do investimento em geral;
- (v) incentivar o uso de procedimentos mais ágeis de resolução de conflitos;
- (vi) tornar juridicamente mais seguras e menos incertas as transações econômicas e o retorno de investimentos; e
- (vii) racionalizar os procedimentos de execução de garantias.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e setores agrícola, industrial e de serviços; atividade empreendedora em geral, micro e pequena empresa; setores de bens de capital e tecnológico; mercado de capitais e de crédito; mercado de trabalho; setor externo; e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação dez/2010
1. Proposta de regulamentação do <i>factoring</i> (fomento empresarial) - PLC 13/2007 (PL 3615/2000 na Câmara)	O <i>factoring</i> é uma operação típica de reforço de capital de giro em que uma instituição intermediária conhecida por <i>factor</i> adquire o faturamento de uma empresa vendedora e também lhe presta diversos serviços. O principal aspecto envolvido é quanto à indicação do órgão regulador/fiscalizador	O Substitutivo ao PLC nº 13/2007 (PL nº 3.615/2000 na Câmara), acordado com o MF, foi aprovado pelo Senado em 10.08.2010 e encaminhado à Câmara dos Deputados, a qual poderá acatar integralmente o texto do Substitutivo aprovado pelo Senado ou resgatar o texto aprovado pela Câmara.	Na tramitação na Câmara dos Deputados, o Substitutivo do Senado foi rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. A matéria ainda tramitará pelas Comissões de Finanças e Tributação (recebido nesta Comissão em 18.11.2010) e de Constituição e Justiça. Na CFT foi designado Relator o Deputado André Vargas (PT-SP)
2. Aperfeiçoamento da Lei do Sigilo Bancário (Lei Complementar nº 105, de 10.01.2001)	Objetivo de melhorar o intercâmbio de informações entre os órgãos reguladores e fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e o desvio de recursos públicos, com a preservação do sigilo bancário	Minuta de Substitutivo elaborado pelo Grupo de Trabalho coordenado pela SPE, com base no Substitutivo ao PLS nº 49/2005 e na proposta do Coremec, o qual foi encaminhado em maio/2010 para apreciação da SE/MF	Em fase de conciliação da minuta de Substitutivo do GT com a proposta do grupo de Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (ENCLA)

D - Incentivo ao Mercado de Capitais

Objetivo geral: fomentar o desenvolvimento do mercado de capitais, para que o mesmo atue como efetiva fonte de financiamento e de mitigação de riscos para os diversos setores da economia.

Objetivos específicos:

- (i) ampliar as condições de competitividade de nossa economia;
- (ii) incentivar o investimento em empresas com elevado potencial de crescimento;
- (iii) aumentar as possibilidades de obtenção de recursos para empresas; e incentivar a utilização do mercado de derivativos como meio de mitigação de riscos futuros.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e consumidores, poupadores, investidores, agricultores, setor financeiro e tomadores de crédito, indiretamente.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação dez/ 2010
1. Redução do IOF-Câmbio sobre FIP e FMIEE, definição das alíquotas de IOF-Câmbio sobre Operações de Cancelamento de DR e de Mudança de Regime do Investidor Estrangeiro	1. Redução da alíquota do IOF-Câmbio sobre Fundo de Investimento em Participações (FIP) e Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes (FMIEE) de 6% para 2%; 2. Definição em 2% a alíquota do IOF-Câmbio sobre operações de cancelamento de <i>Depositary Receipts</i> (DR); 3. Definição em 2% a alíquota do IOF-Câmbio sobre operações de mudança de regime do investidor estrangeiro, de investimento direto para investimento em ações negociáveis em bolsa de valores; 4. Manutenção em 6% da alíquota de IOF-câmbio para ingresso de recursos no País para aplicação no mercado financeiro e de capitais, excetuadas as operações tratadas nos itens 1 a 3 acima, e nas aplicações em renda variável nas bolsas de valores e nas ofertas públicas em ações, que continuam com a alíquota de 2%	Pelo Decreto nº 7.412, de 30.12.2010	
2. Eliminação do IOF de curto prazo incidente sobre a comercialização de títulos privados de renda fixa antes de 30 dias após sua aquisição	Eliminação do IOF para negociação de títulos privados de renda fixa em prazo inferior a 30 dias, permanecendo a sua incidência sobre títulos públicos federais, estaduais e municipais	Alteração do inciso I, do §1º, do art. 32, nos termos do art. 2º, do Decreto nº 7.412, de 30.12.2010	
3. Elevação do IOF-câmbio para ingresso de recursos externos para constituição de margem de garantia nas bolsas de valores, de mercadorias e futuros	Eleva de 4% para 6% a alíquota de IOF-câmbio a partir de 19.10.2010 para ingresso de recursos no País, inclusive por meio de operações simultâneas, para constituição de margem de garantia, inicial ou adicional, exigida por bolsas de valores, de mercadorias e futuros	Por meio do Decreto nº 7.330, de 18.10.2010	
4. Vedação a aluguel de títulos e valores mobiliários por investidor estrangeiro para realização de operações de derivativos	Vedação às instituições financeiras e demais autorizadas pelo BCB a realização de aluguel, troca ou empréstimo de títulos, valores mobiliários e outro ativo financeiro a investidor não residente cujo objetivo seja o de realizar operações nos mercados de derivativos. As operações já contratadas até a entrada em vigor da Resolução podem ser mantidas até seu vencimento ou, na	Por meio da Resolução CMN nº 3.914, de 20.10.2010	

	inexistência de prazo de vencimento, até 31.12.2010, ficando vedada a adoção de qualquer medida que implique prorrogação de prazo ou renovação das operações		
5. Obrigatoriedade de registro das operações de proteção <i>(hedge)</i> realizadas com instituições financeiras do exterior ou em bolsas estrangeiras	Obrigatoriedade de registro em sistema administrado por entidade de registro e de liquidação financeira de ativos autorizada pelo BCB ou pela CVM das transferências financeiras, do e para o exterior, vinculadas às operações de <i>hedge</i> realizadas com instituições financeiras do exterior ou em bolsas estrangeiras	Por meio da Resolução CMN nº 3.833, de 28.01.2010, nos termos da Resolução nº 3.312, de 31.08.2005	

E – Medidas para reduzir os efeitos de mudanças climáticas (participação de grupo de trabalho no âmbito do MF)

Objetivo geral: Implementar políticas e ações para minimizar os efeitos referentes a mudanças climáticas.

Objetivos específicos:

- (i) Permitir o desenvolvimento econômico-social no País levando em consideração a proteção do sistema climático;
- (ii) estimular a utilização de instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima;
- (iii) identificar instrumentos de ação governamental já estabelecidos e prontos para contribuir ao sistema climático;

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, acordos internacionais e demais documentos sobre mudança do clima em que o Brasil seja signatário e a sociedade brasileira e mundial, indiretamente.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação dez/ 2010
1. Participação na Comissão de Estudo de Mercado Voluntário de Carbono (ABNT/CEE - 146) para definição de norma para o mercado voluntário de carbono	Norma de definição de princípios, requisitos e orientações para comercialização de reduções verificadas de emissões (RVE) no mercado voluntário de carbono brasileiro. A presente norma também contempla requisitos para elegibilidade das reduções de emissões, transparência de informações e registro de projetos e RVE (título).	-	Minuta de norma em fase final para ser encaminhada para consulta pública

2.7.3 - Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar (Coordenador-Geral responsável: Tiago Nunes de Freitas Dahdah)

A – Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Objetivo geral: acompanhar o mercado de seguros, resseguros, previdência privada aberta e capitalização, bem como auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor.

Objetivos específicos:

articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP; e (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e setor regulado, consumidores, sociedade brasileira, indiretamente.

Resultados alcançados: Foram analisados e produzidos diversos normativos que deram ao mercado segurador melhores instrumentos de regulação, permitindo seu desenvolvimento equilibrado. Também foram produzidos pareceres acerca de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional.

No campo das medidas legais, destaca-se a edição da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural, bem como promove diversas alterações na legislação de seguros, resseguros, previdência complementar e capitalização.

A criação do fundo de que trata a Lei Complementar, com participação significativa da União, trará maiores condições para o crescimento e desenvolvimento do seguro rural ao oferecer cobertura suplementar para este produto. O seguro rural é importante mitigador dos riscos a que está sujeita a produção agrícola, pecuária, aquícola e de florestas, tais como intempéries meteorológicas.

Entre as diversas alterações promovidas na legislação pela Lei Complementar nº 137/2010 cumpre ressaltar a introdução de modelo de auto-regulação para o mercado de corretagem de seguros, resseguros, capitalização e previdência. As entidades de auto-regulação irão ser importante instrumento de auxílio na supervisão pela SUSEP dos mais de 70.000 corretores habilitados e contribuirão para ampliação da confiança do público nesses intermediadores.

Outro destaque no campo legal foi a edição da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, conversão da Medida Provisória nº 472, de 15 de dezembro de 2009, artigos 48 a 58, que criou a Taxa de Fiscalização dos mercados de seguro e resseguro, de capitalização, de previdência complementar aberta, bem como alterou a base de cálculo do PIS/PASEP - Importação - e da COFINS - Importação - incidente sobre os prêmios de resseguros cedidos ao exterior de 8% para 15%, permitindo maior equilíbrio na tributação incidente sobre resseguradores nacionais e estrangeiros.

Em 2010 foi elaborado pela Coordenação-Geral, em conjunto com diversas áreas do Ministério da Fazenda, SUSEP e da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNSeg anteprojeto de lei que autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infra-estrutura de grande vulto e que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF. O objetivo das medidas é oferecer ao Sistema Financeiro Nacional e às diversas relações comerciais mecanismos adequados de garantias,

de forma a sustentar o crescimento dos investimentos, do crédito e do comércio exterior. Ressalte-se que originalmente o anteprojeto previa a criação da Empresa Brasileira de Seguros – EBS, tendo sido alterada a proposta, após discussões com o mercado, para uma agência que gerisse fundos garantidores e que prestasse garantias.

Quanto à análise de projetos de resoluções do CNSP, foram publicadas 23 resoluções em 2010, de números 208 a 230, sendo que destas 6 apenas referendaram resoluções adotadas *ad referendum* do CNSP pelo Superintendente da SUSEP.

Também foram emitidos pareceres acerca de proposições normativas sobre os setores de seguros, previdência privada aberta e capitalização que tramitaram no Congresso Nacional.

B - Previdência Complementar Fechada

Objetivo geral: acompanhar a previdência privada operada pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) e auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor, colaborando para que sua atuação seja compatível com o desenvolvimento econômico e social do país (Lei Complementar nº 109/2001, Art. 3º).

Objetivos específicos: Articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC; (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de previdência complementar fechada.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e gestores dos fundos de pensão e beneficiários participantes dos fundos de pensão, indiretamente.

Resultados alcançados: Na previdência complementar fechada destaca-se em 2010 a estruturação do novo modelo de regulação e fiscalização do setor introduzido a partir da edição da lei 12.154 de 23 de dezembro de 2009, que criou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC – e a Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC, em substituição à Secretaria de Previdência Complementar – SPC – e ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC. Nesse sentido, foram editados o Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010, atualizado pelo Decreto nº 7.314, de 22 de setembro de 2010, que dispõe sobre o CNPC e sobre a CRPC, e dá outras providências e o Decreto nº 7.705, de 26 de janeiro de 2010 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, revoga o Decreto nº 606, de 20 de julho de 1992, e dá outras providências. Também foi aprovado o regimento interno da PREVIC por meio da Portaria do Ministro da Previdência Social nº 183, de 26 de abril de 2010.

Tendo em vista o início das atividades da PREVIC e do CNPC e não haver nenhuma medida urgente necessária, não foi editada nenhuma Resolução daquele Conselho em 2010.

C – Quadro resumo

Por fim, apresenta-se tabela com os produtos, de todas as áreas, produzidos por esta Coordenação-Geral no ano de 2010.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Parecer	PLS nº192/2006, acrescenta dispositivo que possibilita o controle do aumento de prêmios e de cancelamento de contratos de seguro de vida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	PLS nº 385/2008, altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	PECS nº18/2009, que altera o § 8º do art. 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a conversão do tempo de contribuição dos que exerceram a função de professor da educação infantil e do ensino fundamental, médio e superior, para fins de aposentadoria.	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	Proposta de Decreto que altera o Decreto nº 2.594/1998	Secretaria Executiva/MF	Concluído
Parecer	Minuta de anteprojeto de lei que altera o artigo 2º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979	Secretaria Executiva/MF	Concluído
Parecer	2º parecer sobre proposta de Decreto que altera o Decreto nº 2.594/1998	Secretaria Executiva/MF	Concluído
Parecer	PL nº 7080/2010, Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para permitir o parcelamento do pagamento do prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT).	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Minuta de MP	Minuta de MP que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Seguros - EBS, autoriza a participação da União em fundos garantidores do comércio exterior e fundos garantidores de projetos de infra-estrutura. (a minuta posteriormente foi alterada para um anteprojeto de lei que prevê a autorização para criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S. A. – ABGF e dos fundos)	Secretaria Executiva/MF	Concluído
Anteprojeto de Lei Complementar	Anteprojeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 126/2007, para dispor sobre a transferência de riscos entre fundos garantidores, sociedades seguradoras e resseguradores	Secretaria Executiva/MF	Concluído
Parecer	PLP 457/2009 – Altera a Lei Complementar nº 109/2001	Assessoria de Assuntos Parlamentares/GM-MF	Concluído
Parecer	Anteprojeto de lei que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de	Secretaria Executiva/MF	Concluído

	2013 e à Copa do Mundo de 2014, que serão realizadas no Brasil		
Anteprojeto de Lei	Elaboração de Anteprojeto de Lei que autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infra-estrutura de grande vulto, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. – ABGF e dá outras providências	Secretaria Executiva/MF	Concluído
Resolução	CMN nº 3922/2010 que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios	Conselho Monetário Nacional	Concluído
Resolução	CNSP nº 208/2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da SUSEP	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 209/2010, que referenda a Resolução CNSP nº 203, de 2009	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 210/2010, que referenda a Resolução CNSP nº 206, de 2009	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 211/2010, que referenda a Resolução CNSP nº 204, de 2009	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 212/2010, que referenda a Resolução CNSP nº 205, de 2009	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 213/2010, que referenda a Resolução CNSP nº 207, de 2009	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 214/2010, que referenda a Resolução CNSP nº 208 de 2010	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 215/2010, que altera dispositivos da Resolução CNSP nº 192, de 30 de dezembro de 2008	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 216/2010, que dispõe sobre a avaliação de imóveis que passarão a incorporar o patrimônio das sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e dá outras providências	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 217/2010, que altera o Capítulo III da Resolução CNSP nº 50, de 3 de setembro de 2001	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 218/2010, que estabelece critérios para a estruturação do seguro obrigatório de condomínio	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 219/2010, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário - Carga (RCTR-C)	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 220/2010, que altera a Resolução CNSP nº 53, de 2001	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 221/2010, que altera a Resolução CNSP nº 166, de 17 de julho de 2007	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 222/2010, que institui regras e	Conselho Nacional de	Concluído

	procedimentos para o cálculo do patrimônio líquido ajustado exigido das entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais	Seguros Privados	
Resolução	CNSP nº 223/2010, que dispõe sobre as Condições Contratuais do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil das Empresas de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 224/2010, que acrescenta o § 4º ao art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 225/2010, que altera os arts. 15 e 39 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 226/2010, que dispõe sobre os critérios para a realização de investimentos pelas sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, e dá outras providências	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 227/2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da SUSEP	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 228/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 229/2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da SUSEP	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído
Resolução	CNSP nº 230/2010, que dispõe sobre o prazo de vencimento para o pagamento do prêmio do Consórcio que inclui as categorias 3 e 4 do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluído

2.7.4 - Coordenação-Geral de Políticas Públicas

(Coordenadora-Geral responsável: Marisa Socorro Dias Durães)

A - Formulação de diretrizes de políticas públicas, de natureza microeconômica, em consonância com a orientação estratégica da política econômica.

Objetivo Geral: Formular diretrizes de Política Econômica.

Objetivos específicos: (i) propor medidas microeconômicas que contribuam para promover a sustentabilidade do crescimento e melhorar o perfil de distribuição de renda; (ii) dimensionar o impacto fiscal das medidas propostas; (iii) identificar os aspectos técnicos pertinentes às diferentes alternativas de prescrição de políticas públicas; (iv) examinar a literatura especializada e as lições da experiência internacional; (v) avaliar os impactos setoriais da proposição; (vi) elaborar proposta de normativo para a implementação da proposição.

Beneficiários: Ministro da Fazenda e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Elaboração de nota técnica e arcabouço normativo para implementação da proposição de política microeconômica.

A.1 – Instituição de política de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras públicas

Objetivo Geral: Agregar ao perfil de demanda do setor público diretrizes atinentes ao papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e fortalecimento de cadeias produtivas de bens e serviços domésticos.

Objetivos específicos: (i) incentivar a produção doméstica; (ii) promover a geração de emprego e renda no país; (iii) fortalecer cadeias produtivas para o atendimento da demanda do governo; (iv) incentivar o setor de serviços; (v) incentivar a produção de bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país.

Beneficiários: setores produtivos, governo e a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Elaboração de arcabouço normativo para implementação da proposição de política microeconômica (Nota Técnica, Exposição de Motivos Interministerial e minuta de Medida Provisória). Em 19 de julho de 2010 foi editada a Medida Provisória nº 495 – que altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006 – posteriormente convertida na Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.

A.2 - Regulamentação da política de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras públicas

Objetivo Geral: Definir mecanismos institucionais para assegurar a implementação da margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais.

Objetivos específicos: (i) organizar estrutura institucional para definição da margem de preferência; (ii) definir atribuições pertinentes à elaboração de estudos para definição da margem de preferência; (iii) estabelecer diretrizes necessárias à implementação da Lei nº 12.349/2010.

Beneficiários: setores produtivos, governo e a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Elaboração de arcabouço normativo (minuta de Decreto e Exposição de Motivos Interministerial).

A.3 - Desoneração Tributária da Folha de Pagamentos

Objetivo Geral: Estimular o crescimento econômico, mediante a desoneração da atividade produtiva.

Objetivos específicos: (i) concatenar a desoneração tributária da folha às diretrizes da política fiscal; (ii) incentivar a formalização laboral (iii) estimular a geração de emprego e renda; (iv) mitigar impactos negativos sobre a estrutura de financiamento da previdência social; (v) dimensionar efeitos de curto e médio-longo prazo sobre a arrecadação; (vi) avaliar os impactos setoriais da proposição; (vii) elaborar proposta de normativo para a implementação da proposição.

Beneficiários: setores produtivos e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Elaboração de nota técnica, simulações, apresentação e arcabouço normativo para implementação da proposição (Minuta de Medida Provisória e Exposição de Motivos).

A.4 – Incentivos Tributários à Importação

Objetivo Geral: elaborar diretriz de política pública para mitigar os impactos macroeconômicos dos incentivos estaduais à importação de bens e serviços.

Objetivos específicos: (i) analisar a estrutura de incentivos fiscais, financeiros e extrajurídicos concedidos por alguns estados à importação de bens e serviços; (ii) analisar a evolução das importações e do nível de atividade econômica dos estados; (iii) avaliar os principais efeitos dos incentivos estaduais à importação; (iv) elaborar proposição legislativa que contemple incentivos da União para mitigar a guerra fiscal e os efeitos negativos dos incentivos à importação de bens e serviços;

Beneficiários: Ministério da Fazenda e a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Elaboração de nota técnica, simulações, apresentação e arcabouço normativo para implementação da proposição (Minuta de Medida Provisória e Exposição de Motivos).

B - Análise do impacto econômico-fiscal de políticas públicas, postuladas em proposições legislativas, conforme demandas da Assessoria Parlamentar, do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva/MF.

Objetivo Geral: Elaborar análise econômica das proposições e às normas que pautam a gestão das finanças públicas.

Objetivos específicos: (i) analisar os impactos econômicos das proposições normativas; (ii) avaliar a adequação das proposições legislativas às diretrizes que regem o processo orçamentário – PPA, LDO e LOA; (iii) examinar a observância das diretrizes consubstanciadas na Lei de Responsabilidade Fiscal; (iv) analisar a execução orçamentário-financeira de ações do governo federal com escopo similar, consubstanciadas no PPA e na LOA; (v) sugerir aperfeiçoamentos que possam propiciar a adequação da proposição às diretrizes da política fiscal e à orientação estratégica da política econômica.

Beneficiários: Assessoria Parlamentar/MF; Secretaria Executiva/MF; Gabinete do Ministro/MF; Congresso Nacional; e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Elaboração de pareceres com análise econômico-fiscal das diretrizes de políticas públicas (Quadro I).

Quadro I - Proposições analisadas no âmbito da CGPP/SPE

Documento da SPE	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em Dez/2010
Parecer nº 002, de 06.01.2010	Projeto de Lei nº 24, de 2009 (nº 1.203, de 2007) – Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 014, de 06.01.2010	Sancionado e transformado na Lei nº 12.192, de 14 de janeiro de 2010.
Parecer nº 007, de 20.01.2010	Projeto de Lei nº 5.817, de 2009 - Dispõe sobre o Fundo de Bolsa Integral de Ensino Superior Mediante Prestação de Serviços (FUNBEPS) e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 034, de 20.01.2010	Encaminhado ao arquivo, em 06.05.2010.
Parecer nº 012, de 05.02.2010	Minuta de Decreto s/nº, de 2010 e Exposição de Motivos Interministerial – Dispõe sobre o apoio financeiro à gestão das ações de assistência social, altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, estabelece normas para a articulação e a integração entre as ações de apoio à gestão do programa Bolsa Família e do sistema descentralizado e participativo de assistência social e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 060, de 05.02.2010	7.332, de 19.10.2010 Publicado no DOU de 20.10.2010.
Parecer nº 034, de 04.03.2010	PLC nº 13, de 2007 (PL nº 3.615, de 2000) - Dispõe sobre as operações de fomento mercantil - <i>factoring</i> , e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 108, de 04.03.2010	Em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.
Parecer nº 054, de 15.03.2010	Projeto de Decreto s/nº - Regulamenta a elaboração do Plano Nacional de Turismo (PNT), o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação	Secretaria Executiva – Memorando nº 141, de 15.03.2010	Decreto nº 7.381, de 2.12.2010.

	Turística, o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), o cadastramento, a classificação e fiscalização dos Prestadores de serviços Turísticos, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas, previstas na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.		
Parecer nº 055, de 15.03.2010	Proposta da Central Única dos Trabalhadores encaminhada ao Ministro da Fazenda - Desoneração de Impostos sobre a Participação nos Lucros ou Resultados da Empresa	Gabinete do Ministro – Memorando nº 142, de 15.03.2010.	-
Parecer nº 056, de 15.03.2010	Aviso nº 15/2010/GM/CGU-PR, de 20 de janeiro de 2010 – Minutas de Portaria que dispõem sobre a divulgação de informações relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e à Copa do Mundo de Futebol de 2014.	Secretaria Executiva – Memorando nº 143, de 15.03.2010.	Portaria nº 572, de 22 de março de 2010
Parecer nº 079, de 05.04.2010	Projeto de Lei do Senado nº 465/2009 - altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para incluir entre as práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por consulta a cadastro de inadimplentes, e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 182, de 05.04.2010.	Encaminhado à Câmara dos Deputados, em 01/09/2010, para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 40 a 41).
Parecer nº 085, de 08.04.2010	Projeto de Decreto s/nº/2009 e Exposição de Motivos Interministerial MI/MF s/nº /2009 – Dispõe sobre os encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata o art. 11 da Lei nº 10.177, de 12.01.2001.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 195, de 08.04.2010.	-
Parecer nº. 097, de 30.04.2010	Projeto de Lei nº 5.817, de 2009 - Altera dispositivos da Lei nº 4886, de 09 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispondo sobre fixação do valor das anuidades, taxas e	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 227, de 30.04.2010	Transformado na Lei Ordinária nº 12.246, de 27 de maio de 2010.

	emolumentos devidos pelos profissionais da categoria, pelas pessoas naturais e jurídicas, aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados.		
Parecer nº. 128, de 02.06.2010	Projeto de Decreto s/nº - Regulamenta a elaboração do Plano Nacional de Turismo (PNT), o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), o cadastramento, a classificação e fiscalização dos Prestadores de serviços Turísticos, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas, previstas na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.	Secretaria Executiva – Memorando nº 294, de 02.06.2010.	Decreto nº 7.381, de 2.12.2010.
Parecer nº 129, de 02.06.2010	Anteprojeto de Lei – Institui o Programa Cinema Perto de Você e dá outras providências e Exposição de Motivos Interministerial MINC/MF/C.Civil nº 0004, de 9 de abril de 2010..	Secretaria Executiva – Memorando nº 295, de 02.06.2010	O programa foi instituído por meio da Medida Provisória nº 491, de 23 de junho de 2010. A MP perdeu a eficácia em 3 de novembro de 2010.
Parecer nº 150, de 17.06.2010	Projeto de Lei da Câmara nº 286. de 2009 - Sanção (PL nº 6.746, de 2006, na origem) – Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 326, de 17.06.2010	Vetado integralmente – Mensagem nº 340, de 29 de junho de 2010.
Parecer nº 169, de 29.06.2010	Projeto de Decreto s/nº, de 2010 e Exposição de Motivos SEDH/PR s/nº/2009 - Institui a Comissão intersetorial de Proteção às Pessoas Ameaçadas no Âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.	Secretaria Executiva – Memorando nº 355, de 29.06.2010.	-
Parecer nº 175, de 09.07.2010	Emendas à Medida Provisória nº 487, de 2010 – que Altera a Lei no 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 376, de 09.07.2010.	Perda de eficácia da MP em 5.09.2010.

	Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica e dá outras		
Parecer nº 178, de 13.07.2010	Proposta de Medida Provisória(MP) - Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.	Secretaria Executiva – Memorando nº 380, de 13.07.2010	Convertida na Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.
Parecer nº 179, de 14.07.2010	Projeto de Lei s/nº, de 2010(Ministério do Trabalho) e Exposição de Motivos Interministerial nº 0008/MTE/MF/MPOG – Altera a redação do art. 13 da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990.	Secretaria Executiva – Memorando nº 381, de 14.07.2010	-
Parecer nº 180, de 15.07.2010	Projeto de Lei nº 6.805, de 2010 - Reconhece como de Especial Interesse Social as empresas de locação de computadores ou multipropósitos em tecnologia da informação também denominadas Centros de Inclusão Digital, CID's, definindo a prestação de seus serviços, disciplinando suas atividades e estabelecendo ainda tratamento específico na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, Fiscal, além de classificadas como unidades produtivas da área de cultura e educação, e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 384, de 15.07.2010	Apensado ao PL nº 4.361, de 2004.
Parecer nº 181, de 15.07.2010	Projeto de Lei nº 1.630, de 1999, que isenta de pagamento de tarifa de água e esgoto das companhias públicas de saneamento e/ou empresas concessionárias, os usuários de baixa renda.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 385, de 15.07.2010.	Em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.
Parecer nº 190, de 26.07.2010	Projeto de Decreto s/nº(Ministério do Trabalho) e Exposição de Motivos Interministerial nº 0002/MTE, de 11 de janeiro de 2010 – Cria o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SCJS, dispõe sobre sua estrutura e funcionamento e dá outras providências.	Secretaria Executiva – Memorando nº 397, de 26.07.2010.	Decreto nº 7.358, de 17.11.2010

Parecer nº 229, de 25.08.2010	Projeto de Decreto s/nº - Regulamenta a elaboração do Plano Nacional de Turismo (PNT), o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), o cadastramento, a classificação e fiscalização dos Prestadores de serviços Turísticos, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas, previstas na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.	Secretaria Executiva – Memorando nº 471, de 25.08.2010	Decreto nº 7.381, de 2.12.2010.
Parecer nº 237, de 16.09.2010	Anteprojeto de Lei – Extinção do Fundo de Investimentos Setoriais - FISET.	Secretaria Executiva – Memorando nº 503, de 16.09.2010	-
Parecer nº 241, de 23.09.2010	Projeto de Decreto s/nº, de 2010, e Exposição de Motivos Interministerial MCT/MDIC/MEC/MP/MF nº 00042, de 11 de agosto de 2010 – Altera o art. 21 do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências	Secretaria Executiva – Memorando nº 515, de 23.09.2010	-
Parecer nº 244, de 28.09.2010	Projeto de Lei nº 702, de 2007 – Dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito urbano contratadas por micro e pequenos empresários na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, em situação de inadimplemento, e dá outras providências.	Secretaria Executiva – Memorando nº 522, de 28.09.2010	-
Parecer nº 245, de 28.09.2010	Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, que altera o § 2º do artigo nº 16 da Lei nº 7.827, de 1989, e Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2007 que altera o art.9º da mesma Lei.	Secretaria Executiva – Memorando nº 523, de 28.09.2010	SSCLSFS – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado – rquivada ao final da legislatura.
Parecer nº 246, de 29.09.2010	Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2009 (PLS 350/2009) Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 524, de 29.09.2010.	SSCLSFS – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado - Aguardando inclusão em Ordem do Dia

	para regulamentar a demonstração de exigências na realização de transferências voluntárias a Estados, Distrito Federal e Municípios.		
Parecer nº 247, de 29.09.2010	Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2009 (PLS 315/2009) – Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para limitar a despesa com pessoal do Poder Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 525, de 29.09.2010.	Em tramitação na CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.
Parecer nº 248, de 29.09.2009.	Projeto de Lei nº 6.100, de 2010 (PL 6100/2010) – Acrescenta parágrafo único ao art. 28 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para estabelecer benefícios à empresa privada que preencher cinco por cento de seus cargos com pessoas de sessenta anos ou mais de idade.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 526, de 29.09.2010.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) – encaminhado ao arquivo.
Parecer nº 249, de 29.09.2010	Projeto de Lei nº 6.881, de 2010 (PL 6.881/2010) – Acrescenta parágrafos ao artigo 2º da lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 527, de 29.09.2010	Em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) do Senado federal.
Parecer nº 261, de 21.10.2010	Auditagem na Fórmula de Cálculo de Bolsas – PROUNI - 1º sem/2011.	Ministério da Educação - Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior. Ofício MF/SPE nº 230, de 21.10.2010.	Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 2, de 19 de janeiro de 2011.
Parecer nº 265, de 28.10.2010	Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2010 – Altera o artigo 212 da Constituição federal para aumentar os percentuais de receita de impostos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 230, de 21.10.2010.	Em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ – do Senado Federal.
Parecer nº 268, de 29.10.2010	Proposta de Medida Provisória e Exposição de Motivos Interministerial nº 00025/2010/MDS/CGU/MPO G/MF – altera as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, que institui o Sistema Único de Assistência Social – SUAS , o	Secretaria Executiva – Memorando nº 586, de 29.10.2010.	-

	Índice de Gestão Descentralizada – IGD SUAS e dá outras providências		
Parecer nº 274, de 22.11.2010	Medida Provisória nº 494, de 2 de julho de 2010 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 618, de 22.11.2010.	Convertida na Lei nº 12.340, de 1º de Dezembro de 2010.
Parecer nº 281, de 05.11.2009.	Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2010 (PL nº 6.835/2006 na Câmara dos Deputados) - Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 638, de 02.12.2010.	Mensagem de Veto nº 34/2010.
Parecer nº 292, de 08.12.2010.	Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 495, de 2010 - Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.	Assessoria para Assuntos Parlamentares – Memorando nº 665, de 08.12.2010	Convertida na Lei nº 12.349/2010.
Parecer nº 294, de 08.12.2010.	Minuta de Decreto s/nº e Exposição de Motivos Interministerial /MF/MPOG/MCT/MDIC/MRE - Regulamenta as margens de preferência previstas nos §§ 5º a 10 do artigo 3º da Lei nº 8.666, de 1993, incluídos pelo art. 1º da Medida Provisória nº 495, de 19 de julho de 2010, e dá outras providências.	Secretaria Executiva – Memorando nº 670, de 08.12.2010	Em tramitação no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF
Parecer nº 305, de 24.12.2010.	Anteprojeto de Lei e Propostas de Decreto do Ministério da Educação e do Ministério das Relações Exteriores.	Secretaria Executiva – Memorando nº 696, de 24.12.2010	-

Fonte: SPE

C - Representação da SPE na Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), constituída por representantes da SPI, SEGES e SOF/MPOG; SPE e STN/MF; IPEA; Subchefia de Articulação e Monitoramento e Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Presidência da República.

Objetivo Geral: Assessorar o Comitê de Gestão do PPA, conforme previsto no Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008 e deliberar sobre matérias atinentes ao monitoramento e avaliação de políticas públicas e à análise e aprovação de projetos de grande vulto.

Objetivos específicos: (i) elaborar diretrizes gerais e orientações técnicas relativas ao monitoramento e à avaliação das políticas e dos programas públicos no âmbito do Poder Executivo; (ii) acompanhar e propor iniciativas de monitoramento e avaliação relacionadas às políticas e aos programas no âmbito do Poder Executivo, de modo a promover o aperfeiçoamento da gestão do PPA e do Sistema de Monitoramento e Avaliação; (iv) propor aperfeiçoamentos nos marcos legais vigentes relacionados à implementação dos programas federais; (v) definir orientações, critérios e parâmetros para a apresentação, seleção, execução, monitoramento e avaliação de projetos de grande vulto; e (vi) deliberar sobre assuntos das Câmaras Técnicas de Monitoramento e Avaliação - CTMA e de Projetos de Grande Vulto – CTPGV.

Beneficiários: a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Participação nas reuniões da CMA e aprovação de projetos de Grande Vulto, especificados no Quadro II:

Quadro II – Projetos de Grande Vulto, aprovados em 2010, com manifestação favorável da CMA, no âmbito do PPA 2008/2011

Resolução CMA / MP nº 8/2010	Aprova o parecer da Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto - CTPGV, favorável à viabilidade técnica e socioeconômica do projeto de Implantação da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia, unidade orçamentária responsável Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS (processo 0002/2009), no valor total estimado de R\$ 540.000.000,00 (referência-março de 2009), com duração prevista de execução em 72 (setenta e dois) meses.
Resolução CMA / MP nº 8/2010	Aprova o parecer da Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto - CTPGV, favorável à viabilidade técnica e socioeconômica do projeto de Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA, unidade orçamentária responsável Fundo Nacional de Saúde - FNS (processo 0011/2009), no valor total estimado de R\$ 321.000.000,00 (referência-junho de 2009), com duração prevista de execução em 72 (setenta e dois) meses.
Resolução CMA / MP nº 9/2010	Aprova o parecer da Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto – CTPGV, favorável à viabilidade técnica e socioeconômica do acréscimo real de estimativa de custos em montante superior a 25%, conforme determinado na

	resolução nº 2/2005/CMA, para o projeto de Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer – INCA, unidade orçamentária responsável Fundo Nacional de Saúde – FNS (processo 0009/2010), no valor total reestimado de R\$ 495.711.145,93 (referência-outubro de 2010), com duração prevista de execução em 72 (setenta e dois) meses.
Resolução CMA / MP nº 9/2010	Aprova o parecer da Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto – CTPGV, favorável à viabilidade técnica e socioeconômica do projeto Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro, unidade responsável Comissão Nacional de Energia Nuclear (processo 0008/2010), no valor total de R\$ 850.000.000,00 (referência-agosto de 2010), com duração prevista de execução em 72 (setenta e dois) meses.

Fonte: SPE

D - Representação da SPE no Grupo Técnico de Contratações Públicas – GTCOP, constituído por integrantes do Comitê Executivo de Gestão-GECEX e presidido pela Secretaria Executiva da CAMEX/MDIC.

Objetivo Geral: Avaliar e propor recomendações para as negociações internacionais em Contratações Públicas, com fundamento em manifestações técnicas sobre o impacto dessas medidas e instrumentos.

Objetivos específicos: (i) analisar a legislação pertinente de Contratações Públicas; (ii) propor as listas e patamares de bens, serviços, obras e entidades a serem eventualmente objeto dos acordos; (iii) fazer análise de mercado de contratações públicas; (iv) propor e avaliar consultas para órgãos e entidades, públicas e privadas, pertinentes ao tema; (v) cumprir as determinações da Resolução CAMEX nº 49, fr 5 de Julho de 2010, que instituiu o GTCOP, e outras a serem definidas pelo Comitê Executivo de Gestão da CAMEX – GECEX.

Beneficiários: Órgãos componentes do GECEX e a Sociedade em geral

Resultados alcançados:

Participação nas reuniões do GTCOP, com subsídios pertinentes à elaboração e aprovação da MP nº 495/2010, convertida na Lei nº 12.349/2010 e correlato Decreto de regulamentação.

E - Participação, em conjunto com a Coordenação-Geral de Mercado de Capitais e a área agrícola da SPE, do Grupo Técnico, coordenado pela Secretaria Executiva do MF, para avaliação dos impactos econômicos do aquecimento global.

Objetivo Geral: Analisar os impactos econômicos e propor diretrizes para balizar a atuação do MF na definição de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Objetivos específicos: (i) Analisar as diretrizes de políticas públicas do governo federal para fazer face às mudanças climáticas; (ii) examinar as fontes de recursos a serem utilizadas no financiamento das ações ambientais; (iii) contribuir para a definição de diretrizes de regulação do mercado de carbono; (iv) avaliar a literatura e as lições da experiência internacional; (v) propor diretrizes para pautar a análise econômico-fiscal do Ministério da Fazenda em proposições atinentes às mudanças climáticas; (vi) propor normas que consubstanciem diretrizes pertinentes ao equacionamento dos impactos econômicos adversos das mudanças climáticas, em consonância às atribuições institucionais do MF;

Beneficiários: SE/MF e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Análise de diretrizes de políticas públicas pertinentes ao tema.

F - Desenvolvimento da primeira etapa do projeto de avaliação microeconômica da qualidade dos gastos públicos – Curso: “Metodologias de avaliação microeconômica da efetividade de políticas públicas”

Objetivo Geral: Apresentar fundamentos teóricos e aplicações práticas de metodologias de avaliação microeconômica de políticas públicas selecionadas, com o intuito de fundamentar avaliações que subsidiem a formulação e/ou a reorientação de políticas microeconômicas.

Objetivos específicos: (i) apresentar fundamentos teórico-metodológicos de avaliação de políticas públicas; (ii) abordar aspectos teóricos pertinentes aos métodos econométricos de avaliação microeconômica dos gastos públicos; (iii) analisar os aspectos positivos e negativos das diversas metodologias; (iv) discorrer sobre aspectos exógenos, que dificultam a adoção de metodologias de avaliação; (v) apresentar análise da experiência internacional de avaliação e correlatos métodos de análise do impacto econômico de políticas públicas; (vi) apresentar detalhamento dos insumos requeridos na adoção/implantação de cada metodologia de avaliação; (vii) orientar trabalhos computacionais com a utilização do referencial teórico apresentado.

Beneficiários: SPE/MF, STN/MF, TCU, e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Curso: Metodologias de Avaliação Microeconômica de Efetividade de Políticas Públicas, ministrado pela Fundação Getúlio Vargas, realizado no período de 11 de Agosto a 5 de Novembro de 2010 (aulas semanais).

G - Análise econômico-fiscal de diretrizes de políticas públicas

Objetivo Geral: Analisar os fundamentos econômico-fiscais de políticas públicas passíveis de implementação pelo governo e propor diretrizes para subsidiar decisões da Secretaria-Adjunta de Políticas Microeconômicas.

Objetivos específicos: (i) Analisar aspectos técnicos com base em fundamentos econômicos e normativos que regem as finanças públicas; (ii) examinar, quando aplicável, as necessidades de financiamento da(s) política(s) à luz das diretrizes do processo orçamentário; (iii) analisar as prescrições da literatura econômica e as lições da experiência internacional; (v) propor diretrizes para subsidiar decisões de política.

Beneficiários: SPE/MF e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Notas técnicas encaminhadas ao Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas (Quadro III).

Quadro III – Notas elaboradas pela CGPP/SPE

Documento da SPE	Breve Descrição	Encaminhamento
Nota Técnica nº 036, de Fevereiro de 2009.	Incentivos tributários à importação e proposição de diretriz para gestão financeira das transferências voluntárias da União a Estados e Municípios.	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
Nota Informativa	Políticas Públicas aplicáveis à Educação: Diretrizes e Metas previstas na Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001 – que aprova o Plano Nacional de Educação(PNE), para o período 2001-2010 –, e perspectivas para o PNE 2011-2020.	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
Nota Informativa	Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia: arcabouço institucional, evolução do orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o papel da Financiadora de Estudos e Pesquisas - FINEP.	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
Nota Informativa	Simulações de desoneração tributária da folha de pagamentos com premissas pertinentes ao grau de formalização laboral requerido para compensar diferentes níveis de redução da alíquota de contribuição patronal para a previdência.	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
Nota Informativa	Margem de preferência em compras governamentais: síntese da experiência internacional	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
Nota Informativa	Proposta de alteração do Decreto nº 10.973, de 2 de dezembro de 2005 – que Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências (Encomendas tecnológicas).	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
Nota Informativa	Coordenação dos trabalhos, no âmbito do MF, atinentes à revisão do Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2008/2009, com ênfase no Capítulo 8, intitulado “Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento”	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.

Outras atividades da CGPP/SPE

Quadro IV - Apresentações

Descrição	Data
Desoneração tributária da folha de pagamentos - Simulações pertinentes ao grau de formalização laboral requerido para compensar diferentes níveis de redução da alíquota de contribuição patronal para a previdência.	Fevereiro de 2010
Incentivos fiscais à importação	Julho de 2010
Impactos socioeconômicos da ampliação de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas	Outubro de 2010

Quadro V - Participação em Congressos, Seminários e demais eventos

Evento	Instituição	Local/Data
XXXII Seminário Regional de Política Fiscal	CEPAL	Santiago/Chile - 26 a 29 de Janeiro de 2010
Reunião de trabalho sobre "Precatórios - Uma Solução Definitiva".	FIESP	São Paulo – 01 de fevereiro de 2010
Financiamento da Economia de Baixo Carbono: Teoria e Casos Práticos.	Embaixada Britânica	25 e 26 de fevereiro de 2010
Curso - Técnicas de Amostragem aplicadas ao Controle	Tribunal de Contas da União (TCU)	23 de fevereiro e 29 de abril de 2010 (aulas semanais).
Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010	MEC	28 de março a 4 de abril de 2010
Seminário - O papel dos BRIC na transformação global após a crise econômica	IPEA	14 e 15 de abril de 2010
Seminário - 10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: Histórico e desafios	IDP e FGV	3 de maio de 2010
Seminário: Investimentos em infraestrutura: sustentabilidade fiscal e bancabilidade pela abordagem da Engenharia Territorial	MPOG	14 de maio de 2010
2º Seminário Nacional de Orçamento Público	SOF/MPOG	10 a 12 de maio de 2010
Ciclo de Debates para Formação de Dirigentes do Ministério da Fazenda - Palestra 1 – <i>Mudanças Climáticas e suas implicações na Economia</i> – Palestrante: Francisco de Assis Leme Franco	SE/MF	25 de maio
17º Fórum Brasil-Europa - Clima, energia e meio ambiente na agenda política entre o Brasil e a União Européia.	UnB	26 e 27 de maio de 2010
4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (4ª CNCTI)	MCT	26 a 28 de maio de 2010
I Congresso: Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público	STN/ESAF	31 de agosto, 1º e 2 de setembro de 2010
Ciclo de Debates para Formação de Dirigentes do Ministério da Fazenda - Palestra 6 – <i>As Finanças e o Crescimento Sustentável</i> – Palestrante: Arno Augustin	SE/MF	31 de Agosto
Curso: Avaliação de Políticas Sociais	SPE	27 de outubro a 2 de dezembro de 2010 (aulas quinzenais)
Ciclo de Debates para Formação de Dirigentes do Ministério da Fazenda - Palestra 6 – <i>O Brasil no G-20</i> – Palestrante: Marcos Galvão	SE/MF	21 de Setembro
Ciclo de Debates para Formação de Dirigentes do Ministério da Fazenda - Palestra 8 – <i>Novo paradigma na relação Fisco Contribuinte</i> – Palestrante: Otacílio Cartaxo	SE/MF	26 de Outubro
Ciclo de Debates para Formação de Dirigentes do Ministério da Fazenda - Palestra 9 – <i>Melhoria dos Macroprocessos do MF</i> – Palestrante: Nelson Machado	SE/MF	9 de Novembro

Ciclo de Debates para Formação de Dirigentes do Ministério da Fazenda - Palestra 10 – <i>Cenário Econômico Brasileiro Pós-Crise e Desafios do Desenvolvimento Brasileiro</i> - Palestrante: Nelson Barbosa.	SE/MF	23 de Novembro
---	-------	----------------

Fonte: SPE

2.7.5 – Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária

(Coordenador-Geral responsável: Mônica Avelar Antunes Netto)

A – Acompanhamento da Produção Agropecuária

Objetivo geral: Subsidiar a política de garantia de preços.

Objetivo específico: Definir preços de garantia e critérios para a concessão de subvenção aos produtores rurais.

Beneficiários: Produtores rurais e suas cooperativas.

Resultados alcançados: Garantia de renda aos produtores rurais e suas cooperativas.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Preços mínimos e preços de garantia dos produtos constantes da pauta da Política de Garantia de Preço Mínimo - PGPM e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar - PGPAF	Análise do comportamento de mercado dos produtos a serem amparados na PGPM e PGPAF	Notas técnicas com análises das propostas apresentadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA dos preços mínimos dos produtos da PGPM e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA dos preços de referências dos produtos amparados pela PGPAF.	Redução do preço mínimo do trigo da safra 2010, sugerido pelo MF e a manutenção dos preços dos demais produtos da PGPM e alteração do preço de referência dos produtos amparados pelo PGPAF. Proposta aprovada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.
Portarias interministeriais para a concessão de subvenção econômica para os produtos da PGPM	Participação conjunta do Ministério da Fazenda - MF, MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP na definição dos limites, condições e critérios para a concessão de subvenção econômica para os produtos constantes da PGPM, cujo preço de mercado está abaixo do preço mínimo.	Elaboração de nota técnica e da minuta de portaria interministerial.	Publicação das portarias interministeriais de arroz, milho, feijão, trigo, uva e sisal.
Sumário dos produtos da PGPM e acompanhamento da Safra Brasileira e Evolução do Crédito Rural.	Atualização dos dados mensalmente para subsidiar a elaborações de estudos e análises agropecuárias.	Elaboração de nota técnica e conjuntura.	Disponibilização de conjuntura de diversos produtos agrícolas.

2.7.6 – Coordenação-Geral de Meio-Ambiente e Mudanças Climáticas
(Coordenador-Geral responsável: Aloísio Lopes Pereira de Melo)

A – Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

Objetivo geral: contribuir para a compatibilização das políticas econômicas com as políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Objetivo específico: acompanhar a elaboração e a implementação da PNMC por meio de seus planos, programas e demais atividades, adequando-os às estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Beneficiários: órgãos do Governo Federal responsáveis pela PNMC; produtores rurais e agricultores familiares; público em geral.

Resultados alcançados: elaboração dos Planos setoriais de mitigação e adaptação, bem como estimativa de custos de implementação dos mesmos; sugestões da SPE/MF incorporadas aos decretos de regulamentação da PNMC e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima; relatórios dos Grupos de Trabalho de REDD+ concluídos; estudos sobre oportunidades de mitigação nos setores agropecuário e florestal concluídos.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando a Consolidação da Agricultura de Baixo Carbono no Brasil (Plano ABC)	Participação e apoio à coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial para formulação do Plano ABC	laboração do documento de referência do Plano, contemplando definição de diretrizes, estratégia de implementação monitoramento, subprogramas e respectivas metas, demanda por financiamento. Apresentação do Plano em seminários e palestras.	Documento de referência elaborado e em revisão; Detalhamento das metas e responsabilidades até março de 2011; e Sumário Executivo elaborado.
Plano Setorial de Siderurgia a Carvão Vegetal de Mitigação de Gases de Efeito Estufa	Participação na elaboração do Plano Setorial, sob coordenação do MDIC	Participação em reuniões e fóruns de discussão do Plano; Análise e proposição da estratégia de financiamento do Plano Setorial, juntamente com MDIC, MAPA e MDA.	Documento em elaboração pelo MDIC; Estratégia de financiamento definida
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado)	Elaboração de estratégia e coordenação de ações visando a redução das taxas de desmatamento no Bioma Cerrado,	Acompanhamento periódico da implementação do PPCerrado; Participação no Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI); Participação na Comissão Executiva do PPCerrado, responsável pelo monitoramento e acompanhamento periódico do Plano.	Plano elaborado e instituído (Decreto de 15 de setembro de 2010); Formação de subgrupos para discussão de prioridades na implementação do plano (a ser concluído em 2011).
Estimativa de Custos dos Planos Setoriais	Levantamento preliminar dos custos de implementação das ações previstas nos cinco planos	Levantamento de informações junto aos órgãos do Governo Federal responsáveis pelas ações dos Planos Setoriais; Discussão	Estimativas preliminares concluídas e encaminhadas à Casa Civil/PR

	setoriais já submetidos à Convenção do Clima na forma de Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAS, na sigla em inglês)	com órgãos para refinamento e validação das estimativas elaboradas.	
Regulamentação da Lei nº 12.114/2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FMNC	Participação na elaboração do decreto de regulamentação do FNMC	Elaboração de nota técnica e diálogo com Casa Civil/PR sobre ajustes no texto	Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, publicado.
Regulamentação da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC	Participação na elaboração do decreto de regulamentação do PNMC	Elaboração de nota técnica e diálogo com Casa Civil/PR sobre ajustes no texto	Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, publicado.
Sistema Nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação, Manejo Florestal Sustentável e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (REDD+)	Participação nos Grupos de Trabalho (GTs) instituídos pelo MMA e destinados à discussão de proposta de um Sistema Nacional de REDD+; Acompanhamento de Projeto de lei em tramitação (Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.586, de 2009).	Aguardando posicionamento do MMA a respeito da continuação do trabalho dos GTs; Elaboração de parecer sobre Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.586, de 2009; Análise de alternativas de financiamento da política de REDD+.	Relatórios dos GTs finalizados e encaminhados à Casa Civil; Substitutivo em tramitação, encaminhado à Comissão de Tributação e Finanças da Câmara dos Deputados, com perspectiva de arquivamento; Aguardando definição quanto à elaboração de PL do Executivo.

Normatização do Mercado voluntário de carbono no Brasil	Elaboração de proposta de norma a ser instituída pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	Participação nas reuniões da Comissão Especial de Estudos 146 (CEE-146), que discutiu e estabeleceu diretrizes orientadoras do mercado voluntário de carbono no	- Norma elaborada, com previsão de consulta pública
Estudos McKinsey – Agricultura e Floresta	Parceria com MF/GGGI para elaboração de estudos visando a identificação de alternativas de desenvolvimento de baixo carbono para o Brasil.	Reuniões com equipe da McKinsey para definição do escopo da pesquisa, definição de prioridades, avaliação do andamento e mapeamento de instituições e fontes de informação.	Estudos concluídos, em fase de redação do relatório final; Análise final do estudo; e Divulgação e discussão do resultado dos estudos com outros órgãos do Governo Federal.
Participação no Grupo de Trabalho do MF sobre Mudança do Clima	Discussão de temas relevantes relacionados à política nacional sobre Mudança do Clima e aos mercados de carbono, com participação das secretarias e órgãos vinculados ao MF, coordenado pela	Definição de orientações para o posicionamento do MF em fóruns do Governo Federal e na interlocução ou outras instituições	Grupo em funcionamento

	Secretaria Executiva, com o objetivo de discutir questões afetas ao Ministério		
--	---	--	--

B – Meio Ambiente

Objetivo geral: contribuir para a compatibilização das políticas econômicas com as políticas ambientais.

Objetivo específico: promover ajustes nas políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, adequando-as às estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Beneficiários: órgãos do Governo Federal responsáveis pelas políticas agrícolas e ambientais; agentes financeiros; produtores rurais e agricultores familiares.

Resultados alcançados: propostas elaboradas para florestas plantadas e para condicionantes de crédito rural no Bioma Cerrado; projeto de lei sobre serviços ambientais em tramitação; sugestões da SPE/MF incorporadas à proposta de indicadores de sustentabilidade ambiental dos agentes financeiros.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Florestas plantadas.	Participação no Grupo de Grupo de Trabalho Interministerial para formulação da política de florestas plantadas (Portaria SAE/PR nº 90, de 20/08/2010), juntamente com SE/MF.	Participação nas discussões do GT para definição dos temas prioritários e propostas; Elaboração de nota técnica com proposta de criação de cédula de produto rural (CPR) para produtos florestais; Receita Federal elaborou nota técnica sobre incentivos tributários ao setor florestal, atendendo a solicitação da SPE e SE/MF	Relatório final do GT concluído, com recomendações para a estruturação de uma política nacional de florestas plantadas.
Protocolo Verde	Participação na coordenação das atividades no âmbito do Protocolo Verde, com o objetivo de aprimorar práticas bancárias de responsabilidade socioambiental e de promoção do desenvolvimento sustentável.	Aprovação do regimento interno do Protocolo Verde; Participação na definição de prioridades: (a) harmonização dos procedimentos relativos a licenciamento ambiental municipal, estadual e federal; e (b) indicadores de sustentabilidade ambiental das instituições financeiras, com base em proposta da Febraban.	Aguardando formação do Grupo de Trabalho para estudar a harmonização da legislação ambiental (coordenação: MMA); Febraban finalizou proposta de indicadores e submeteu-a a consulta pública;
Pagamento por Serviços Ambientais	Projeto de lei do executivo em tramitação (apensado ao Projeto de Lei nº 792, de 2007)	Acompanhamento da tramitação do PL, com elaboração de parecer. Negociação com MMA resultou em propostas de ajustes no Substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	PL em tramitação na Comissão de Tributação e Finanças da Câmara dos Deputados.
Condicionantes ambientais para o crédito rural.	Introdução de novos critérios para verificação da adequação ambiental de imóveis rurais para os quais há pleitos de financiamento.	Negociação com órgãos e introdução de ajustes na Resolução CMN nº 3545/2008 (Amazônia); Elaboração e pactuação de proposta de Resolução sobre condicionantes no Bioma Cerrado, sob coordenação da Casa Civil/PR.	Proposta de Resolução para o Bioma Cerrado elaborada, aguardando decisão dos órgãos envolvidos para sua apresentação ao CMN.

2.7.7 – Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas
(Coordenador-Geral responsável: Francisco Erismá Oliveira Albuquerque)

A – Política de Crédito Rural

Objetivo geral: Aprimorar a Política de crédito Rural.

Objetivo específico: Reformular melhorar a qualidade das informações referentes ao Crédito Rural.

Beneficiários: Órgãos do Governo Federal, Instituições Financeiras, Cooperativas de Crédito Rural.

Resultados alcançados: Garantia de venda aos produtores rurais por meio de apoio a Produção e comercialização de seus produtos.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Recor	Reestruturação do sistema de Registro Comum de Operações Rurais-Recor, com o objetivo de incorporar informações necessárias ao acompanhamento da política de crédito rural, seguro agrícola e garantia da atividade agropecuária.	Criação de Grupo de trabalho através de portaria interministerial nº BC/MF/MDA/MAPA com o propósito de apresentar proposta de reestruturação do Recor.	Discussões internas do Grupo de trabalho para formulação de proposta de reestruturação do Recor.
Inclusão Financeira	Participação de discussões para fomentar a inclusão financeira no Brasil e no Mundo.	1.Participação no II fórum Banco Central do Brasil sobre inclusão financeira. 2. Participação, em conjunto com o Banco Central, em grupo do G-20 sobre inclusão financeira ATISG/FIEG (Access through financial inclusion subgrupo)	1. Continuidade de discussões: proposta de dialogar com os diversos setores em 2011. 2. Entrega pelo FIEG de documento ao G-20 sobre os princípios para a prática de inclusão financeira no mundo.
Revisão do Manual de Crédito Rural (MCR)	Revisão das normas referentes ao Crédito Rural para simplificação operacional das diversas linhas de crédito, tanto para as instituições financeira quanto para os mutuários.	Revisão dos capítulos do MCR e elaboração de nova proposta.	Proposta em fase elaboração.
Negociação para elaboração e definição do Plano Safra da Agricultura Familiar e Empresarial.	Discussão com diversos órgão governamentais e Instituições Financeiras para definição de taxas de juros, montante de recursos destinados para cada linha de crédito, período de contratação, definição de preços de referência e Preços Mínimos.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Plano Safra aprovado pelo CMN no 1º semestre.
Estudo descritivo sobre o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé.	Elaboração de estudo descritivo sobre a estrutura operacional e contábil do Funcafé, incluindo análise da situação financeira e patrimonial do fundo, estimativa de subsídios concedidos via crédito e propostas para avaliações econômicas.	Pesquisa de dados e informações e elaboração de relatório de pesquisa.	Relatório de pesquisa concluído.
Estudo descritivo sobre o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.	Elaboração de estudo descritivo sobre a estrutura operacional e contábil do Fundo de Terras, incluindo análise da situação financeira e patrimonial do fundo, estimativa de subsídios concedidos via crédito e propostas para avaliações econômicas.	Pesquisa de dados e informações e elaboração de relatório de pesquisa.	Pesquisa de dados e informações em andamento.
Análise de despesas e receitas do Governo Federal com ações de apoio à agricultura.	Levantamento de despesas e receitas, no período 2001-2010, vinculadas a ações orçamentárias ligadas ao Crédito Rural oficial e à Política de Garantia de Preços Mínimos para elaboração de estatísticas e análises econômico-fiscais.	Pesquisa de dados no Siafi e posterior elaboração de análise das despesas e receitas.	Levantamento de dados ainda não concluído.

Cálculo do custo financeiro de operações de crédito oficiais vinculadas à Reforma Agrária.	Elaboração de cálculo para apuração do custo líquido de operações de crédito oficiais contratadas com beneficiários da Reforma Agrária (Pronaf A, Crédito Instalação). Cálculo de estimativa do custo implícito das operações de Crédito Instalação liberadas entre 2005 e 2010.	Elaboração de modelos de cálculo padrão, implementados em planilha eletrônica, para avaliação dos custos.	Modelos elaborados e implementados.
Cálculo do custo de equalização em linhas de crédito rural direcionadas à preservação ambiental.	Elaboração de modelos para cálculo do valor a financiar em linhas de crédito rural direcionadas à preservação ambiental e cálculo do custo de equalização das operações.	Elaboração de modelos de cálculo padrão, implementados em planilha eletrônica, para avaliação dos custos.	Modelos elaborados e implementados. Resultados incorporados à estimativa de custos dos Planos Setoriais de Mitigação integrantes do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

**Quadro VI - RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2010
SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA**

Documentos/Atos	Quant.
Votos CMN	48
Resolução CMN	43
Pareceres	46
Leis, Decretos, Projetos de Lei e MPs	4
Notas Técnicas	32
Portarias	11
Ofícios	42
Representações - Conselhos e afins	46
Participação em Reuniões - Conselhos e afins	590

Fonte: SPE

**Quadro VII - RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2010
SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPE/MF**

VOTOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL					
Voto		Resolução		Assunto	Resultados Esperados
Nº.	Data	Nº.	Data		
8	25.2	3.839	25.2	Crédito Rural – Define os preços mínimos para uva industrial a partir da safra 2009/2010 – Altera as disposições sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal para uva a partir da safra 2009/2010.	Contribuir para o desenvolvimento do setor vitivinícola e para as relações comerciais entre produtores e indústrias.
		Portaria MAPA nº 288	30.3		
9	25.2	3.838	25.2	Altera condições do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias – PROCAP-AGRO.	Recuperação ou reestruturação da estrutura patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, a fim de fortalecer e desenvolver o cooperativismo para incrementar a produtividade, a qualidade e a competitividade dos produtos e dos produtores brasileiros.

10	25.2	3.840	25.2	Crédito Rural – Promove ajustes nas normas dos créditos de investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e da Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos).	Contribuir para o aumento da oferta de tratores para a agricultura familiar e para a geração de empregos na indústria.
30	28.4	Portaria MAPA nº 392	18.5	Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) – Fixa os preços mínimos para os cafés arábica e robusta a partir da safra 2009/2010.	Sinalizar aos produtores os preços para a comercialização dos cafés arábica e robusta para a Safra 2009/2010.
31	28.4	3.852	29.4	Crédito Rural – Ajustes nas normas relativas à concessão de crédito para a cultura do dendê no âmbito do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora) e do Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa).	Estimular a produção de dendê, inclusive em áreas degradadas, com vistas a estimular o desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste gerando empregos e aumentando a renda no campo.
37	26.5	3.856	27.5	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) – Consolida as disposições afetas aos financiamentos amparados em recursos do Funcafé.	Unificar as operações de crédito destinadas ao custeio e à colheita de café, com recursos do Funcafé e facilitar as consultas às normas para concessão de crédito ao amparo desta linha.
38	26.5	3.855	27.5	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) – Dispõe sobre o direcionamento de recursos do Funcafé.	Definir que a distribuição dos recursos do Funcafé passe a ser definida por resolução do CMN, uma vez que o art. 4º da Lei nº 4.829, de 5.11.1965, dá competência ao CMN para disciplinar a dotação de recursos a serem aplicados no crédito rural e distribuir os recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Funcafé no exercício 2010.
39	26.5	3.860	27.5	Autoriza a inclusão de parcelas de operações de crédito de investimento efetuadas com recursos do FAT/BNDES vencidas entre 1º de julho de 2009 e 1º de março de 2010 entre as passíveis de prorrogação nas condições estabelecidas pela Resolução nº 3.772, de 26 de agosto de 2009.	Viabilizar a prorrogação operações de investimento para os mutuários que se encontravam em dificuldade de pagamento da dívida e se enquadravam nas condições estabelecidas na Resolução nº 3.772, de 2009.
40	26.5	3.862	7.6	Crédito Rural – Ajustes nas normas do Empréstimo do Governo Federal (EGF) de que trata o MCR 4-1.	Regulamentar alguns dispositivos legais e ampliar as informações disponíveis para um controle mais efetivo das políticas públicas; propiciar melhores condições para o desenvolvimento do setor agropecuário e apoiar a comercialização dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).
41	26.5	3861	27.5	Crédito Rural – Dispõe sobre a autorização antecipada para prorrogação de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária de que tratam a Lei Complementar nº 93, de 1998, e o Decreto nº 4.892, de 2003.	Propiciar maior celeridade no processo de negociação das operações do crédito fundiário viabilizando a autorização antecipada aos agentes financeiros para prorrogação dos pagamentos das parcelas dos financiamentos em caso de demonstrada incapacidade de pagamento dos mutuários atingidos por adversidades climáticas ou econômicas

					que podem prejudicar as atividades agropecuárias desenvolvidas.
42	26.5	3.869	17.6	Crédito Rural – Define as condições aplicáveis aos financiamentos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que tratam a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, e o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, efetuados a partir de 1º de julho de 2010, e altera a Resolução nº 3.231, de 31 de agosto de 2004.	Propiciar melhores condições para a aquisição de terras e de infraestrutura básica aos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
43	26.5	3.868	17.6	Crédito Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – Ajustes nas normas a serem aplicadas a partir da Safra 2010/2011	Alterar as disposições estabelecidas para os financiamentos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tendo em vista o Plano de Safra da Agricultura Familiar 2010/2011.
44	26.5	3.863	7.6	Crédito Rural – Programa de financiamento para estocagem de etanol combustível com garantia em produto.	Propiciar ao setor sucroalcooleiro a estocagem de etanol combustível para venda na entressafra, com vistas a evitar sobressaltos nos preços do produto.
45	26.5	3.864	7.6	Altera condições para financiamentos destinados à pesca e aquicultura.	Adequar o crédito rural às necessidades características dos setores aquícola e pesqueiro
46	26.5	3.865	7.6	Crédito Rural – Ajustes nas normas de financiamento com recursos controlados e livres do crédito rural a partir da safra 2010/2011.	Propiciar melhores condições para o desenvolvimento do setor agropecuário e estimular os produtores rurais na safra 2010/2011, de maneira a possibilitar-lhes condições mais favoráveis à produção e à comercialização de seus produtos.
47	26.5	3.858	27.5	Crédito Rural – Crédito emergencial para recuperação da capacidade produtiva de orizicultores do Estado do Rio Grande do Sul ao amparo do PRODUSA.	Promover a recuperação da área produtiva de arroz prejudicada pelo excesso de chuvas que atingiu cerca de 260 municípios no estado do Rio Grande do Sul, no período de novembro de 2009 a janeiro de 2010.
48	26.5	3.866	7.6	Crédito Rural – Promove ajustes nas normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do BNDES.	Propiciar a modernização e o aprimoramento do setor agropecuário.
49	26.5	Portaria MAPA nº 478	4.8	Crédito Rural – Preços mínimos para as culturas de inverno da safra 2010.	Definir os preços mínimos para as culturas de inverno para a safra 2010, como balizadores das operações de mercado e de crédito rural.
55	21.6	3.875	22.6	Dispõe sobre Linha Especial de Crédito (LEC) para comercialização de mel de abelha, lã ovina, leite de ovelha, leite de cabra, abacaxi, banana, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá e pêssego.	Incentivar a agroindustrialização e a geração de renda dos produtores rurais.
56	21.6	Portaria MAPA nº 522	21.7	Crédito Rural – Preços mínimos para os produtos oriundos do extrativismo – Safra 2010/2011.	Promover o desenvolvimento sustentável e valorizar os produtos extrativos obtidos mediante a conservação e uso sustentável dos recursos naturais por povos e comunidades tradicionais e pelos

					agricultores familiares.
57	21.6	3.872	22.6	Credito Rural – Consolidação dos prazos e disposições complementares para a efetivação do contido no § 2º do art. 3º da Lei nº 11.775, de 2008.	Dar prazo adicional para os mutuários liquidarem as operações, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.775, de 2009, com direito às condições e aos bônus contratuais de adimplência;
58	21.6	3.876	22.6	Crédito Rural – Veda a concessão de crédito rural para pessoas físicas ou jurídicas que estão inscritas no Cadastro de Empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas à de escravo instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Contribuir para a efetividade das iniciativas do Governo Federal para a erradicação de práticas de submissão de trabalhadores a condição análoga à de escravos.
61	21.6	3.874	22.6	Dispõe sobre o Programa de financiamento para estocagem de etanol e combustível.	Dar maior efetividade à política de armazenagem de etanol.
62	21.6	3.873	22.6	Promove ajustes nas normas do financiamento direcionado aos orizicultores do RS, no âmbito do Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa); altera as condições do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro) para financiamentos destinados à pesca e aquicultura.	Ajustar as normas para adequá-las às necessidades dos orizicultores e incentivar o desenvolvimento do setor aquícola e de pesca e a ampliação das áreas produtivas.
65	22.6	Portaria MAPA nº 478	30.6	Crédito Rural – Preço mínimo para a cultura do trigo da safra 2010.	Definir os preços mínimos para a cultura do trigo para a safra 2010, como balizador das operações de mercado e de crédito rural.
70	21.7	3.885	21.7	Dispõe sobre o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura familiar - PGPAF.	Atualizar os preços garantidores e incluir novos produtos objetivando assegurar a remuneração dos custos variáveis de produção aos agricultores familiares que contraem financiamentos de custeio e investimento, no âmbito Pronaf, facilitando assim o pagamento do crédito rural.
71	22.7	3.886	22.7	Crédito Rural: Ajustes nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).	Adequar a remuneração incidente sobre o valor de crédito concedido para aplicação na linha de crédito de custeio agropecuário da agricultura familiar, com vistas a adequá-la aos custos operacionais e tributários das cooperativas para o cumprimento das obrigações na operacionalização da linha de crédito.
74	28.7	3.887	29.7	Crédito Rural: Prorroga os prazos previstos na Resolução nº 3.806, de 28 de outubro de 2009, que regulamenta os arts. 24, 25 e 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Ampliar os prazos para cumprimento das exigências e conclusão dos processos de renegociação e individualização das dívidas de operações de crédito rural.
75	28.7	3.888	29.7	Autoriza a inclusão de parcelas de operações de crédito de investimento efetuadas com recursos do FAT/BNDES, vencidas entre 1º de	Viabilizar a prorrogação das parcelas de operações de investimento amparadas em recursos do BNDES.

				janeiro de 2009 e 1º de março de 2010 entre as passíveis de prorrogação nas condições estabelecidas pela Resolução nº 3.772, de 26 de agosto de 2009.	
79	28.7	3.889	29.7	Crédito Rural: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf) – Linha de Crédito Emergencial para agricultores familiares atingidos pelo excesso de chuvas e suas conseqüências em Alagoas e Pernambuco.	Amenizar os prejuízos sofridos pelos agricultores familiares dos estados de Alagoas e Pernambuco em decorrência do excesso de chuvas e suas conseqüências.
80	28.7	3.890	29.7	Mantém a excepcionalidade de substituição da documentação comprobatória de regularidade fundiária, de que trata o item 18 da Seção 1 do Capítulo 2 do Manual de Crédito Rural (MCR), para a Safra 2010/2011.	Permitir que os agricultores que ainda não foram alcançados pelo programa de regularização fundiária e que dependem da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) possam obter os financiamentos da agricultura familiar.
82	17.8	3.896	17.8	Crédito Rural: Autoriza a criação do Programa ABC - Agricultura de Baixo Carbono.	Promover a redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias e contribuir para a redução do desmatamento.
85	24.8	3.898	26.8	Institui ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) linha de crédito de comercialização para financiar a constituição de margem de garantia e ajustes diários, nas vendas a futuro, a aquisição de prêmios, nos contratos de opções de vendas, e as taxas e emolumentos afetos a essas transações, quando referenciadas em café da safra 2010/2011.	Oferecer aos produtores e às suas cooperativas de produção ainda mais opções para a comercialização da produção de café da safra 2010/2011, em melhores condições de mercado, e possibilitar a redução do risco de preço em relação a esta <i>commodity</i> .
86	24.8	3.899	26.8	Autoriza a composição de dívidas de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) por hortifruticultores e suas cooperativas e por empresas de produção de hortifrutícolas, localizados em municípios do Vale do São Francisco.	Permitir a recuperação econômica sustentada dos produtores e das empresas produtoras de hortifrutícolas, localizadas no Vale do São Francisco.
94	29.9	3.901	30.9	Ajuste nas normas das linhas de crédito destinadas aos financiamentos para Aquisição de Café (FAC) ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), dos Empréstimo do Governo Federal (EGF) e da Linha Especial de Crédito (LEC).	Ajustar as normas para obter informações mais detalhadas sobre as operações de crédito rural.
95	29.9	3.902	30.9	Autoriza a renegociação de dívidas de crédito rural de custeio de maçã da safra 2009/2010.	Solucionar a situação de estrangulamento econômico dos produtores de maçãs dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com a adoção de medidas para adequação do fluxo de pagamentos do crédito rural junto às instituições financeiras.
96	29.9	3.903	30.9	FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA (FUNCAFÉ) – Dispõe sobre o redirecionamento dos recursos do	Incentivar a comercialização do estoque de sacas de café das safras de 1987 a 1999 mediante leilões públicos, pela Companhia Nacional de Abastecimento

				Funcafé e sobre a linha de crédito destinada ao Financiamento para Aquisição de Café (FAC), amparada em recursos do Funcafé.	(Conab), como forma de reduzir os custos de carregamento e os decorrentes de perda de qualidade pelo tempo de armazenamento, além de aproveitar os bons preços em vigor e incentivar a compra desses estoques pela agroindústria doméstica.
97	29.9	3.904	30.9	Altera normas da linha especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos) no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Inclusão de novas culturas para fortalecer a agricultura familiar.
98	29.9	3.905	30.9	Crédito Rural: Ajustes nas normas do financiamento direcionado aos orizicultores do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa).	Dar aos orizicultores do Rio Grande do Sul condições para a contratação de operação crédito para propiciar-lhes a recuperação da capacidade produtiva.
105	27.10	3.916	28.10	Altera disposições referentes ao Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro).	Ajustar as normas referentes ao Programa para promover a recuperação ou a reestruturação da estrutura patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, via integralização de cotas-partes de capital, mediante repasse, para saneamento financeiro, capital de giro e investimento.
106	27.10	3.917	28.10	Crédito Rural - Altera os prazos e disposições complementares para a efetivação do contido nos arts. 3º e 4º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Conceder novos prazos para renegociação das operações de crédito rural a fim de não comprometer o processo de renegociação das dívidas rurais.
107	27.10	Portaria MAPA nº 1.120	30.11	Define o preço mínimo para a uva industrial para a safra 2010/2011.	Contribuir para o desenvolvimento do setor vitivinícola e para as relações comerciais entre produtores e indústrias.
115	24.11	3.923	25.11	Crédito Rural: Alterações na linha de Crédito emergencial para recuperação da capacidade produtiva de orizicultores do Estado do Rio Grande do Sul ao amparo do Produsa.	Dar aos orizicultores do Rio Grande do Sul condições para a contratação de operação crédito para propiciar-lhes a recuperação da capacidade produtiva.
116	24.11	3.924	25.11	Crédito Rural: Institui Linha de Crédito Emergencial para agricultores familiares com empreendimentos afetados por seca em municípios da região do semi-árido do Nordeste e de Minas Gerais.	Mitigar a situação dos agricultores familiares dos municípios do semi-árido atingidos por estiagem, que tenham sofrido perda de produção e da capacidade pagamento em face desse fenômeno.
117	24.11	3.928	25.11	Crédito Rural - Altera disposições do Manual de Crédito Rural (MCR) afetas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.	Estender o alcance do Pronaf Mais Alimentos a agricultores familiares de menor poder aquisitivo e permitir que estes se beneficiem das demais normas de que trata o Programa.
118	24.11	3.926	25.11	Crédito Rural: Dispõe sobre ajustes nas condições básicas do Crédito Rural.	Permitir a concessão de crédito rural no Bioma Amazônia aos produtores rurais que estão em processo de regularização ambiental e fundiária, com especial atenção para o município de Paragominas (PA).

119	24.11	3.927	25.11	Crédito Rural – Dispõe sobre medidas de apoio aos agricultores familiares atingidos por incêndios em municípios do estado do Mato Grosso.	Mitigar a situação dos agricultores familiares mutuários de operações no âmbito do Pronaf, ou com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, situados nos municípios do estado do Mato Grosso que tiveram mais de 85% das unidades familiares de produção atingidas por incêndios ocorridos de junho a agosto de 2010.
124	15.12	3.936	16.12	Altera a data de início de cumprimento da exigência para inclusão de informações no Registro Comum de Operações Rurais (Recor) de créditos destinados a Financiamentos para Aquisição de Café (FAC) ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), a Empréstimos do Governo Federal (EGF) e à Linha Especial de Crédito (LEC).	Permitir que as instituições financeiras se adéquem às novas regras para inclusão de informações referentes as operações de crédito rural no Recor.

Fonte: SPE

**Quadro VIII - RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2010
SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPE/MF**

PARECERES				
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados	
18	10.02	Projeto de Lei nº 6.005/2009, do Deputado Beto Faro, que dispõe sobre a inclusão de sistemas de produção que resultem em benefícios ambientais entre os objetos dos financiamentos concedidos no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural.	Parecer contrário à tramitação do PL, pois as linhas de financiamento existentes já contemplam os objetivos da proposta.	
21	11.02	Substitutivo do projeto de Lei Complementar nº 374, de 2008, do Deputado Moacir Miquelto, que dispõe sobre o aperfeiçoamento dos instrumentos de seguro rural para proteção da produção agrícola, pecuária, aquícola e de florestas no Brasil.	Parecer favorável às alterações propostas no substitutivo, desde que consideradas as observações do Ministério da Fazenda.	
27	23.02	Ofício nº 130/2010/GM/MAPA – Minuta de portaria interministerial que estabelece descontos adicionais para a liquidação ou renegociação de operações vinculadas ao PRODECER, Fase II.	Devolução da Minuta ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para discussão entre MAPA, PGFN e SPE sobre o assunto em questão.	
29	25.02	Projeto de Lei do Senado nº 547/2009, que altera a Lei nº 10.420 de 10 de abril de 2002, estendendo o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO.	Parecer contrário à continuidade da tramitação do PLS nº 574/2009.	
37	04.03	Proposta de decreto para concessão de rebate sobre financiamentos rurais de investimento e custeio, ao amparo do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, para agricultores familiares que sofreram perdas em decorrência de eventos climáticos adversos.	Parecer favorável à tramitação da minuta de decreto, com sugestões de ajustes.	

50	10.03	Projeto de Lei nº 6.263/2009, do Deputado Carlos Bezerra, que revoga dispositivos da Lei nº 11775, de 17 de setembro de 2008.	Parecer contrário à tramitação do PL nº 6.263 de 2009 nos termos propostos, pois revoga artigos que tem como objetivo evitar que os agricultores comprometam desnecessariamente sua renda com investimentos precipitados em virtude do volume de crédito disponibilizado para a agricultura.
63	23.03	Projeto de Lei nº 6.077, de 2009, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana de açúcar, etanol e demais biocombustíveis derivados da cana de açúcar, estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico nacional da cana de açúcar.	Parecer favorável à tramitação do PL nos termos apresentados.
65	26.03	Projeto de Lei nº 6277/2009, institui fundo de apoio financeiro para a qualificação de trabalhadores rurais desempregados pelo processo de mecanização das atividades agropecuárias.	Parecer contrário à continuidade da tramitação do PL nº 6277 de 2009, pois cria um tributo que pode inibir que a agricultura utilize práticas produtivas mais sofisticadas e modernas.
80	05.04	Proposta de alteração da Lei nº 10.894/2004, que criou o Profrota Pesqueira.	Parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei, com sugestões de ajustes.
83	08.04	Proposta de Decreto que regulamenta a Lei nº 12.188, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.	Parecer favorável à tramitação da proposta de decreto, nos termos apresentados.
84	08.04	Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2008(PL nº 4.622/2004 na origem), que dispõe sobre cooperativa de trabalho e institui o programa nacional de fomento às cooperativas de trabalho (PRONACOOP), aprovado na CTASP – ratificação de parecer anterior ou alvitramento de novas observações.	Parecer favorável ao Substitutivo, com sugestões de ajustes.
95	08.04	Aviso nº 31/2010 - BCB - Presi/Circ sobre minuta de portaria interministerial referente à criação de grupos de trabalho para elaborar proposta de aprimoramento do sistema Registro Comum de Operações Rurais/RECOR	Parecer favorável à tramitação da minuta de portaria interministerial, nos termos apresentados.
103	10.05	Nova versão da minuta de decreto que regulamenta a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária - PNATER	Parecer favorável à tramitação da minuta de decreto, nos termos apresentados.
105	12.05	Projeto de Lei do Senado nº 76/2010 – Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja – Proap Laranja.	Parecer contrário à tramitação do PLS, porque engessaria a destinação de recursos públicos.
116	25.05	Projeto de Lei do Senado nº 482/2007, que altera a Lei nº 8.629, de 25/02/1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	Projeto encaminhado para apreciação da Secretaria do Tesouro Nacional.
117	17.05	Projeto de Lei de Conversão nº 0001, de 2010 – Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dá outras providências	Parecer favorável à aprovação da proposição, com solicitação de veto para alguns artigos por contrariarem o interesse público.

136	07.06	Ofício 1154/DFLM/2010, de 20.5.2010 Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraão Lincoln – Pacal – Anistia ou redução substancial de dívidas.	Ofício encaminhado para análise da PGFN e STN.
137	07.06	Projeto de Lei do Senado nº 392/2003 – autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF Cana-de-açúcar.	Parece contrário à tramitação do PLS, porque a criação de Programa que envolva orçamento é de iniciativa do Poder Executivo.
139	09.06	Projeto de lei do Senado nº 103/2010 – Estabelece o Estatuto dos Mutuários do Crédito Rural.	Parecer contrário à tramitação do PLS, pois ele se sobrepõe à legislação vigente.
140	10.06	Projeto de lei nº 6.947, de 2010, que altera a lei 8.171, de 17/01/1991, para modificar a composição e as atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA.	Parecer contrário ao PL, pois a decisões das regras da Política Agrícola Nacional cabem somente aos gestores do Poder Executivo.
141	10.06	Projeto de lei nº 6889/2010 – Acrescenta o § 3º ao art. 47 da lei nº 5.764/1971, que define a política nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.	Parecer contrário à tramitação do PL em questão, pois a vedação da reeleição para os cargos de presidência e vice-presidência em cooperativas seria inócua.
144	15.06	Projeto de lei 6.528/2009 – Dispõe sobre as condições de encargos nos financiamentos com recursos para agricultores familiares minifundistas contratados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e dá outras providências.	Parecer contrário à tramitação do PL, uma vez que a legislação vigente já atende à grande parte do proposto no texto.
162	23.06	PLC 22, de 2010, que dispõe sobre o aperfeiçoamento dos instrumentos de seguro rural para a proteção da produção agrícola, pecuária, aquícola e de florestas no Brasil, mediante a instituição de mecanismos para fazer frente a catástrofes decorrentes de eventos da natureza e de doenças e pragas, incluindo subvenção econômica e dá outras providências.	Parecer favorável ao PLC 22/2010, desde que sejam acatadas as alterações sugeridas no parecer SPE/MF 21, de 11 de fevereiro de 2010 e novas alterações apresentadas neste parecer.
164	28.06	Projeto de Lei nº 7.050/2010, que propõe alteração da lei nº 7.827, de 27.09.89, incluindo menção expressa às cooperativas de crédito no art. 9º como instituições autorizadas a receber recursos dos Fundos Constitucionais.	Parecer contrário à tramitação do PL, uma vez que cooperativas de crédito já são consideradas instituições financeiras pelo Banco Central e possuem direito de receber repasses dos Fundos Constitucionais, caso sejam qualificadas.
165	28.06	Projeto de Lei do Senado nº 59/2010. Altera a lei nº 11.110/2005 que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo orientado – PNMPO, a lei nº 7.827/1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998/1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamento que tratam.	Parecer contrário à tramitação do PLS, pois as mudanças apresentadas são desnecessárias e poderão restringir o público-alvo da PNMPO e dar privilégios ao microempreendedor individual perante os demais trabalhadores no acesso aos recursos do FAT.
173	07.07	Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 6.680/2009 que disciplina o Programa de Aquisição de Alimentos PAA e dá outras providências.	Parecer favorável à tramitação do substitutivo em questão, desde que consideradas as alterações sugeridas
174	08.07	Substitutivo ao PLC nº 78 de 2008, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura.	Parecer favorável à tramitação do substitutivo, desde que seja excluído seu art. 5º.

182	16.07	Projeto de Lei nº 792/2007, que dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências.	Parecer favorável à tramitação do PL, desde que sejam consideradas as alterações propostas.
194	28.07	Solicitação de análise de laudo pericial relativo à Ação Ordinária nº 2000.83.00.003094-6, da 2ª Vara Federal de Pernambuco, movido pela Alvorada Agropecuária S/A, contra a União Federal.	Parecer de que o Laudo Pericial em análise não apresenta informações suficientes para concluir pelo pagamento da indenização requerida pela autora.
198	03.08	Minuta de medida provisória que propõe ações específicas para os municípios atingidos pelas enchentes em PE e AL.	Parecer contrário à minuta de medida provisória da forma proposta, por entender que o ações de auxílio à população atingida por enchentes devem ser pontuais e atingir quem foi efetivamente prejudicado.
201	04.08	Projeto de Lei 7.397/2010 – Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.775, dispondo sobre a repactuação ou liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos do FNO, AO AMPARO DO Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal – PRODEX, do Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada – PRORURAL ou do FNO Especial.	Parecer contrário à tramitação do PL, pois o assunto já foi tratado do Decreto nº 7.137 de 29 de março de 2010.
206	09.08	PL 7.338/2010 – Dispõe sobre a anistia de parte das dívidas dos pescadores, associações, cooperativas e colônias junto ao Pronaf e dá outras providências.	Parecer contrário à tramitação do PL, pois as renegociações de dívidas rurais já foram realizadas amplamente em 2008.
207	09.08	PLS 192/2010 – Inclusão da avicultura de corte e de postura na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de preços mínimos PGPM.	Parecer contrário à tramitação do PL, uma vez que o setor foi amparado com uma Linha Especial de Financiamento (LEC) para sustentação do produto até a recuperação dos preços de mercado.
216	16.08	PLC 22/2010, que dispõe sobre o aperfeiçoamento dos instrumentos de seguro rural para a proteção da produção agrícola, pecuária, aquícola e de florestas no Brasil, mediante a instituição de mecanismos para fazer frente a catástrofes decorrentes de eventos da natureza e de doenças e pragas, incluindo subvenção econômica e dá outras providências – texto para sanção presidencial.	Apresentar manifestação favorável da SPE/MF sobre o mérito do projeto de lei complementar em destaque e sua tramitação, observadas e acatadas as alteração apresentadas no parecer 21 da SPE/MF e as observações apresentadas nos itens 3 e 4 deste parecer.
218	16.08	Projeto de Lei do Senado nº 131/2007 (substitutivo) que dispõe sobre incentivos fiscais e creditícios aos produtores rurais para a preservação e recuperação de nascentes e coberturas florestais.	Parecer favorável à tramitação do PLS, desde que as sugestões feitas sejam acatadas e os demais órgãos setoriais envolvidos na política sejam ouvidos.
220	17.08	PL 147/2010 Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra.	Assunto a ser tratado diretamente com o Ministério do Meio Ambiente
232	02.09	Deputado Assis Miguel Couto – Solicitou exame do mérito e parecer sobre a PEC 460/2010.	Parecer contrário à tramitação da PEC em questão, que propõe enrijecer ainda mais os recursos orçamentários do Governo Federal.
242	24.09	Projeto de Lei do Senado nº237/2010 – Dispõe sobre renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da SUDAM.	Parecer contrário à tramitação do PLS em questão, pois já houve ampla renegociação de dívidas agrícolas em 2008.
253	05.10	Análise da Minuta de Relatório AGF – Fontes de recursos para financiamento do combate às mudanças climáticas.	Reitera opinião do relatório AGF de que será necessária a combinação de diferentes fontes e mecanismos que permitam otimizar o uso dos recursos para adaptação e mitigação.

254	13.10	Substitutivo do Senado ao PLC nº 131 de 2008 (PL 4.622/2004 na origem), que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, institui o programa nacional de fomento às cooperativas de trabalho (PRONACCOOP) e revoga o parágrafo único do art. 442 da consolidação das Leis do trabalho – CLT, aprovada pelo decreto- lei nº 5.452, de 01 de maio 1943.	Parecer contrário à tramitação do PLC em questão, pois a inclusão de sociedades simples foge dos objetivos do Programa, além de aumentar demasiadamente o número de instituições que poderiam acessar os benefícios legais estabelecidos.
256	18.10	Emendas à medida Provisória nº 500 de 2010, que autoriza a união e as entidades da administração pública federal indireta a contratar, reciprocamente, ou com fundo privado do qual seja o Tesouro cotista único a aquisição, alienação, cessão e permuta de ações, a cessão de créditos decorrentes de aditamentos efetuados para futuro aumento de capital.	Parecer contrário a 7 das 10 Emendas à MP em questão, por serem desnecessárias ou contra o interesse público.
269	29.10	Minuta de decreto de regulamentação dos arts. 11 e 12 da lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima	Apresentar posição da SPE/MF sobre a matéria com recomendação que as alterações sugeridas no parecer sejam incorporadas ao texto da minuta de decreto.
279	01.12	Projeto de lei 7.821/2010 – Dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola.	Parecer favorável à tramitação do PL nos termos apresentados.
287	06.12	Projeto de lei do Senado nº 253, de que institui a Política de Desenvolvimento da Brasil Rural.	Parecer favorável à tramitação do PLS em questão nos termos apresentados.
293	08.12	Projeto de lei do Senado nº 325, de 2006 (substitutivo), que dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural e altera a lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.	Parecer contrário à tramitação do PLS pois não apresenta um efetivo aperfeiçoamento na atuação dos agricultores familiares, além de apresentar uma série de dispositivos problemáticos.
304	22.12	Projeto de Lei de Conversão, em fase de sanção presidencial, nº14/2010 (MPV 500/2010) – Emendas à Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Parecer favorável ao PLC em questão nos termos apresentados.

Fonte: SPE

Quadro IX - RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2010
SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPE/MF

DECRETOS, PROJETOS DE LEI E MEDIDAS PROVISÓRIAS				
Tipo	Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
Lei	12.249	11.6	Arts. 69, 70, 71, 72 e 73: Remissão e concessão de rebate para liquidação das dívidas de operações de crédito rural renegociadas nas condições da Lei nº 11.322 e das dívidas referentes às operações de crédito rural do Grupo 'B' do Pronaf; Arts.131 e132: subvenção extraordinária para os produtores de cana-de-açúcar na região Nordeste; Art. 138: altera os arts. 3º, 7º e 8º da Lei 11.775.	Beneficiar os agricultores familiares, em especial no Nordeste, restabelecendo as condições para permanência na atividade agrícola; Manter o ganho mínimo para os produtores de cana-de-açúcar no Nordeste. Concessão de prazo adicional para renegociação da dívidas rurais.

Decreto	7.137	29.03	Autoriza a prorrogação e concede desconto para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, de que trata o art. 56 da Lei no 11.775, de 17 de setembro de 2008	Regulamentar o art. 56 da Lei nº 11.775, de 2008, para atender as condições para renegociação e liquidação das operações de crédito rural dos pequenos agricultores da Região Norte do país, lastreadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, devido ao fato de que muitos pequenos agricultores da região enfrentaram dificuldades na conjuntura econômica da época, encargos variáveis incompatíveis com as suas atividades, além de problemas de infraestrutura, o que comprometeu a capacidade de pagamento destes agricultores.
Decreto	7.351	3.11	Dispõe sobre a concessão de rebates sobre os financiamentos de custeio e investimento, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, contratados por agricultores familiares em Municípios de Santa Catarina afetados por eventos climáticos adversos ocorridos em novembro e dezembro de 2008 e em setembro de 2009, e por agricultores familiares nos Municípios afetados pelo rompimento da barragem de Algodões no Piauí em 27 de maio de 2009, e dá outras providências.	Regulamentar a Lei nº 12.249, de 2010, para definir os prazos para solicitação de desconto adicional para liquidação de dívidas superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mutuário na região abrangida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, os documentos exigidos para a comprovação da incapacidade de pagamento do mutuário; os percentuais de descontos adicionais, considerando as diferentes situações; a criação de grupo de trabalho para acompanhar e monitorar a implementação dessas medidas.
Decreto	7.383	6.12	Dá nova redação a dispositivos do Decreto no 7.137, de 29 de março de 2010, que autoriza a prorrogação e concede desconto para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, de que trata o art. 56 da Lei no 11.775, de 17 de setembro de 2008.	Estender o período para a formalização das renegociações para até 30 de junho de 2010, para alcançar um número maior de produtores rurais.

Fonte: SPE

Quadro X - RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2010
SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPE/MF

NOTAS TÉCNICAS E PORTARIAS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
1	06.01	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural em Janeiro de 2010.	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
6	04.02	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural em Fevereiro de 2010.	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
10	04.02	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural em Março de 2010.	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
12	04.02	Portaria Interministerial MAPA e MF , dispoendo sobre alocação de recursos do Funcafé.	Publicação da Portaria nº 262, de 26 de março de 2010
13	10.03	Fundo de Terra e de Reforma Agrária - Proposta de ampliação dos limites de financiamento e de alteração e outras condições.	Aprovação da Resolução CMN nº 3.869, de 26 de maio de 2010.

19	05.04	Minutas de Duas Portarias Interministeriais MF, MAPA e MP definindo critérios e condições para a concessão de subvenção econômica para os produtos arroz, feijão, milho e trigo, das safras 2009/2010 e 2010.	Elaboração de nota técnica complementar nº 23, de 20 de abril, para exclusão do trigo da proposta e outros ajustes.
20	06.04	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural em Abril de 2010	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
21	09.04	Proposta de Linha de Crédito para Warrantagem de álcool.	Linha de crédito aprovada e executada no âmbito do BNDES.
23	20.04	Portaria Interministerial MF, MAPA e MP definindo critérios e condições para a concessão de subvenção econômica para os produtos arroz, feijão e milho, das safras 2009/2010 e 2010.	Publicação da Portaria nº 318, em 11 de maio de 2010.
24	27.04	Aviso nº 54/GM , de 7 de abril de 2010, por meio do qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA encaminha proposta de preços mínimos para culturas de inverno da safra 2010.	Proposta de redução do preço mínimo do trigo para a safra 2010 e manutenção dos preços dos demais produtos da safra de inverno.
27	18.05	Lei 11.775/2008 – Pedido de informações das operações de crédito rural.	Informações foram prestadas em tempo hábil pelo BASA, BB e BNB.
28	26.05	Pleito da Associação Brasileira de Café Solúvel (ABICS) para drawback para café verde.	Relatório enviado para o MDIC para tomada de providências.
29	10.06	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
30	16.06	Minuta de Portaria Interministerial MF, MAPA e MP definido critérios e condições para a concessão de subvenção econômica, para o produto uva do estado do Rio Grande do Sul, da safra 2009/2010.	Publicação da Portaria nº 459, de 18 de agosto de 2010.
31	29.06	Memorando nº 2562/2010 PGFN-CDA , de 21/06/2010 – Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraão Lincoln – Pacal – Anistia ou redução substancial de dívidas.	Relatório enviado à Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União para tomada de providências.
32	30.06	Portaria Interministerial MF, MAPA e MPOG que define os critérios e condições para o pagamento de equalização de preços, para sisal bruto, safras 2010/2011.	Publicação da Portaria nº 450, de 12 de agosto de 2010.
33	09.07	Minuta de decreto sobre prorrogação do período para renegociação de operações lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.	Publicação do Decreto 7.137, de 29 de março de 2010.
34	09.07	Operações oficiais de crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
38	28.07	Parecer PGFN/CJU/CPN nº 1.633 , de 5.08.2008.	Encaminhamento da nota à PGFN, para obter nova manifestação sobre a questão.
39	03.08	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
40	10.08	Portaria Interministerial MF, MAPA e MP para pagamento de subvenção econômica aos produtores rurais de cana-de-açúcar na região NE, referente à safra 2009/2010	Publicação da Portaria nº 591, de 12 de agosto de 2010.
41	12.08	Portaria Interministerial MF, MP, MAPA, MMA e MDA que define as condições e limites para as operações de subvenção aplicáveis aos produtos extrativos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos.	Publicação da Portaria nº 521, de 4 de novembro de 2010.

42	13.08	Minuta de decreto sobre a remissão, rebate para liquidação e desconto adicional para liquidação de dívidas rurais de que tratam os arts. 69, 70, 71 e 72 da Lei nº 12.249/10.	Publicação do Decreto nº 7.339, de 20 de outubro de 2010.
45	08.09	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural em Setembro de 2010.	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
47	04.10	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural em outubro de 2010.	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
48	26.10	Portarias Interministeriais que definem critérios e condições para a concessão de subvenção econômica, para o trigo em grãos da safra 2010 e para a venda dos estoques públicos do milho com subvenção; e Portaria Interministerial para a venda dos produtos dos estoques públicos sem subvenção.	Publicação das Portarias nº 1.071 e 1.072 de 8 de novembro de 2010.
49	27.10	Portaria Interministerial MAPA, MF e MP para a venda dos produtos dos estoques públicos.	Publicação da Portaria nº 1.072, de 8 de novembro de 2010.
50	03.11	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural em Novembro de 2010	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
54	24.11	Aplicação da lei 10.522 , de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados do setor público federal (Cadin), quando do pagamento da subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar da região nordeste, para a produção da safra 2009/2010.	Encaminhamento da nota à PGFN para subsidiar o posicionamento da SPE.
55	02.12	Portaria Interministerial MF, MAPA e MP que define os critérios e condições para liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, na forma de valor para escoamento de produto (VEP).	Publicação da Portaria nº 568, de 9 de dezembro de 2010.
56	06.12	Operações Oficiais de Crédito – Proposta de programação financeira para o crédito rural.	Destinação dos recursos para crédito rural nas finalidades indicadas.
57	07.12	Proposta de alteração da legislação do ICMS incidente sobre insumos de base orgânica para agricultura, encaminhada por meio do Ofício nº 925, de novembro de 2010, da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).	Encaminhamento da nota à SE/MF, com sugestão de encaminhamento da proposta ao CONFAZ.

32

Fonte: SPE

Quadro XI - RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2010
SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPE/MF

PORTARIAS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
26	28.1	Portaria Interministerial MF/MAPA/MP estabelecendo os parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos conduzidos pela Conab, para o Sisal Bruto da Safra 2009/2010.	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.
262	25.5	Portaria Interministerial MF/MAPA estabelecendo a distribuição dos recursos consignados no Orçamento da União para o Funcafé no exercício 2010, para financiamento destinado a produção e comercialização de café.	Garantir recursos para operações de crédito de custeio, colheita, comercialização e FAC (Financiamento da Aquisição do Café).

318	11.5	Portaria Interministerial MF/MAPA/MP estabelecendo parâmetros para a concessão de subvenção econômica na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos realizados pela CONAB e dos instrumentos de Prêmio de Escoamento de Produto - PEP e do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO, para os produtos arroz, feijão e milho, das safras 2009/2010 e 2010.	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.
450	12.8	Portaria Interministerial que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela CONAB e do Prêmio de Escoamento de Produto - PEP, para o Sisal Bruto das safras 2010/2011, produzidos nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte.	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.
591	12.8	Portaria Interministerial que define condições para o pagamento da subvenção econômica para os produtores de cana-de-açúcar cultivada na região Nordeste, na safra 2009/10, destinada à elaboração de açúcar e etanol em unidades industriais localizadas na própria região e cadastradas no MAPA.	Minimizar as dificuldades enfrentadas por produtores de cana na região nordeste em função do aumento dos custos de produção dessa cultura.
459	18.8	Portaria Interministerial MF/MAPA/MP que autoriza a concessão de subvenção econômica na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela CONAB e do instrumento de Prêmio de Escoamento de Produto - PEP, para uva do Estado do Rio Grande do Sul, da safra 2009/2010.	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.
311	19.8	Portaria Interministerial MMA/MAPA/MDA/MF/MP que institui o Grupo Gestor das Ações de Apoio à Comercialização de Produtos Extrativistas.	Promover o desenvolvimento sustentável e estabelecer instrumentos específicos para a inclusão produtiva dos povos e comunidades tradicionais;
521	4.11	Portaria Interministerial MF/MP/MAPA/MMA/MDA que estabelece parâmetros para subvenção econômica na forma de equalização de preços, referentes aos produtos da atividade extrativa da safra 2010/2011.	Apoiar a comercialização dos produtos oriundos do extrativismo.
1.071	8.11	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP que estabelece parâmetros para a concessão de subvenção econômica na forma de equalização de preços por meio de leilões públicos a serem realizados pela CONAB e dos instrumentos PEPRO/ PEP para o TRIGO em grãos da safra 2010.	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.
1.072	8.11	Portaria Interministerial MAPA/MF/MP que estabelece regras para venda de produtos dos estoques públicos aos agentes econômicos efetuada ao preço de mercado.	Disciplinar a aplicação dos normativos sobre venda de estoques públicos.
568	9.12	Portaria Interministerial MF/MAPA/MP que estabelece parâmetros para liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, na forma de Valor para Escoamento do Produto (VEP), por meio de leilões públicos a serem realizados pela CONAB.	Permitir o escoamento da produção mediante pagamento de subvenção aos produtores rurais.

Quadro XII - RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2010
SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPE/MF

OFÍCIOS			
Nº.	Data	Assunto	Resultados Esperados
2	05.01	Ofício da Câmara Municipal de Bento Gonçalves – RS nº 497/2009-GAB. – divulgação do preço mínimo da uva-safra 2009/2010.	Encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para conhecimento e providências cabíveis.
3	05.01	Ofício da Câmara dos Deputados nº 452/2009 – Preço Mínimo da soja-safra 2009/2010.	Encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para conhecimento e providências cabíveis.
4	05.01	Ofício 497/2009 – GAB – Divulgação do preço Mínimo da uva, safra 2009/2010.	Encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para conhecimento e providências cabíveis.
5	06.01	Ofício GP/DL/0793/2009, da Assembléia Municipal do Estado de Santa Catarina sobre fiscalização na importação de cebola.	Encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para conhecimento e providências cabíveis.
17	18.01	Ofício PRDC/PR/RS/7711 – Da aplicação do art. 85 do Estatuto da Terra como critério de fixação do preço mínimo.	Manifestar entendimento sobre o assunto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Rio Grande do Sul.
47	18.02	Ofício nº P.10/2009 – solicita que seja disponibilizado financiamento agrícola durante o ano todo para calagem.	Informar que, observadas as características necessárias, não há impedimentos para a concessão de financiamento em qualquer mês do ano.
48	18.02	Ofício nº FB-0091/2009 – Crédito Rural- Restrição para tomar novos créditos – Lei 11.775 e Res. 3.772.	Manifestar concordância com a solicitação da Febrabam sobre a criação no sistema Registro Comum de Operações Rurais (RECOR) de código para o registro e identificação de operações renegociadas, com vistas a garantir maior segurança à instituições financeiras quando tiverem que analisar propostas de financiamento para novos investimento.
65	12.03	Ofício nº 126 – PRM/DVL/GB/LRM – Instrução Processual- apurar irregularidades apontadas pela CGU no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.	Manifestar entendimento sobre o assunto à Procuradoria da República no Município de Divinópolis.
67	25.03	Cobertura de risco climático para operações de crédito de investimento realizadas no âmbito do Pronaf – Adequações no Seguro DA Agricultura Familiar – SEAF- Proagro Mais.	Ouvir a posição do BNDES para implementar a proposta.
69	25.03	Considerações e propostas de grupo de discussões sobre o endividamento do setor citrícola.	Informar sobre as medidas tomadas em favor do setor.
70	26.03	Cobertura de risco climático para operações de crédito de investimento realizadas no âmbito do Pronaf – Adequações no Seguro DA Agricultura Familiar – SEAF- Proagro Mais.	Ouvir a posição do Bando do Brasil para implementar a proposta.
71	29.03	Apoio ao setor agropecuário – Levantamento de Estatísticas.	Quantificar e avaliar as ações governamentais de apoio ao setor agropecuário.
86	08.04	Recolhimento da contribuição do INSS nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos	Adoção das devidas providências pelo MAPA quanto à aplicação da legislação cabível, de acordo com a orientação da PGFN.

87	12.04	Implementação e funcionamento do Fundo Garantidor do Investimento Rural – FGIR.	Informações do BNDES sobre as dificuldades encontradas quando da implementação do FGIR para o plano Safra 2010/2011.
96	22.4	Assistência técnica na área de crédito rural.	Informar ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul, que o Banco Central é o responsável pela fiscalização das operações relativas ao crédito rural.
97	22.4	Decreto nº 6.977, de 07.10.209 – Pronaf – Rebate especial – Resolução CMN nº 3.808, de 28.10.2009.	Concordância com o Banco do Brasil sobre os normativos referentes ao Pronaf.
98	29.4	Prorrogação de dívidas rurais.	Avaliação sobre os expedientes encaminhados em apenso.
107	11.5	Comunicações de incapacidade de pagamento de dívidas rurais – Resolução CMN 3.772, de 26.08.209.	Esclarecer sobre os normativos que autorizam prorrogação de dívida e a posição do Ministério da Fazenda sobre o assunto.
108	11.5	Comunicações de incapacidade de pagamento de dívidas rurais – Resolução CMN 3.772, de 26.08.209.	Esclarecer sobre os normativos que autorizam prorrogação de dívida e a posição do Ministério da Fazenda sobre o assunto.
121	1º.6	Requerimento de informação – proposta de fixação de Preços Mínimos para as Safras de Inverno 2011 e Verão 2010/2011 e estudo técnico de classificação do feijão.	Subsidiar análises das SPE acerca de comportamento de preços de mercado dos produtos agropecuários.
123	2.6	Pedido de informações das operações de crédito rural - BB/BASA/BNB	Subsidiar a SPE para elaboração de diagnóstico completo sobre as operações de crédito rural contratadas até 30.6.2009.
124	7.6	Linha emergencial de crédito para recuperação da capacidade produtiva de orizicultores do Estado do Rio Grande do Sul – ofício 481/2010/SE-MAPA de 2/06/10.	Posicionamento do MAPA sobre o pleito para implementação da proposta.
137	30.6	Ofício nº 0648/10, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – referente à situação crítica em que se encontram os produtores rurais de milho, trigo, do estado do Paraná.	Encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para conhecimento e providências cabíveis.
138	30.6	Ofício nº 0648/10, enviado pela FAEP por e-mail, referente à situação crítica em que se encontram os produtores rurais de milho e trigo do Estado do Paraná.	Informar a Federação da Agricultura do Estado do Paraná sobre as ações tomadas pelo Governo Federal sobre o assunto.
147	5.7	Ofício Gab. LCH nº 0352/10 do Deputado Luis Carlos Heinze. Sugere a substituição da garantia na linha de crédito emergencial, no âmbito d Programa de Estímulo à Produção Agropecuária sustentável – Produsa, para os produtores de arroz.	Encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para conhecimento e providências cabíveis.
148	5.7	Ofício Gab. Nº 238/10 do Deputado Luis Carlos Haully – encaminha ofício nº 585/10 – GP da Federação da Agricultura do Estado do Paraná que solicita apoio para ampliar os recursos do programa de Subvenção Federal ao Prêmio do Seguro Rural.	Encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para conhecimento e providências cabíveis.
152	9.7	Carta PRE 133/10 – Recursos Obrigatórios do Manual de Crédito Rural – MCR 6-2 – Aplicação para financiamento de máquinas importadas.	Informar a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos sobre as medidas e normativos existentes para o setor.
155	20.7	Ofício OCE 91/2010 que manifesta insatisfação quanto ao não ressarcimento das taxas do INSS aos produtores rurais nas operações de garantia de preços mínimos e solicita restabelecimento desta sistemática de ressarcimento	Informa sobre o respaldo legal para ressarcir o encargo financeiro da contribuição do INSS nas operações de subvenções de equalização de preços.

160	28.7	Indicação nº 6.468/2010 do Deputado Lira Maia – Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraão Lincoln – Pacal – Sugere anistia ou redução substancial de dívidas.	Informar sobre as medidas existentes em Lei sobre o assunto e sobre a competência do MF sobre o assunto.
163	29.7	Ofício nº 4248, de 22.6.2010 – Encaminhamento de parecer sobre o laudo pericial relativo à Ação Ordinária nº 2000.83.00.003094-6, da 2ª Vara Federal de PE, movido pela Alvorada Agropecuária S/A, contra a União Federal.	Subsidiar a Advocacia-Geral da União/Procuradoria Regional da União - 5ª região, sobre o Laudo Pericial.
164	30.7	Requerimento e informações – encaminhamento de dados referentes às operações de PEP, PEPRO, AGF e Contrato de Opção Público.	Controlar e sistematizar os dados das operações da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, para prover aos gestores públicos informações acerca dos resultados e dos beneficiários da política.
165	3.8	Ofício nº 263-A/2010 que solicita a prorrogação das operações agropecuárias de investimento, vincendas em 90 dias.	Informar sobre os normativos do Conselho Monetário Nacional que tratam do assunto.
182	20.8	Norma Complementar na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.	Informar da impossibilidade do CMN em atender o pleito.
198	3.9	Ofício nº 0971/10, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, referente à solicitação da continuidade dos leilões de PEP de milho para o Estado do Paraná.	Encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para conhecimento e providências cabíveis.
199	3.9	Ofício nº 0971/10, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, referente à solicitação da continuidade dos leilões de PEP de milho para o Estado do Paraná	Informar que a definição do volume e a distribuição dos recursos estão a cargo do MAPA e que, portanto, cópia do Ofício foi encaminhada àquela Pasta.
203	13.9	Subvenção extraordinária para os produtos independentes de cana de açúcar na região Nordeste, referente safra 2009/2010.	Informar a posição da SPE/MF sobre o assunto e Programas existentes que subvencionam os produtores de cana-de-açúcar.
210	20.9	Carta s/n enviada a ABIT em 11/08/2010, que solicita a revogação do limite de R\$ 650,000,00 por produtor, em empréstimos para a aquisição de algodão.	Informar a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções - ABIT, sobre as normas existentes para operacionalização dos recursos oriundos das operações de crédito rural.
235	28.10	Ação do Rito Ordinário nº 2002.34.00.040944 – 3 – Autor: USINA CENTRAL OLHO D'AGUA.	Oferecer à Advocacia-Geral da União informações e subsídios para fundamentação de defesa da União em ações ajuizadas por empresas sucroalcooleiras.
263	19.11	Ofício/Gab/LCH nº 0443/10, de 5 de novembro de 2010, encaminhamento de documento da Fecoagro.	Informar ao Deputado Luis Carlos Heinze a edição de normativos com a adoção de medidas e disponibilização de recursos para leilões de Prêmio de Escoamento de produto (PEP).
269	30.11	Ofício FB-1892/2010, de 9.11.2010, da Febraban – Resolução nº 3.901, de 30.09.2010-Ajuste normas das linhas de crédito destinadas aos financiamentos para aquisição de café (FAC), dos empréstimos do Governo Federal (EGF) e da linha especial de crédito (LEC).	Manifestação do Banco Central do Brasil sobre a real necessidade de implementação das medidas.
282	7.12	Ofício nº 684/2010/SPAE – MAPA – Reavaliação da portaria Interministerial MAPA/MF nº 591/2010 - Ação Judicial nº 0014926-87.2010.4.05.8300 – Requerente: União Nordestina dos produtores de Cana-de-açúcar – UNIDA.	Encaminhar Parecer ao MAPA para subsidiar à defesas da União nos Autos de Ação Cautelar proposta pela UNIDA.

285	14.12	Ofício nº 045/AVES/ASES, de 22 de novembro de 2010.	Informar a Associação dos Avicultores e Suinocultores do Estado do Espírito Santo sobre a edição de normativos que visam a atender o programa de abastecimento aos criadores de aves e suínos do Espírito Santo e de outras regiões.
-----	-------	---	--

Fonte: SPE

Quadro XIII - RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2010
SECRETARIA ADJUNTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPE/MF

REPRESENTAÇÕES - Câmaras, comissões, conselhos e grupos		
Nº. de reuniões	Assunto	Resultados Esperados
4	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (no âmbito do SISAN)	Promover a articulação e integração dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal relacionados à segurança alimentar e nutricional e integrantes do Consea.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos.	Propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento da Cadeia Produtiva no agronegócio brasileiro.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural.	Propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Borracha Natural no agronegócio brasileiro.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura.	Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à fruticultura, por se tratar de importante setor do agronegócio brasileiro.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados.	Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à produção de mandioca e derivados, por se tratar de setor importante para a alimentação básica.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Agricultura Orgânica.	Acompanhar as ações para o desenvolvimento das atividades da cadeia produtiva no agronegócio brasileiro.
6	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Arroz.	Propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento da Cadeia Produtiva no agronegócio brasileiro.
6	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina	Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à produção de carne bovina e derivados, principalmente por se tratar de importante item na pauta de exportações brasileiras.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno	Fazer uma avaliação da conjuntura do setor tritícola e demais cereais de inverno, de modo a fundamentar sugestões de políticas públicas para esse segmento da agropecuária, que tem no trigo o principal produto da pauta agrícola de importações brasileira.
3	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados	Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à produção e ao abastecimento de leite e derivados, por se tratar de importante setor do agronegócio brasileiro.
5	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel	Contribuir para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas à cadeia de óleos e biodiesel, por se tratar de importante setor do agronegócio brasileiro, especialmente quanto à questão energética e ambiental.
2	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados.	Propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento da Cadeia Produtiva no agronegócio brasileiro.
4	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão	Fazer uma análise da conjuntura da lavoura de feijão, de modo a fundamentar sugestões de medidas para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas a esse produto fundamental do ponto de vista do abastecimento do mercado interno.

5	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo	Fazer uma discussão da conjuntura desses produtos, de modo a fundamentar sugestões de aprimoramento das políticas públicas voltadas para essas culturas, que são fundamentais para assegurar o adequado suprimento das cadeias produtivas de aves e suínos.
2	Câmara Temática da Agricultura Sustentável e Irrigação	Discutir propostas e apresentar sugestões sobre ações que garantam o desenvolvimento do agronegócio de forma sustentável.
0	Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio.	Criada em função do forte crescimento do agronegócio e da necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos tradicionais de crédito, comercialização e seguro rural, objetivando a garantia de renda ao produtor.
4	Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio	Discutir os efeitos e apresentar propostas de solução para os problemas referentes à infra-estrutura e logística (estradas, portos, armazéns, fontes de energia, ...) do agronegócio.
12	Câmara Temática de Insumos Agropecuários	A Câmara pretende manter a alta performance do crescimento da agropecuária Brasileira, sugerir e produzir as regras que determinem a política específica para esse importante setor da economia nacional
2	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira - CPDS	Atua no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais do Conselho de Governo e coordena a implementação da Agenda 21 Brasileira, o apoio aos processos de Agendas 21 Locais e avaliação da implementação do Plano Plurianual, da LDO e da Lei do Orçamento Anual, tendo como referencia a Agenda 21 Brasileira e estratégias de desenvolvimento sustentável.
8	Comissão de Programação Financeira Mensal das Operações Oficiais de Crédito direcionadas ao setor rural	Tem por objetivo indicar as prioridades de aplicação dos recursos do orçamento das operações oficiais de crédito no crédito rural.
8	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 1º TJR/DF	Avaliar e julgar processos administrativos para concessão de seguro aos produtores rurais enquadrados no Proagro.
2	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 4º TJR/RS	Avaliar e julgar processos administrativos para concessão de seguro aos produtores rurais enquadrados no Proagro.
0	Comissão Especial de Recursos do PROAGRO – CER – 5º TJR/PR	Avaliar e julgar processos administrativos para concessão de seguro aos produtores rurais enquadrados no Proagro.
2	Comissão Intersetorial - Presidência da República e Regiões Italianas de Úmbria, Marche, Toscana e Elímilia Romana.	Acordo entre os Governos do Brasil e da Itália com objetivo de viabilizar projetos de cooperação com foco no desenvolvimento local, em parceria com estados e municípios.
3	Comitê Diretor de Acordo Internacional do Café - CDAI/Café.	Proceder à análise, discussão, aprovação e gestão das ações, projetos e programas relacionados ao Acordo Internacional do Café e à Organização Internacional do Café – OIC.
2	Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio do Café CDPE/Café	Proceder à análise, discussão e aprovação de propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café.
3	Comitê Gestor do Fundo Seguro-Safra	Definir critérios e percentuais de valores para participação de agricultores/municípios/estados a concessão do Seguro-Garantia Safra.
6	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural	Apreciar e encaminhar ao Poder Executivo propostas relativas ao percentual sobre o prêmio ou valor máximo da subvenção econômica, assim como propor limites subvencionáveis e as condições operacionais para implementação do seguro rural no País.

4	Comitê Interministerial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Comitê Interministerial – PNMPO	Visa subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do PNMPO; definir prioridades e condições técnicas e operações do PNMPO; e receber, analisar e elaborar proposições a serem submetidas aos Ministérios diretamente envolvidos no PNMPO, ao CODEFAT e ao CMN.
4	Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário	Ampliar a redistribuição de terra, consolidar regimes de propriedades e o uso em bases familiares, visando a justa distribuição através do crédito fundiário.
14	Comitê Técnico de Assuntos Rurais	Avaliar as propostas de votos que deverão ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.
13	Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - CONSAD	Avaliação das atividades da empresa, fixar políticas de ação, aprovar o plano diretor, aprovar a política pessoal, fixar as políticas de articulação com as entidades de assistência técnica e extensão rural, aprovar a prestação de contas, bem como propor os aumentos do capital social da Embrapa; indicar, ao Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para nomeação pelo Presidente da República, nomes para os cargos de Diretor-Presidente e de Diretores-Executivos.
8	Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC	Aprovar o plano de safra para o setor cafeeiro e a proposta orçamentária anual referente aos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ.
4	Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO	Aprovar até 15 de dezembro de cada ano os programas do FCO, com base na proposta de aplicação dos recursos; compatibilizar as aplicações, acompanhar e avaliar as atividades e os resultados obtidos.
13	Conselho Monetário Nacional – CMN	Estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial.
4	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF	Propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas, constituindo-se em espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar.
4	Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES	Propor de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária. A composição do CNES foi objeto de extensas negociações, visando a garantir a representação efetiva tanto da sociedade como do Estado - representatividade essencial para que a interlocução em seu seio resulte no aprimoramento permanente das políticas públicas para a economia solidária.
25	Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA	O CNPA é composto por representantes dos setores público e privado, cabendo-lhe orientar e assessorar o Ministério da Agricultura na identificação das prioridades da política agrícola.
7	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA	O CONSEA é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Tem caráter consultivo e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação.

5	Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	Dispor sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, objetivando a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
32	Grupo de Trabalho – Mudanças Climáticas – SE/MF	Elaborar propostas, no escopo da missão e das atribuições do MF, visando a implementação das ações e alcance das metas do Plano Nacional de Mudanças Climáticas e, em particular, criar condições para a consolidação e expansão da participação de agentes econômicos brasileiros no mercado de créditos de carbono.
2	Grupo de Gestor das Ações de Apoio a Comercialização de Produtos extrativos.	Coordenar as ações de apoio a comercialização de produtos oriundos do extrativismo, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.
10	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - Grupo Gestor	Tem por finalidade deliberar, propor, apoiar e acompanhar ações necessárias à operacionalização do programa.
2	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF	O PGPAF tem por objetivo assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo PRONAF por ocasião da amortização ou a liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros.
2	Projeto de Assistência Técnica para a Agenda de Sustentabilidade Ambiental – TAL Ambiental - Comitê Técnico	O Comitê Gestor foi criado com a finalidade de coordenar a implementação do Projeto Assistência Técnica para Agenda da Sustentabilidade Ambiental - Projeto 05/043-TAL Ambiental.
9	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP – CONSAD	O SESCOOP é integrante do Sistema Cooperativista Nacional. Foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. Seus objetivos são: promover o cooperativismo, a capacitação, a formação profissional, a autogestão e desenvolvimento social nas cooperativas.

Fonte: SPE

2.7.8 - Coordenação-Geral de Modelagem Econômica (Coordenador-Geral responsável: Fábio Mitsuo Fukujima Goto)

A – Elaboração da Grade de Parâmetros

Objetivo geral: Elaborar a grade de parâmetros para o processo orçamentário.

Objetivo específico: gerar projeções, cenários simples, cenários de stress e cenários de choques de variáveis macroeconômicas exógenas (ou parcialmente controladas) sobre variáveis macroeconômicas relevantes.

Beneficiários: instituições do Governo Federal envolvidas na elaboração no processo orçamentário.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Grade de Parâmetros	Atualização bimestral das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros	Processo Orçamentário	Finalizada.
Grade de Parâmetros	Melhorias de eficiência (tempo de atualização) e qualidade (precisão da projeção).	Processo Orçamentário	Finalizada.

B – Acompanhamento Conjuntural

Objetivo geral: acompanhamento de indicadores da conjuntura econômica e das projeções de outros agentes de mercado para a realização de apresentações e de projeções.

Objetivo específico: acompanhamento e atualização de banco de dados das séries (1) geração de energia (ONS); (2) tráfego de veículos (ABCR) e (3) produção de embalagem (ABPO); apresentações sobre o PIB.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais da SPE/MF.

Resultados alcançados: acompanhamento e atualização de banco de dados; apresentação para PIB.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2009
Banco de Dados	Atualização.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada.
Apresentações sobre o PIB	Elaboração de apresentação.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada.
Projeções de Outras Instituições	Acompanhamento das projeções publicadas por outras instituições.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada.
Economia em Perspectiva	Edição e revisão da publicação “Economia em Perspectiva”	Secretário de Política Econômica	Finalizada.

C – Estudos Diversos

Objetivo geral: elaboração de estudos e cenários macroeconômicos (ensaios, previsões e avaliações de premissas para composição de cenários).

Objetivo específico: gerar projeções, cenários simples, cenários de stress e cenários de choques de variáveis macroeconômicas exógenas (ou parcialmente controladas) sobre variáveis macroeconômicas relevantes.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais da SPE/MF.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2009
Indicadores Coincidentes da PIM	Previsão de curto prazo para Produção Industrial	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada
Indicadores Coincidentes do PIB	Previsão de curto prazo para o PIB, anual/trimestral, demanda/oferta.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada
Estimação do Hiato do Produto	Estimação do Hiato do Produto através do Filtro HP, Função de Produção, Tendência Quadrática, Tendência Linear e	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2009
	Kalman.		
Modelo de Impacto Fiscal	Estimação de Modelo de pequeno porte produto, inflação e juros e superávit primário.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada
Modelo Macroeconômico de Pequeno Porte	Elaboração de Modelo considerando as principais variáveis macroeconômicas: produto, inflação e juros.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Em desenvolvimento.
PIB mensal	Elaboração do PIB mensal com base em métodos de desagregação temporal.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Em andamento.
Modelo de Consistência Macroeconômica	Elaboração de modelo considerando diferentes cenários para variáveis exógenas e avaliação dos cenários gerados por estas.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Em andamento.
FIES	Segunda avaliação com dados da RAIS/MTE e Caixa Econômica Federal.	TCU, Coordenação-Geral do Araldo	Finalizada.
Técnicas de Dessazonalização no SCN	Manutenção e desenvolvimento de Suplemento (VBA) para Excel.	Secretário de Política Econômica e Coordenadores-Gerais.	Finalizada.
Matriz de Contabilidade Social	Elaboração de uma matriz de contabilidade social para avaliar impacto exógeno.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
BNDES	Estimação do impacto de aportes do BNDES sobre o investimento.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
Juros Neutro	Estimação da taxa de juros neutra.	Secretário de Política Econômica	Em andamento.
VAR Câmbio	Estimação do impacto de juros sobre o câmbio.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
Câmbio e Reservas	Estimação do impacto de reservas sobre o câmbio por Modelo de Painel	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
Eventos Esportivos (Copa e Olimpíada)	Estimação do custo e impacto sobre o PIB dos investimentos da Copa de 2014.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
Artigo 4 FMI	Análise e discussão dos estudos do FMI.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
Curva de Juros	Acompanhamento dos contratos em aberto.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
FGV – Curso de Pobreza (?) (Prof. Marcelo Neri)	Participação.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
FGV – Curso de Modelagem (Prof. Tiago Berriel)	Participação e acompanhamento.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
FGV – Curso de SAM (Prof. Rafael e Humberto)	Participação e acompanhamento.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.
IPEA – Curso de Pesquisa Orçamento Familiar (IBGE)	Participação.	Secretário de Política Econômica	Finalizada.

2.7.9 - Coordenação-Geral de Política Fiscal
(Coordenador-Geral responsável: Manoel Carlos de Castro Pires)

A – Reuniões de Conjuntura da SPE

Objetivo geral: apresentação e discussão dos principais eventos semanais da conjuntura econômica com vistas ao monitoramento macroeconômico pelo Ministério da Fazenda.

Objetivo específico: disseminação de informações de conjuntura no interior do Ministério da Fazenda.

Beneficiários: Ministério da Fazenda (Gabinete), Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: institucionalização das informações e análises de conjuntura no interior do Ministério da Fazenda

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Reuniões, em geral semanais, de discussão de conjuntura	Participam das reuniões, além de diversas coordenações-gerais da SPE, o Gabinete do Ministro da Fazenda, a Secretaria Executiva e a Secretaria do Tesouro Nacional. À Coordenação-Geral de Política Fiscal cabe a apresentação dos informes de política fiscal	-	Reuniões ordinárias em andamento semanalmente.

B – Convênio SPE e Fundação Getúlio Vargas (FGV), termos de referências

Objetivo geral: elaboração de estudos voltados às necessidades do Ministério da Fazenda.

Objetivo específico: metodologia de avaliação de programas avaliados pela SPE em cumprimento a Acórdãos do TCU; quantificação dos efeitos da política fiscal sobre a produção e emprego.

Beneficiários: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, TCU, prestação de contas à sociedade.

Resultados alcançados: capacitação do corpo técnico da SPE, Relatórios Parcial e Final.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Termo de Referência SPE-FGV, 30 de outubro de 2009	“Metodologia de Avaliação dos Impactos Sócio-econômicos dos Investimentos do PAC	Termo de Referência produzido pela equipe de política fiscal da SPE com vistas ao desenvolvimento de metodologia própria para avaliação de impactos sócio-econômicos dos investimentos do PAC com vistas ao atendimento do Acórdão n. 1690/2007-TCU-Plenário, item 9.4.2	concluído

Reunião SPE-FGV-BNDES, Rio de Janeiro, 30 de abril de 2010	Reunião técnica para discussão da base de dados do BNDES relativa aos projetos de investimento do PAC selecionados para avaliação	Seis projetos da área de geração e transmissão de energia elétrica foram selecionados para avaliação; definição do formato de apresentação dos dados pelo BNDES	concluído
Ofício n. 120/SPE-MF, 24 de maio de 2010	Pedido encaminhado à Casa Civil com vistas à autorização do acesso da FGV à base de dados do BNDES com informações técnicas dos projetos selecionados de investimento do PAC	Pedido aceito pela Casa Civil; uso da base de dados pela FGV seria supervisionado pela SPE	concluído
Ofício n. 156/SPE-MF, 26 de julho de 2010	Solicitação ao BNDES das informações necessárias à realização do estudo de impacto econômico dos projetos selecionados de investimento em energia elétrica do PAC	Formatação da base de dados pelo BNDES	concluído
Ofício n. 200/SPE-MF, de 6 de setembro de 2010	Envio à FGV das informações elaboradas pelo BNDES relativas aos projetos de investimento de energia elétrica do PAC	Aplicação da metodologia de avaliação da FGV à base de dados enviada pela SPE	concluído
Recebimento do Relatório Preliminar da FGV, 5 de novembro de 2010	“Análise dos impactos socioeconômicos de projetos de geração e transmissão de energia elétrica”; do relatório constam descrição da metodologia desenvolvida (modelo de insumo-produto estendido) e apresentação dos principais resultados	Reunião de trabalho SPE-FGV em Brasília para apresentação do Relatório; leitura e discussão do Relatório pela SPE; aprovação do produto	concluído
Aulas da FGV na SPE em Brasília, nov. e dez. de 2010	Programa do curso: introdução à contabilidade nacional; introdução à teoria de insumo-produto; modelo de insumo-produto estendido; estimativa do modelo; análise do estudo de caso: projetos de energia elétrica do PAC	Capacitação do corpo técnico da SPE; disponibilização pela FGV à SPE dos arquivos em excel e apresentações com as aplicações do modelo de avaliação	concluído
Recebimento do Relatório Final da FGV, 20 de dezembro de 2010	“Análise dos impactos socioeconômicos de projetos de geração e transmissão de energia elétrica”; do relatório constam descrição da metodologia desenvolvida (modelo de insumo-produto estendido), apresentação dos principais resultados e sugestões de aperfeiçoamento do estudo	Discussão do Relatório Final pela equipe técnica da SPE; aprovação do produto	concluído
Termo de Referência SPE-FGV, agosto de 2010	“Limites da Política Fiscal Anticíclica no Brasil”	Proposta de quantificação dos efeitos sobre produto e emprego dos diferentes instrumentos de política fiscal no Brasil; proposta de mensuração do impacto de diferentes instrumentos fiscais sobre as contas externas nacionais	Pesquisa a ser desenvolvida pela FGV e monitorada pela SPE ao longo de 2011

C – Produção de textos, tabelas, gráficos e apresentações para os Balanços do PAC divulgados à sociedade pela Casa Civil da Presidência da República

Objetivo geral: os Balanços do PAC com periodicidade quadrimestral constituem prestação de contas à sociedade do principal programa do Governo Federal.

Objetivo específico: elaboração de textos sobre a conjuntura econômica, de tabelas e gráficos com indicadores de conjuntura; apresentações do Ministro da Fazenda nas cerimônias de lançamento dos Balanços.

Beneficiários: prestação de contas à sociedade, órgãos de controle externo e interno, Presidência da República, Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: Balanços do PAC, ns. 9, 10 e 11.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Quadro Macroeconômico dos Balanços do PAC	Descrição da evolução dos principais indicadores econômicos influenciados pelo PAC		concluído
Apresentações do Ministro da Fazenda	Panorama da economia brasileira apresentado no lançamento dos Balanços do PAC		concluído

D – Assessoria na elaboração de textos, gráficos e tabelas para Apresentações diversas do Ministério da Fazenda

Objetivo geral: divulgação dos traços principais da política econômica brasileira pelo Ministério da Fazenda em fóruns diversos da sociedade.

Objetivo específico: produção de *slides* para discursos e apresentações dos dirigentes do Ministério da Fazenda.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: apresentações diversas.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Apresentação do Ministro da Fazenda, Brasília, 14 de abril de 2010	“Evolução da Dívida Externa e da Dívida Pública”, apresentação na CPI da Dívida Pública	-	concluído
Apresentação do Secretário de Política Econômica, Rio de Janeiro, 10 de maio de 2010	“O desafio do financiamento do investimento”	-	concluído
Apresentação do Secretário de Política Econômica, São Paulo, 19 de maio de 2010	“O Brasil do futuro”	-	concluído
Apresentação do Secretário Adjunto de	“Políticas macro-estructurales para el desarrollo, experiencias	-	concluído

Acompanhamento Macroeconômico da SPE, Chile, 27 de agosto de 2010	de políticas macroeconômicas para el desarrollo: políticas fiscales y monetarias en Brasil”, Seminário da Cepal		
Apresentação da Coordenação-Geral de Política Fiscal da SPE, Brasília, 22 de nov. de 2010	“Panorama Fiscal: um contexto para o PAC”; apresentação ao curso de formação dos gestores públicos (especialistas em políticas públicas e gestão governamental) do Ministério do Planejamento	-	concluído
Apresentação da Coordenação-Geral de Política Fiscal da SPE, Brasília, 26 de nov. de 2010	O Brasil e o Going for Growyh	-	concluído
Apresentação da Arrecadação Federal. Periodicidade mensal.	Monitoramento da evolução da arrecadação federal previdenciária e não-previdenciária	Subsídio para acompanhamento da arrecadação federal.	concluído
Apresentação da Política Fiscal. Periodicidade mensal.	Monitoramento das principais variáveis de política fiscal ou por ela afetadas. Destacam-se: resultado primário e nominal acima e abaixo da linha; previdência; composição dos gastos e detalhamento de rubricas e programas específicos; dívida pública; juros.	Subsídio para acompanhamento da política fiscal .	Concluído
Apresentação do RGPS - Regime Geral de Previdência Social. Periodicidade mensal.	Monitoramento do resultado, receitas e despesas do RGPS, assim como da evolução dos benefícios por grupos de espécie, natureza, clientela e faixa de valor.	Subsídio para acompanhamento da política fiscal .	concluído
Apresentação sobre o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social. Brasília, 21 de julho de 2010. Periodicidade mensal.	Panorama geral do RPPS: necessidade de financiamento; quantidade e gastos com benefícios; comparativo com o RGPS.	Evidenciação da necessidade de reformas no RPPS.	concluído
Anuário Estatístico Fiscal. Periodicidade mensal.	Arquivo com estatísticas fiscais consolidadas acima da linha, abaixo da linha, previdência, investimentos e carga tributária.	Subsídio para acompanhamento da política fiscal .	concluído
Relatório de Indicador Fiscal. Periodicidade mensal.	Arquivo com resumo das estatísticas fiscais do resultado primário, nominal e dívida pública.	Subsídio para acompanhamento da política fiscal .	concluído

E – Elaboração de slides para a publicação “Economia Brasileira em Perspectiva” do Ministério da Fazenda

Objetivo geral: “Economia Brasileira em Perspectiva” é uma publicação bimestral do Ministério da Fazenda voltada ao público em geral que visa consolidar e atualizar a evolução das principais variáveis macroeconômicas.

Objetivo específico: assessoria na elaboração dos textos, gráficos e tabelas relacionados à política fiscal.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: Economia Brasileira em Perspectiva, ns. 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Economia Brasileira em Perspectiva, ns. 3, 4, 5, 6, 7 e 8	Informativo bimestral elaborado pelo Ministério da Fazenda com a participação de diferentes Secretarias e que visa consolidar e atualizar informações relativas às principais variáveis macroeconômicas		Concluído

F – Representação da SPE na Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto (CTPGV)

Objetivo geral: representar a SPE na CTPGV.

Objetivo específico: discutir e avaliar a viabilidade econômico-financeira de projetos de grande vulto relacionados no Plano Plurianual (PPA); sugerir à Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) do PPA a aprovação ou rejeição dos projetos de grande vulto do Governo Federal.

Beneficiários: Governo Federal.

Resultados alcançados: validação de Manuais Técnicos de Apresentação de Projetos; encaminhamento ao CMA dos votos relativos à análise de projetos de grande vulto.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Reunião Ordinária da CTPGV, 2 de fev. de 2010	Validação dos “Manuais de Apresentação de Estudos de Viabilidade Técnica e Socioeconômica de Projetos de Grande Vulto” elaborado pelo Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CENTRAN) para as áreas ferroviária, hidroviária, portuária, rodoviária e urbana; análise do Projeto de Implantação do Complexo Integrado do INCA no Rio de Janeiro	Voto indicativo de aprovação do Projeto do INCA	concluído
Reunião Ordinária da CTPGV, 3 de nov. de 2010	Apresentação do INCA justificando alterações no Projeto de Implantação do Complexo Integrado do INCA; apresentação pela Comissão Nacional de Energia Nuclear do Projeto do Reator Multipropósito Brasileiro no estado de São Paulo	Voto indicativo de aprovação às mudanças do Projeto do INCA; elaboração de novos questionamentos à Comissão Nacional de Energia Nuclear	concluído
Reunião Ordinária da CTPGV, 7 de dez. de 2010	Discussão e deliberação sobre a viabilidade técnica e socioeconômica do Projeto do Reator Multipropósito Brasileiro	Voto indicativo de aprovação do Projeto do Reator Multipropósito Brasileiro	concluído

G – Impactos Fiscais das Operações do BNDES: estudos, reuniões de trabalho e apresentações

Objetivo geral: tendo em vista o aumento dos desembolsos do BNDES no período recente, bem como o crescimento das operações de empréstimo do Tesouro Nacional ao BNDES, assessorar o Ministério da Fazenda.

Objetivo específico: discussão dos impactos fiscais das operações do Tesouro com o BNDES (Leis 11.948/2009 e 12.249/2010) e os desafios do financiamento de longo prazo no Brasil.

Beneficiários: Ministério da Fazenda, BNDES, prestação de contas à sociedade.

Resultados alcançados: nota técnica e apresentação do Ministério da Fazenda e do BNDES.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Nota Técnica, abril de 2010	“Empréstimo Tesouro-BNDES (Lei 11.948/2009): estimativa de custo fiscal em 2009 e 2010”; apresenta proposta de metodologia e estimativa de custo fiscal associado aos repasses de R\$ 100,0 bilhões do Tesouro Nacional ao BNDES nos moldes definidos pela Lei 11.948/2009		concluído
Reunião do Ministério da Fazenda com a direção do BNDES, Rio de Janeiro, 6 de julho de 2010	Discussão das estratégias de <i>funding</i> e investimento do BNDES para o período 2011-14		concluído
Apresentação do BNDES, 19 de agosto de 2010	“Benefícios dos empréstimos do Tesouro ao BNDES”; estimativa de ganhos fiscais associados aos desembolsos do BNDES lastreados pelos empréstimos do Tesouro em 2009 (Lei 11.948/2009) e 2010 (Lei 12.249/2010)		concluído

H – Elaboração de Notas Técnicas diversas

Objetivo geral: assessoria ao Secretário de Política Econômica e ao Ministro da Fazenda.

Objetivo específico: estudo de temas de interesse do Ministério da Fazenda, em geral associados a estatísticas fiscais ou impactos fiscais de medidas de política econômica.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: Notas Técnicas

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Nota Técnica, fevereiro de 2010	“O quão pequeno é o investimento público no Brasil? Evidências preliminares a partir de comparações internacionais.”		concluído
Nota Técnica, fevereiro de 2010	“PLS n. 611/2007”, propõe limite para o crescimento das despesas com pessoal da União entre 2011 e 2020		concluído

Nota Técnica, fevereiro de 2010	Nota técnica sobre o Programa de Financiamento às Exportações – Proex		concluído
Nota Técnica, abril de 2010	Avalia as características e impactos fiscais das principais propostas de reajuste dos benefícios do RGPS		Concluído
Nota Técnica, maio de 2010	“PLV2_2010_Extinção Fator Previdenciário”		Concluído
Nota Técnica, maio de 2010	O objetivo da Nota é avaliar os efeitos da Emenda aprovada pelo Congresso Nacional à MP nº 475/2009 que extingue o fator previdenciário. Para tanto, a análise desta SPE/MF está focada em 3 partes: a) criação do fator previdenciário; b) resultados; e c) efeitos da extinção do fator.		concluído
Nota Técnica, junho de 2010	“Notas sobre o conceito e a evolução da Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (DLSP) no Brasil”		concluído
Nota Técnica, julho de 2010	“Estimativa de variação da taxa implícita da DLSP associada ao carregamento de ativos”		concluído
Nota Técnica, agosto de 2010	“Pensão por Morte”		Concluído
Nota Técnica, outubro de 2010	“IOF sobre o investimento estrangeiro em renda fixa – efeitos sobre o rendimento do investidor estrangeiro, dívida pública e títulos públicos”		concluído
Nota Técnica, novembro de 2010	“Reforma da Previdência do Setor Público e o FUNPRESP”		Concluído

I – Atualização de Base de Dados referente à execução orçamentária do PAC

Objetivo geral: acompanhamento do PAC.

Objetivo específico: monitoramento da execução orçamentário-financeira do PAC.

Beneficiários: SPE e Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: relatórios mensais de acompanhamento orçamentário-financeiro do PAC.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Base de Dados do PAC atualizada periodicamente	Acompanhamento Orçamentário Financeiro do PAC	-	Base de dados atualizada com valores da execução orçamentária de novembro de 2010

J – Elaboração do cálculo do benefício creditício dos fundos constitucionais de financiamento.

Objetivo geral: Realizar o cálculo do resultado primário dos Fundos Constitucionais para compor o Resultado Primário do Governo Central.

Objetivo específico: Realizar o cálculo mensal do resultado primário dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, Nordeste – FNE e Centro-Oeste – FCO.

Beneficiários: Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Banco Central do Brasil – Bacen.

Resultados alcançados: o cálculo mensal do resultado primário dos Fundos Constitucionais.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Cálculo mensal do resultado primário dos Fundos Constitucionais	Cálculo do resultado primário dos Fundos Constitucionais foi realizado pela SPE até o mês de julho de 2010 e depois conforme acordado com a STN essa tarefa lhe foi repassada.		Cálculo realizado pela SPE até julho de 2010
Nota Técnica nº 37 SPE/STN-MF, 22 de julho de 2010	A Nota esclarece e define as atribuições da SPE e da STN em relação ao cálculo do benefício creditício e do resultado primário dos Fundos Constitucionais de Financiamento. Em conclusão, a elaboração do referido cálculo deve ser realizada pela STN, que possui a competência regimental para elaborar e divulgar as estatísticas fiscais do Governo.	Memorando nº 392 SPE-MF, 22 de julho de 2010.	concluído
Reunião em Brasília, realizada em 05.10.10, com os Bancos gerenciadores dos Fundos Constitucionais (BASA, BB e Banco do Nordeste)	A reunião teve como objetivo principal informar aos Bancos sobre a transferência da atribuição do cálculo do resultado primário dos Fundos Constitucionais para o STN/MF.	Ofícios nºs: 207, 208 e 209 SPE/STN-MF, 20 de setembro de 2010.	

K – Elaboração de pareceres técnicos diversos

Objetivo geral: atendimento a demandas diversas do Ministério da Fazenda, incluindo a Assessoria Parlamentar.

Objetivo específico: produção de Pareceres diversos.

Beneficiários: Ministério da Fazenda, Governo Federal.

Resultados alcançados: Pareceres técnicos diversos

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Parecer – Projeto de Lei que regulamenta o inciso I do par. 4º do art. 40.	Trata da concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular com deficiência.		concluído
Parecer – Projeto de Lei 4873/2009	Trata da indexação das dívidas trabalhistas ao INPC.		concluído
Parecer – Alteração na Lei 8629/1993.	Autoriza a União a integrar o FGEE e dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro.		concluído
Parecer – PLS 02/2010	Institui o royalty-criança.		concluído
Parecer - adequação do Fundo Garantidor	A Secretaria-Executiva/MF solicitou a análise e manifestação desta		concluído

de Parcerias Público-Privadas (FGP) – mudanças na Lei 11.079/2004.	Secretaria sobre a Nota Técnica nº 597/2010/STN/MF, que propõe alterações na Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas – PPP) em assuntos relativos ao Fundo Garantidor de PPP – FGP.		
Parecer, setembro de 2010	“PL 5693_Recalculo aposentadoria de aposentados que trabalham”		concluído
Parecer, junho de 2010	“MPV 474_2009 Política de Valorização do Salário Mínimo”		concluído
Parecer, junho de 2010	“PLV 3_2010 Política de valorização do Salário Mínimo”		Concluído
Parecer, junho de 2010	“MPV 475_2009 Reajuste Benefícios Previdência”		Concluído
Parecer, agosto de 2010	“PLDO 2011 Reajuste RGPS pelo salário mínimo”		Concluído
Parecer, março de 2010	“Projeto de Lei que altera as leis 8.212 e 8.213 de 24 de Julho de 1991, disporo sobre as regras de aplicação do fator previdenciário”		Concluído
Parecer, junho de 2010	“PLC que institui novas fontes de custeio para a seguridade social e dispõe sobre proteção contra despedida arbitrária”		Concluído
Parecer, PLV n. 12/2010, conversão da MP 496/2010 em Lei	A MP trata dos seguintes temas: i) flexibilização do limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento da infra-estrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; ii) o patrimônio, a desapropriação de bens e renúncia de dívidas da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA; iii) a autorização para transferência do domínio útil de terrenos da Marinha para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ; iv) a alienação de bens imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e v) a compensação de regimes de previdência, dentre outras providências		Concluído
Parecer, Requerimento de Informação do Senado Federal nº 186/2010 – Política Fiscal e Metas de Inflação	Solicitação do Senado Federal ao Ministério da Fazenda de informações relativas à coordenação entre a política fiscal e o regime de metas de inflação.		Concluído.

Parecer, Emendas Parlamentares à MP nº 505/2010, a qual constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.	Análise de mérito das Emendas Parlamentares ao à MP 505/2010.		
--	---	--	--

L - Representação da SPE no Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC

Objetivo geral: representar a SPE no GTEC.

Objetivo específico:

- (i) subsidiar com análises técnicas os membros titulares da COFIEIX, com relação aos pleitos de órgãos e entidades do setor público, interessados em obter, dos organismos internacionais, apoio financeiro – reembolsável ou não – para implementação de Projetos;
- (ii) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos e financeiros de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos em que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais que resultem em assinatura de aditivo, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas, inclusão de novos componentes e reformulações dos Projetos.

Beneficiários: Governo Federal.

Resultados alcançados: houve 13 reuniões do GTEC ao longo do ano.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
194º reunião do GTEC, 20.01.10	Deliberações sobre 11 projetos.		concluído
195º reunião do GTEC, 01.02.10	Deliberações sobre 2 projetos.		concluído
196º reunião do GTEC, 10.02.10	Deliberações sobre 3 projetos.		concluído
197º reunião do GTEC, 10.03.10	Deliberações sobre 8 projetos.		concluído
198º reunião do GTEC, 14.04.10	Deliberações sobre 6 projetos.		concluído
199º reunião do GTEC, 12.05.10	Deliberações sobre 8 projetos.		concluído
200º reunião do GTEC, 09.06.10	Deliberações sobre 16 projetos.		concluído
201º reunião do GTEC, 14.07.10	Deliberações sobre 7 projetos.		concluído
202º reunião do GTEC, 11.08.10	Deliberações sobre 7 projetos.		concluído
203º reunião do GTEC, 08.09.10	Deliberações sobre 11 projetos.		concluído
204º reunião do GTEC, 13.10.10	Deliberações sobre 13 projetos.		concluído
205º reunião do GTEC, 10.11.10	Deliberações sobre 8 projetos.		concluído
206º reunião do GTEC, 08.12.10	Deliberações sobre 7 projetos.		concluído

M - Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União.

Objetivo geral: Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Objetivo específico: Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros com valores realizados referentes aos exercícios de 2008 e 2009. A SPE/STN também calculou as estimativas dos benefícios para os anos de 2010 e 2011. Além disso, calculou-se o efeito das referidas estimativas diante da variação de um ponto percentual no custo de oportunidade do Tesouro Nacional.

Beneficiários: Secretaria do Orçamento Federal – SOF.

Resultados alcançados: demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União com os valores realizados e estimados.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Ofício nº 178, de 16 de Agosto de 2010	Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.		

N - Representação do Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS

Objetivo geral: representar o Ministério da Fazenda no CNPS.

Objetivo específico:

- (i) deliberar sobre política de previdência social e
- (ii) deliberar sobre a gestão do sistema previdenciário (iii) acompanhar as questões relativas à política e ao sistema previdenciário a fim de propor/elaborar melhorias.

Beneficiários: Governo Federal.

Resultados alcançados: houve 11 reuniões do CNPS ao longo do ano.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
RESOLUÇÃO MPS/CNPS Nº 1.316, DE 31 DE MAIO DE 2010	Dispõe sobre nova metodologia de cálculo e de aplicação do FAP – Fator Acidentário de Prevenção		concluído
RESOLUÇÃO MPS/CNPS Nº 1.317, DE 31 DE MAIO DE 2010	Dispõe sobre mudanças na apuração e divulgação de dados sobre cobertura previdenciária		Concluído
RESOLUÇÃO MPS/CNPS Nº 1.318, DE 31 DE MAIO DE 2010	Recomenda ao MPS e ao MF edição tempestiva de norma complementar à aplicação da Portaria Interministerial 333/2010.		Concluído

O - Missões e Representação do Ministério da Fazenda em Fóruns Nacionais e Internacionais

Objetivo geral: representar o Ministério da Fazenda em Fóruns de seu interesse.

Objetivo específico:

- (i) acompanhar as discussões econômicas e;
- (ii) apresentar o encaminhamento dado pelo Ministério da Fazenda.

Beneficiários: Governo Federal e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Regras Fiscais, 01/04/2010.	Discutir com os técnicos do HM-Treasury o impacto da crise financeira sobre as finanças públicas e as possíveis soluções para a economia britânica.		concluído
OCDE – Working Group 1, 14-15/10/2010.	Discutir com os países membros da OCDE e convidados aspectos econômicos estruturais dos principais países que possam ensejar reformas econômicas.		concluído
Fórum de Economia da FGV-SP, 30/08/2010.	Acompanhar as discussões sobre desenvolvimento econômico apresentadas pelos especialistas convidados.		concluído

P – Capacitação

Objetivo geral: Desenvolver novas capacidades que possam aperfeiçoar as rotinas de trabalho existente no Ministério da Fazenda bem como desenvolver outras novas.

Objetivo específico: O desenvolvimento de melhores rotinas de trabalho.

Beneficiários: Governo Federal.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
ANPEC de 7 a 9 de dezembro	Participação no Encontro de Economia para acompanhar temas relevantes da economia brasileira.		Concluído
Levy Institute Summer School, 19-29/06/2010	Participar de oficinas de trabalho sobre economia internacional e compartilhar experiências com políticas públicas de outros países.		concluído.

2.7.10 - Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica
(Coordenador-Geral responsável: Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos)

A – Disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico

Objetivo geral: organizar informações de conhecimento público para ampliar o entendimento sobre a economia brasileira.

Objetivo específico: Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, a dinâmica inflacionária, o comportamento das contas externas e da atividade econômica para produzir informativos e estudos tempestivos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.

Beneficiários: órgãos estatais e a sociedade.

Resultados alcançados:

- (i) Políticas públicas subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras;
- (ii) Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas;
- (iii) Amplo banco de dados contendo informações detalhadas sobre inflação doméstica, contas externas, atividade econômica e dados internacionais;
- (iv) Produção de 444 informativos por ano.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Resumo do Relatório de Inflação – BC	Informativo sobre as questões centrais abordadas no Relatório trimestral do BC, tais como: levantamento dos principais riscos internos e externos à consecução da meta para a inflação, apresentação dos cenários prospectivos de inflação e resumo dos boxes.		Todos os quatro informativos trimestrais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo: diversos tipos de decomposições da trajetória do IPCA, indicadores de tendência e indicador de difusão.		Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA-15	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo: diversos tipos de decomposições da trajetória do IPCA-15 e contribuições de alta para a inflação.		Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços Geral – 10 IGP-10	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo as trajetórias para o IPA, IPC e INCC e indicação das principais contribuições de alta da inflação.		Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços Geral – DI IGP-DI	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo as trajetórias para o IPA, IPC e INCC, decomposição do IPA pela ótica dos estágios de produção e pela origem da produção e indicação das principais contribuições de alta da inflação.		Todos os doze informativos mensais foram concluídos.

Expectativas para o Copom	Informativo sobre as perspectivas para a decisão da reunião do COPOM contendo o prognóstico da equipe da Coordenação de Análise Macroeconômica para a decisão sobre a taxa de juros.		Todos os 8 informativos foram concluídos.
Informativo Econômico do Balanço de Pagamentos	Informativo sobre o comportamento das contas externas brasileiras com exposição da trajetória dos componentes das Transações Correntes e das contas Capital e Financeira e de indicadores de vulnerabilidade externa da economia brasileira.		Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico sobre Atividade Econômica e Crescimento	Informativo sobre os principais indicadores da atividade econômica e dos <i>drivers</i> do crescimento econômico. O informativo tem o objetivo de sinalizar antecipadamente o comportamento do PIB.		Todos os vinte e quatro informativos quinzenais foram concluídos.
Informativo Econômico sobre o mercado de câmbio	Informativo sobre o comportamento da taxa de câmbio e as posições dos agentes econômicos no mercado spot e futuro.		Todos os vinte e quatro informativos quinzenais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços Geral – M IGP-M	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo as trajetórias para o IPA, IPC e INCC, decomposição do IPA pela ótica dos estágios de produção e pela origem da produção e indicação das principais contribuições de alta da inflação.		Todos os trinta e seis informativos decenais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços Semanal – IPC-S	Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-S, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.		Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços da Fipe – IPC-Fipe	Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-FIPE, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.		Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Informativo Econômico sobre as expectativas do mercado	Informativo sobre o comportamento das expectativas dos analistas de mercado coletadas pelo BC e divulgadas no Boletim Focus. Expõe a trajetória das expectativas sobre inflação, produção, câmbio, crescimento e contas externas.		Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Informativo Econômico sobre o fluxo cambial	Informativo sobre os fluxos de moeda estrangeira que entram e saem do país via contratos de comércio ou contratos financeiros. Além disso, apresenta as intervenções do BC e dos bancos comerciais no mercado spot de câmbio.		Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Indicadores de Conjuntura - Preços	Informe contendo diversos indicadores sobre os vários índices de inflação.		Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.
Indicadores de Conjuntura – Setor Externo	Informe contendo diversos indicadores sobre câmbio, contas externas e de vulnerabilidade às flutuações da taxa de câmbio.		Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.

B – Produção de Estudos Macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar conclusões sobre questões macroeconômicas específicas.

Objetivo específico: Avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas ou apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- (i) Melhor conhecimento por parte do Ministério da Fazenda de fenômenos específicos do quadro macroeconômico.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Estudo para desonerar os preços dos combustíveis via modificação da CIDE	Cálculos de impacto na inflação e na arrecadação em vários cenários de alteração da CIDE.		Concluído.
Estudo sobre a inflação do item de despesa Vestuário	Decomposição da inflação de vestuário e estudo da sazonalidade e dos determinantes da inflação. Por fim, conclusão de que não havia nenhum choque extraordinário em 2010 na inflação de vestuário.		Concluído.
Estudo sobre a inflação de Serviços e seus determinantes	Estudo dos determinantes principais da inflação de serviços: inércia e atividade econômica com efeitos defasados. Decomposição em dois grupos: os mais sensíveis à atividade econômica contemporânea e os movidos pela inércia.		Concluído.
Estudo sobre os determinantes da inflação do Feijão e da Carne	Estudo avaliou que esses preços são muito sensíveis a choques de oferta e sazonalidade. Observou também que a manutenção de preços deprimidos da carne por muito tempo teve efeitos adversos sobre a formação do plantel nacional.		Concluído.
Estudo sobre a composição das diretorias dos Bancos Centrais.	Estudo mostrou a distribuição entre os analistas de mercado e os acadêmicos nos principais bancos centrais.		Concluído.
Nota sobre a operacionalização da política monetária do FED e os instrumentos utilizados.	Estudo mostrou os instrumentos mais usados na condução da política monetária americana. Além disso, fez uma análise comparativa da operacionalização dos instrumentos no Brasil e nos EUA apontando prós e contras.		Concluído.
Nota sobre a crise europeia e seus impactos no Brasil.	Estudo mostrou os possíveis canais de contágio da crise da dívida soberana europeia para a economia brasileira.		Concluído.
Avaliação de diversos <i>papers</i> do FMI sobre a economia brasileira no	Críticas e sugestões para <i>papers</i> do FMI sobre temas como política fiscal, política monetária e política cambial.		Concluído.

sentido de fornecer aos autores críticas para melhorar o estudo.			
Avaliação do capítulo do Going for Growth com análise das economias da China, Índia, Rússia, Brasil e África do Sul para posterior debate com representante da OECD.	Texto apontando argumentos sobre o contexto macroeconômico brasileiro com os quais não concordávamos e contra-argumentando.		Concluído.
Acompanhamento das medidas de controle cambial adotadas pelos diversos países a partir de 2010.	Slides elencando as medidas de controle de capital tomadas por diversos países.		Em andamento.
Perspectivas da Política Monetária Brasileira	Texto e apresentação para a Previc analisando as perspectivas futuras das taxas de juros do Brasil		Concluído.
Conjuntura da Argentina	Slides sobre a conjuntura da economia argentina.		Concluído.

C - Produção de cenários macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar os cenários mais prováveis para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas.

Objetivo específico: Construção de cenários para o comportamento da inflação e das contas externas através do uso de hipóteses claras e das técnicas econométricas mais apropriadas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- (i) Cenário para inflação em 2010 e 2011.
- (ii) Cenário para o Balanço de Pagamentos para o período 2010-2011.
- (iii) Cenário para os exercícios de Consistência Macro para o período 2010-2014.

D – Assessoria à SAIN em temas econômicos

Objetivo geral: Assessorar a SAIN em temas macroeconômicos de forma a subsidiar os argumentos utilizados nos debates que ocorrem nos diversos fóruns internacionais.

Objetivo específico: Subsidiar a SAIN de argumentação favorável aos objetivos brasileiros para serem utilizados em diversos fóruns internacionais de discussão e de decisão, entre eles, o MAP do G-20 e o *Going for Growth* da OCDE.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- (i) Construção de cenários para o MAP – *Mutual Assessment Process*.
- (ii) Participação da confecção de diversos textos que subsidiaram os Comunicados do MAP.
- (iii) Construção de apresentação das principais oportunidades de investimento no Brasil para grupo de investidores internacionais.

E – Produção de cenários de Emissões de Gases de Efeito Estufa

Objetivo geral: Apresentar o cenário mais provável para as emissões de gases até 2020.

Objetivo específico: Produção dos cenários *business as usual* para as emissões até 2020 para que se pudesse determinar as metas brasileiras de mitigação de gases de efeito estufa que seriam apresentadas na COP-15 e na Lei 12.187/2010 que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

Beneficiários: Sociedade brasileira.

Resultados Alcançados:

- (i) Cenários *business as usual* usados para a formulação das metas brasileiras de mitigação da emissão de gases de efeito estufa

F – Desenvolvimento do Projeto Data Warehouse

Objetivo geral: prover maior rapidez e flexibilidade na construção da análise macroeconômica.

Objetivo específico: desenvolvimento em parceria com o SERPRO de um sistema na tecnologia DW contendo as principais bases de dados macroeconômicos para que os formuladores de política possam criar análises personalizadas e de forma ágil.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: protótipo para o DW de preços e toda a análise do produto final.

G – Apoio à produção do caderno Economia Brasileira em Perspectiva

Objetivo geral: apoiar a produção do caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*.

Objetivo específico: fornecer idéias e informações para os slides produzidos para o caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*. Numa segunda etapa, revisar os slides.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: os cadernos.

2.7.11 - Coordenação-Geral de Políticas Sociais
(Coordenador-Geral responsável: Arnaldo Barbosa de Lima Junior)

A – Elaboração da Grade de Parâmetros

Objetivo geral: Elaborar conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados no processo orçamentário, em particular, as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho.

Objetivos específicos: Gerar projeções e cenários de indicadores econômicos, tais quais:

- (i) População em Idade Ativa;
- (ii) População Economicamente Ativa;
- (iii) População não Economicamente Ativa;
- (iv) População Ocupada;
- (v) População Ocupada Com Carteira;
- (vi) População Desocupada
- (vii) Taxa de Atividade
- (viii) Taxa de Desocupação e
- (ix) Taxa de Formalização.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos que participam do processo orçamentário.

Resultados alcançados: Elaboração de 12 demonstrativos.

- (i) Atualização mensal das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros.
- (ii) Aprimoramento do processo de estimação através de métodos econométricos e de análises de séries temporais por meio de pacotes estatísticos.

B – Avaliação do Programa de Financiamento Estudantil - FIES

Objetivo geral: Avaliar a efetividade dos recursos aplicados no âmbito dos programas públicos associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União, em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União, segundo o Acórdão nº 1.718/2005.

Objetivos específicos: Analisar se o recebimento do FIES eleva a probabilidade de o beneficiário terminar o curso de graduação; e se o beneficiário do FIES recebe uma renda superior a de um indivíduo com características semelhantes, porém que não tenha sido beneficiado do financiamento estudantil.

Beneficiários: Tribunal de Contas da União.

Resultados alcançados: Elaboração da Nota Técnica nº 53 SPE/MF, de 20 de Janeiro de 2010, contendo a avaliação final do FIES, na qual se apresentou um estudo que demonstra que o FIES triplica a probabilidade de uma pessoa se formar e outro que demonstra que o FIES contribui para o aumento da renda em aproximadamente R\$ 120,00.

C – Elaboração de Estudos Internos Diversos

Objetivo geral: Avaliar, em articulação com demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento de políticas sociais, visando o equilíbrio fiscal, a eficiência econômica e o crescimento de longo prazo.

Objetivos específicos: Elaborar estudos com vistas à formulação de políticas voltadas para aceleração do crescimento, promoção de inclusão social e redução das desigualdades regionais.

Beneficiários: Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: Elaboração de 8 estudos:

- (i) Políticas Públicas de Trabalho e Emprego.
- (ii) Formalização no Mercado de Trabalho.
- (iii) Políticas Públicas Educacionais.
- (iv) Políticas Públicas de Saneamento Básico
- (v) Políticas Públicas de Saúde
- (vi) Abono Salarial
- (vii) Políticas Públicas de Assistência Social
- (viii) Política Fiscal e o Crescimento com Inclusão Social

D – Disseminação de Informativos sobre o Quadro Macroeconômico

Objetivo geral: Acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, elaborando relatórios sobre a evolução da economia através de análises gráficas e quantitativas.

Objetivos específicos: Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, indicadores de bem-estar, desigualdade, emprego, renda e pobreza para produzir informativos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, diretamente, e órgãos estatais e agentes privados nacionais, indiretamente.

Resultados alcançados:

- (i) Políticas sociais subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras.
- (ii) Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas.
- (iii) Produção de 50 informativos e 48 indicadores econômicos.
- (iv) Participação na elaboração de 6 cadernos de “Economia Brasileira em Perspectiva” e apresentações do Secretário de Política Econômica.

E – Elaboração do Anuário Estatístico

Objetivo geral: Proceder ao levantamento dos principais dados do mercado de trabalho.

Objetivos específicos: Consolidar as estatísticas do mercado de trabalho.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos.

Resultados alcançados: Publicação do Anuário no site da SPE.

F – Cursos de Aperfeiçoamento

Objetivo geral: Treinar os servidores da Secretaria de Política Econômica.

Objetivos específicos: Consolidar definições econométricas.

Beneficiários: Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados:

- (i) Participação da equipe no curso “Metodologias de Avaliação Microeconômica de Efetividade de Políticas Públicas”, ministrado pelos professores Luis Braidó e Mateus Rabello da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.
- (ii) Participação de equipe no curso “Avaliação dos Impactos Sociais do PAC” ministrado pelo professor Marcelo Neri da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

G – Participação em Comitê Executivo Interministerial

Objetivo geral: Estabelecer programa de cooperação técnica objetivando a implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente.

Objetivos específicos:

1. Formular e implementar propostas de projetos e atividades de cooperação técnica nas áreas de:
 - i. geração de emprego, trabalho e renda, microcrédito e qualificação social e profissional;
 - ii. viabilização e ampliação do sistema de seguridade social; fortalecimento do diálogo social, especialmente entre governo, trabalhadores e empregadores;
 - iii. erradicação do trabalho infantil e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes;
 - iv. erradicação do trabalho análogo ao de escravo; e
 - v. combate à discriminação no emprego e na ocupação.
2. Envidar os esforços necessários para mobilizar recursos técnicos, humanos e financeiros próprios e da comunidade internacional para a implementação dos projetos e atividades das áreas descritas acima;
3. Acompanhar e avaliar a execução dos programas e ações previstos no Plano Nacional de Trabalho Decente; e
4. Examinar e deliberar sobre as posições e recomendações formuladas pelo Grupo de Trabalho Tripartite.

Beneficiários: Sociedade.

Resultados alcançados:

- (i) Lançamento da Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, no período de 24 a 26 de novembro de 2010.
- (ii) Nota Técnica nº03/SPE-MF, de 20 de Janeiro de 2010.

H – Elaboração de Pareceres Diversos e Notas Técnicas

Objetivo geral: Acompanhar e avaliar as proposições legislativas no que tange às questões relacionadas às políticas sociais, de emprego e renda visando à sua compatibilização com a política macroeconômica.

Objetivos específicos: Apreciar, sob a ótica da eficiência econômica, proposições legislativas, emitindo pareceres técnicos quando solicitados pela Assessoria do Ministro de Estado da Fazenda.

Beneficiários: Parlamentares e Comissões Temáticas do Congresso Nacional.

Resultados alcançados: Expedição de 14 pareceres técnicas.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação Dez. 2010
Parecer nº003/SPE/MF	Trata da análise do PLC nº 161/2008, que institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso. A SPE declarou ser esse assunto de	Assessoria de Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda.	O PLC foi convertido na Lei nº 12.213 de 20 de Janeiro de 2010.

	competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil.		
Parecer nº072/SPE/MF	Minuta de Portaria que institui o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas de Finanças (GTSIC-FINANÇAS). A SPE manifestou concordância com a referida minuta de portaria.	Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda	
Parecer nº076/SPE/MF	PLS que concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar. A SPE opinou no sentido da rejeição do referido PL.	Assessoria para assuntos parlamentares do Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda	Solicitado encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos.
Parecer nº098/SPE/MF	Alteração do art. 3º da Portaria Interministerial nº 06, de 13/5/2005. A SPE opinou favoravelmente.	Assessoria para assuntos parlamentares do Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda	Publicação da Portaria Interministerial nº3, de 22 de março de 2010.
Parecer nº099/SPE/MF	Substitutivo Adotado pela Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 5.940/2009 que cria o Fundo Social e dá outras providências. A SPE emitiu parecer favorável, com ressalvas.	Assessoria para assuntos parlamentares do Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda	Convertido na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
Parecer nº104/SPE/MF	Proposta de Decreto que cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. A SPE manifestou-se favoravelmente à proposta.	Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda	Publicação do Decreto nº7.405 de 23 de dezembro de 2010
Parecer nº120/SPE/MF	Minuta de Decreto que institui a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas - CREDEN. A SPE manifestou-se favoravelmente à Minuta de decreto.	Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda	
Parecer nº122/SPE/MF	Proposta de Portaria Interministerial que cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Política Nacional e Plano Decenal da Criança e Adolescente. A SPE manifestou-se favoravelmente à Portaria, com ressalvas de cunho ortográfico.	Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda	
Parecer nº235/SPE/MF	Proposta de Medida Provisória (MP) que altera as leis nºs 8.742, de 7/12/1993 e 9.604, de 5/2/1998, para instituir o Sistema único de Assistência Social - SUAS; o ÍNDICE DE Gestão Descentralizada do SUAS - IGD SUAS e dá outras providências. A SPE opinou favoravelmente à proposta.	Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda	
Parecer nº251/SPE/MF	Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL Nº 7.077-C de 2002, do Senado Federal (PLS nº 77/02 na Casa de origem). A SPE opinou favoravelmente à aprovação do referido projeto.	Assessoria para assuntos parlamentares do Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda	Matéria na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal
Parecer nº263/SPE/MF	Proposta de Medida Provisória (MP) que altera as leis nºs 8.742, de 7/12/1993 e 9.604, de 5/2/1998, para instituir o Sistema único de Assistência Social - SUAS; o ÍNDICE DE Gestão Descentralizada do SUAS - IGD SUAS e dá outras providências. A SPE ratificou entendimento anterior em que opinava favoravelmente à proposta.	Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda	
Parecer nº272/SPE/MF	Proposta de Projeto de Lei PL que dispõe sobre as contribuições sindicais urbana e rural. A SPE absteve-se de opinar, pois o assunto discutido encontra-se no âmbito de atribuições da PGFN.	Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda	

Parecer nº282/SPE/MF	Projeto de Lei da Câmara - PLC nº 46-2008 (PL Nº 799/07 na Casa de origem). Revogação do art. 508, da CLT. Parecer favorável.		Convertido na Lei nº 12.347, de 10 de dezembro de 2010.
Parecer nº299/SPE/MF	Redação final aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.940, de 2009 (Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010, na Casa Revisora), que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6/8/1997 e dá outras providências. Sugestões de veto.	Assessoria para assuntos parlamentares do Gabinete do Ministro de Estado da Fazenda	Convertido na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. As sugestões de veto da SPE foram atendidas exceto o veto ao inciso III do art.47.

3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

3.1 – Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro XIV - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1266		Denominação: Gestão da Política Econômica				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover o acompanhamento e análise dos indicadores econômicos, bem como, dos agregados monetários e financeiros das contas do setor interno e externo e dos diversos setores produtivos da economia.						
Objetivos Específicos: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.						
Gerente: Julieta Alida Garcia Verleun				Responsável: Nelson Henrique Barbosa Filho		
Público Alvo: Governo e sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa*					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados**	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.018.136,00	2.018.136,00	1.432.669	1.397.301	-	1.397.301	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

* Não existe indicador no Programa 1266.

** RP inscrito e não processado pela Unidade 170016 – COGRL, de responsabilidade da Unidade 170250

Fonte: SIGPLAN

3.2 – Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro XV - Execução Física das ações realizadas pela UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	123	1266	2066	Atividade	3	Unidade	200	200	200

Fonte: SIGPLAN

4 - Gestão Administrativa

A Gestão Administrativa da Secretaria de Política Econômica é dividida em cinco áreas, a saber: Gestão de Patrimônio e Logística, Gestão Documental e Protocolo, Gestão de Recursos Humanos e Gestão Orçamentária e Financeira.

4.1 - Gestão de Patrimônio e Logística

Em relação à gestão de patrimônio e logística, a rotina da área concentra-se nas atividades relacionadas à administração e controle de material e patrimônio, de forma a proceder à conferência periódica dos mesmos e, ainda, com a logística concernente a serviços de telefonia, de reprografia, de recepção, de copeiragem, de limpeza e de transporte oficial a serviço.

No início de 2010, a secretaria recebeu um anistiado da empresa Eletronorte para compor a equipe da área de patrimônio e logística, porém esse profissional foi deslocado para a área técnica por ter seu perfil mais adequado àquelas funções. No mesmo período, a secretaria contratou um estagiário de nível médio para realizar algumas atividades de logística, como por exemplo, reprografia e controle de serviços de telefonia.

Em meados de outubro de 2010, a SPE contratou um terceirizado para dar suporte à área.

A área de patrimônio e logística é muito restrita, contando apenas com um servidor efetivo, um terceirizado e um estagiário.

Em dezembro de 2010 foi realizado o Inventário Anual dos Bens Móveis, extraído do Balancete Contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e o Relatório de Bens Móveis – RMB no Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, que evidenciaram a conformidade contábil.

Importante destacar a variação patrimonial da SPE nos três últimos anos em que fica evidenciado o aumento de 38 % no valor total dos bens referente ao ano anterior (2009).

Variação Patrimonial da SPE

	2009	2010	Variação (%)
Documentos Expedidos	1677	1424	18%
Documentos Recebidos	1830	1347	36%

4.2 – Gestão Documental e Protocolo da SPE

Para a execução das atividades pertinentes à comunicação administrativa, tramitação, distribuição e arquivo de documentos na sua fase corrente, a secretaria conta com uma equipe de quatro servidores estáveis.

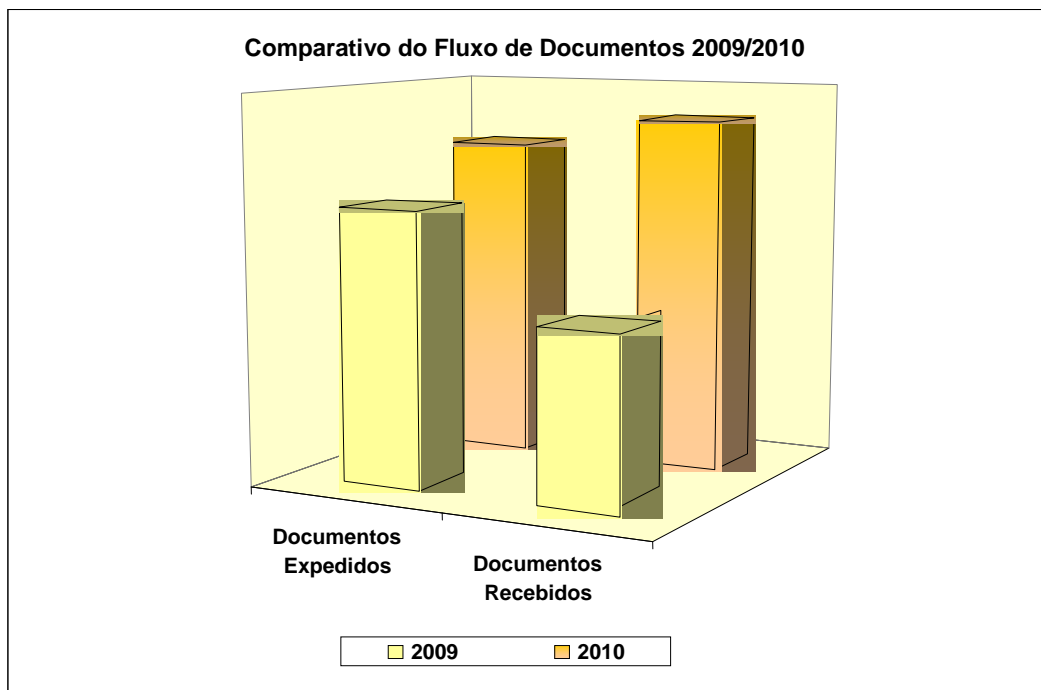
O levantamento da totalidade de documentos recebidos e expedidos na secretaria encontra-se na tabela abaixo:

Fluxo de Documentos na SPE 2009/2010

	2008	2009	2010
Quantidade de bens	616	682	619
Valor Total	R\$606.111,41	R\$879.506,43	R\$ 1.220.890,63
Variação Patrimonial	-	45%	38%

A diferença apurada entre os documentos recebidos e expedidos (483 documentos), numa análise superficial feita no Protocolo, deve-se ao registro de convites, solicitações de reformas econômicas ou políticas setoriais, cujas medidas não devem ser comentadas ou divulgadas ou quando as mesmas são feitas de forma extemporânea, ou ainda do envio de correspondências por engano (matéria não pertencente ao rol de atribuições institucionais da SPE) ou que pertença ao rol de outra secretaria do MF. A estas correspondências, a SPE tem dado o tratamento de arquivamento simples, com o devido registro do despacho da autoridade competente no sistema COMPROT, para fins de auditorias futuras.

Gráfico Representativo (dezembro/2010)



4.3 - Gestão de Recursos Humanos

A questão do gerenciamento de recursos humanos na Secretaria de Política Econômica é restrita, em função, principalmente, da secretaria não possuir quadro próprio.

A Unidade não executa atividades relacionadas à Política de Recursos Humanos que dizem respeito à admissão, remuneração, cadastro de servidores inativos e pensionistas e cadastro de estagiários, ficando sob a responsabilidade da UG: 170006 – COGRH/SPOA/MF, bem como em relação à contratos de locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços, ficando sob a responsabilidade da UG: 170016– COGRL/SPOA/MF. Cabe ressaltar, que a SPE contava na data de 31 de dezembro de 2010 com 87 profissionais, conforme especificado no quadro abaixo:

FORÇA DE TRABALHO NA SPE	
Efetivos	64
Sem vínculo	10
Estagiários	6
*Terceirizados	8
TOTAL	88

Fonte: Sistema de Recursos Humanos da SPE
*Serviços de recepcionista, copa e informática.

É importante destacar que com a publicação do Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, foi criada uma nova Coordenação-Geral na Secretaria de Política Econômica, a Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. Segue abaixo, o demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas:

CARGOS EM COMISSÃO	ATIVIDADE	QTDE.	FUNÇÕES GRATIFICADAS	QTDE
DAS 101.6	Secretário	1	FG-1	5
Das 101.5	Secretário-Adjunto	3	FG-2	2
DAS 101.4	Chefe de Gabinete	1	FG-3	3
DAS 101.4	Coordenador-Geral	11		
DAS 102.4	Assessor	1		
DAS 102.3	Assessor Técnico	2		
DAS 101.3	Coordenador	9		
DAS 102.1	Assistente Técnico	6		
DAS 101.2	Chefe de Divisão	7		
DAS 101.1	Chefe de Serviço	2		
Total dos Cargos em Comissão		43	Total das Funções Gratificadas	10

Fonte: SPE/MF

4.3.1 – Quadro de servidores ativos

Quadro XVI - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provisamento de cargo efetivo	-	-	18	14
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	18	14
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	8	5
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	4	5
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	6	4
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	-	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provisamento de cargo em comissão	-	-	7	2
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	4	2
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	2	1
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	1	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	4	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	3	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	1	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	-	-	25	16

Fonte: Sistema de Recursos Humanos - SPE

Quadro XVII - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	12	18	18	13	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	12	18	18	13	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	5	17	12	12	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	15	11	8	1
2.3. Funções gratificadas	2	2	1	4	1

Fonte: Sistema de Recursos Humanos - SPE

Quadro XVIII - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	3	-	6	32	4	14	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	3	-	6	32	4	14	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	2	1	7	22	1	12	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	4	19	1	11	5
2.3. Funções gratificadas	-	-	3	-	3	3	-	1	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Recursos Humanos - SPE

4.4 – Gestão de Tecnologia da Informação

A SPE não possui quadro próprio na área de TI. A força de trabalho é muito reduzida, contando com apenas dois profissionais terceirizados.

A função precípua da área de TI é dar suporte técnico às unidades da Secretaria, necessário ao desenvolvimento de suas atividades, bem como promover a instalação, manutenção e configuração dos computadores e softwares.

É importante ressaltar que o planejamento, coordenação, acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades de informática no âmbito do Ministério da Fazenda ficam sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – COGTI/SPOA/MF.

4.4.1 - Infraestrutura tecnológica

Microcomputador

ITEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	HP DC 5800	48	Tombado
02	Montados (sem marca)	27	Tombado
03	HP DC 6005	9	Tombado
TOTAL:		84	

Notebook

ITEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	Acer	1	Tombado
02	Semp Toshiba	4	Tombado
03	Toshiba	9	Tombado
04	Dell	1	Tombado
05	Asus	2	Tombado
TOTAL:		17	

Scanner

ITEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	HP Scanjet 8250	1	Tombado
TOTAL:		1	

HD Externo

ITEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	Iomega 80 GB	4	Tombado
01	Simple Tech 1 TB	1	Tombado
TOTAL:		5	

Impressora

ITEM	MODELO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
01	Xerox Phaser 3428	20	Locada
02	Xerox WorkCenter M128	2	Locada
03	Xerox Phaser 4510	2	Locada
04	OKI 7350 (PCL)	1	Locada
TOTAL:		25	

Serviços de Informação

ITEM	MODELO	QUANTIDADE DE ACESSOS
01	Reuters	2
02	Reuters Datastream	6
03	Broadcast (Agência Estado)	22
04	CMA	1
05	Economática	1
TOTAL		32

Custos de Tecnologia da Informação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CUSTO (R\$)
01	Serviços de Informação	367.647,69
02	Locações	33.218,20
03	Aquisições diversas (toner etc.)	15.249,90
TOTAL		416.115,79

4.4.2 - Dificuldades Encontradas na área de TI

As organizações se utilizam da Tecnologia da Informação (TI) como ferramenta estratégica na gestão de seus negócios, e os investimentos na área se fazem necessários a todo o momento para que tais objetivos sejam atendidos.

Para suportar um modelo de gestão baseado nos princípios que regem a administração pública federal e procurando alcançar a efetividade de suas ações, faz-se necessário o suporte tecnológico adequado.

Segue abaixo, as principais necessidades tecnológicas da Secretaria.

Necessidades Tecnológicas da SPE

Item	Discriminação	Status da demanda em dez/2010
Microcomputador	25 para substituição de locação	Pendente: 5 máquinas
	27 para substituição do PACE	Pendente: 27 máquinas, *Demanda não atendida
Periféricos	20 teclados	Não atendida
	20 mouses	Não atendida

Tendo conhecimento das dificuldades enfrentadas, ainda em 2010, foi apresentada a seguinte demanda à SPOA/MF para 2011:

Demandas para a COGTI/SPOA/MF

Item	Discriminação
Softwares	Adobe Acrobat Professional 8.1
	CATS RATS 7.0
	SPSS 17.0
	SAS (Analytic PRO+ETS)
	BME
	Oxmetrics STAMP e PC-GETS (PC-GIVE)
	Matlab Econometrics Toolbox 1.1
	Microsoft Access 2007
	SQL Server 2008

4.4.3 – Gestão da Tecnologia da Informação

Quadro XIX - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI	2 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	18,9% bens 100% serviços de TI				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI					x
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X

<p>Considerações Gerais:</p> <p>1 - Existe área que faz o planejamento da UJ como um todo, nesse caso, fica sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA</p> <p>2 - O Planejamento Estratégico na área de TI fica sob a responsabilidade da SPOA.</p> <p>3 - Item sob a responsabilidade da SPOA</p> <p>6 – Quem é o responsável pela segurança da informação na UJ é o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO</p> <p>7 – Item sob responsabilidade do SERPRO</p> <p>9 – A unidade de TI da UJ não desenvolve sistemas</p> <p>14 – O Órgão/Entidade possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI, sob a responsabilidade da SPOA.</p>								
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>								

4.4.4 – Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda - PDTI/MF

Ao longo do ano de 2010, a SPE teve participação ativa na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda – PDTI/MF, realizado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – CETIC, o qual foi presidido pela Secretaria Executiva.

Foram realizadas reuniões periódicas em conjunto com todos os outros órgãos do Ministério da Fazenda para discutir os principais temas pertinentes ao planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, entre eles, Gestão de Pessoal, Desenvolvimento de Sistema, Orçamento, Infraestrutura e Gestão.

A finalidade do Plano Diretor foi definir as ações para a construção do Planejamento Estratégico dos diversos órgãos que compõem a estrutura do Ministério da Fazenda em alinhamento aos objetivos estratégicos da SPOA.

4.4.5 - Desafios para 2011

Para o próximo ano, a SPE pretende desenvolver junto ao SERPRO e à SPOA um novo sítio para a *internet*, visando melhorar a transparência para o público brasileiro em relação aos produtos desta secretaria.

Uma nova *intranet* também deverá ser criada, pois a que atualmente está em produção já apresenta um *layout* desatualizado e pouco funcional, não contribuindo para a utilização dos servidores.

É importante destacar que o projeto SINAPSE (Data Warehouse - DW/BI), cuja finalidade é armazenar informações de índices econômicos em um Banco de Dados de forma consolidada, com o processamento e acesso rápido às informações fidedignas pelos servidores da secretaria, ainda está sendo desenvolvido. O projeto iniciou-se em 2010 e pela sua complexidade, deverá ser concluído somente no final de 2011. Esse projeto agora conta com o apoio financeiro da SPOA e técnico da SPE.

4.5 – Gestão Orçamentária e Financeira

4.5.1 – Desempenho Orçamentário e Financeiro

O recurso vinculado ao Programa 1266 “Gestão da Política Econômica” (constituído pela Ação: 2066 - Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas) foi de R\$ 2.018.136,00 (dois milhões, dezoito mil e cento e trinta e seis reais), na fonte de recurso Tesouro – 0100, conforme consta na Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009.

Após a edição dos regulamentos que tratam da programação orçamentária e financeira e estabelecem o detalhamento e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, o valor dos limites para movimentação, empenho e pagamento, relativos aos grupos de despesas “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos”, foi reduzido ao valor total de R\$ 1.864.236,00 (um milhão oitocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e trinta e seis reais), conforme o Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010 informando a redistribuição dos valores autorizados para movimentação e empenho e para pagamento a serem utilizados no exercício de 2010.

4.5.2 – Programação Orçamentária das Despesas

4.5.2.1 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro XX - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	170250	0412212662066			1.228.409
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	170250	0412212662066	168.891		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: As Despesas de Capital (Investimento) de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada 170250 são executadas pela Unidade Jurisdicionada 170016 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

4.5.3 - Execução Orçamentária das Despesas

Ação	Físico Previsto	Físico Realizado	% Realizado/Previsto	Financeiro Previsto	Financeiro Realizado	% Realizado/Previsto
2066 – Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas	200	200	100	2.018.136	1.397.301	69,24

Fonte: Dados extraídos do SIGPLAN em março de 2010.

Orçamento e finanças

Objetivo: O objetivo deste índice é demonstrar o percentual da execução orçamentária no ano.

Índice:
$$\frac{\text{execução total da despesa} \times 100}{\text{total da despesa autorizada}} = \frac{\text{R\$ 1.397.301,26}}{\text{R\$ 2.018.136,00}} \times 100 = 69,24\%$$

Comentário: O total da despesa fixada na LOA foi de R\$ 2.018.136,00. Entretanto, com o contingenciamento determinado no Decreto de Programação Financeira, a SPE recebeu autorização para executar o montante de R\$ 1.864.236,00. O corte mencionado representou uma redução de 8% do orçamento autorizado pelo Congresso Nacional.

4.5.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro XXI - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão (passagens aéreas)	115.038	217.218	115.038	217.218
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos**	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	62.145	145.775	62.145	145.775
Outras				

Fonte: 1 – Pregão – Os valores informados referem-se à execução na Unidade Jurisdicionada 170250 referente aos Pregões 045/2009 e 038/2010.

2 – Diárias: Valores executados pela Unidade Jurisdicionada

*Outras modalidades de contratação foram executadas pela Unidade 170016 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL.

** A Unidade Jurisdicionada não efetuou gastos por meio do cartão corporativo do governo federal, tampouco utilizou a modalidade “conta tipo B” de suprimento de fundos. A SPE encaminhou em 09/04/2008, Ofício nº 078/SPE/MF ao Sr. Gerente da Agência Governo solicitando o cancelamento do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal e destruição do mesmo.

4.5.3.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro XXII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados*		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
33.90.14	62.145	145.775	62.145	145.775			62.145	145.775
33.90.33	115.038	217.218	115.038	217.218			115.038	217.218
33.90.36	2.157	2.010	2.157	2.010			2.157	2.010
33.90.93	1.110	925	1.110	925			1.110	925
33.91.39	364	151	364	151			364	151

* A Inscrição e a execução dos valores em Restos a Pagar Processados e Não Processados do exercício de 2009 e 2010 ficaram a cargo das Unidades Gestoras 170016 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, tendo em vista que os recursos foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise.

4.5.4 – Indicadores Institucionais

As atividades da SPE se caracterizam como atividade meio (formulação e coordenação de políticas econômicas) e o programa gerenciado pela Secretaria no âmbito do PPA 2007-2011, classifica-se como Programa de Gestão de Políticas Públicas, devendo-se considerar que seus efeitos são diluídos no tempo, com resultados dispersos e não necessariamente simultâneos às ações executadas. Desse modo, torna-se difícil elaborar um indicador capaz de mensurar os resultados alcançados com a execução do programa.

Sendo assim, não se é possível definir um indicador apropriado às atividades desenvolvidas no âmbito da SPE. Contudo, são apresentados no item 2.7 deste relatório, os resultados alcançados pela Secretaria durante o ano de 2010, além de quadro-resumo das ações da SPE planejadas para o mesmo exercício, o produto esperado e os resultados efetivamente alcançados.

4.5.5 – Considerações Gerais

A Secretaria de Política Econômica priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, diárias nacionais e internacionais. As despesas executadas na fonte 0100, pela UG 170250, foram de R\$ 366.078,16 (trezentos e sessenta e seis mil setenta e oito reais e dezesseis centavos). Foram descentralizados R\$ 988.535,84 (novecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) para a UG 170016 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/SPOA/MF e R\$ 42.687,26 (quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos) a COGRH/SPOA/MF, para a execução de ações de competência daqueles órgãos, porém, em benefício do plano de trabalho anual da SPE.

5 - Estrutura de controles internos da UJ

Quadro XXIII - Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X

Quadro XXIII - Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

6 – Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

A Secretaria de Política Econômica através do Memorando nº 260/SPE-MF, datado de 17 de maio de 2010 encaminhou à Coordenação-Geral de Recursos Humanos/COGRH/SPOA/MF cópia das Declarações de Renda dos servidores da Secretaria, em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 8.730, de 10/11/1993.

ANEXO I – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					001987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	015.409/2003-9	1.718/2005	9.1 e 9.3.2		Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda/ Secretaria de Política Econômica (SPE)					
Descrição da Deliberação:					
<p>O Acórdão nº 1.718/2005 do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu item 9.1, determina que esta Secretaria de Política Econômica (SPE) calcule os valores efetivamente renunciados por meio dos benefícios financeiros e creditícios e encaminhe ao TCU, até o final do mês de março do ano subsequente, o Demonstrativo anual para compor o Relatório sobre as Contas do Governo da República.</p> <p>Em seu item 9.3.2, o referido Acórdão determina que esta Secretaria elabore metodologia de avaliação quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios financeiros e creditícios, haja vista o disposto nos artigos 84, inciso XXIV, 74, incisos I e II, e 165, § 6º, da Constituição Federal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal					
Síntese da providência adotada:					
<p>O demonstrativo elaborado anualmente pela SPE é composto por uma lista de 34 Programas e Fundos que oferecem diferentes benefícios para os setores agropecuário, produtivo e social. Após o fechamento dos balancetes patrimoniais dos Fundos e Programas, a SPE consolidou as informações financeiras para elaborar o Demonstrativo de benefícios financeiros e creditícios.</p> <p>Esta Secretaria realizou uma avaliação preliminar sobre o Fundo da Marinha Mercante – FMM, concentrada nos principais tópicos referentes à indústria naval, ao funcionamento do FMM e aos impactos econômicos gerados em função dos financiamentos concedidos pelo FMM.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Por meio do Ofício nº 72/SPE-MF, de 30 de março de 2010, a SPE encaminhou ao TCU o Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios em relação ao exercício de 2009;</p> <p>Por meio do Ofício nº 288/ SPE-MF, de 30 de dezembro de 2010, a SPE apresentou a avaliação preliminar do Fundo da Marinha Mercante (FMM), que é um fundo orçamentário destinado a prover recursos para o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>- Em relação à avaliação econômica do FMM, ainda se faz necessário obter informações detalhadas sobre a evolução dos projetos navais que se utilizaram dos financiamentos do FMM, com o objetivo de identificar o que realmente foi desenvolvido na indústria naval com o apoio financeiro do Fundo.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica					001987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	010.107/2007-8	1.690/2007	9.4	DE	Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica (SPE)					
Descrição da Deliberação:					
<p>9.4. Determinar à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda que encaminhe relatório anual, em meio eletrônico ou magnético, com recorte específico do Programa de Aceleração do Crescimento, até o dia 30 de março de cada ano, do qual constem:</p> <p>9.4.1. os valores dos subsídios creditícios e financeiros implícitos e explícitos ao orçamento, segundo critérios orçamentários e distributivos;</p> <p>9.4.2. avaliação do impacto na economia dos resultados dos projetos/empreendimentos e programas subsidiados, com a respectiva metodologia de cálculo utilizada.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal					
Síntese da providência adotada:					
<p>Encaminhou-se ao TCU, via Ofício nº 73/SPE-MF, de 30 de março de 2010, as Notas Técnicas nºs 17 e 18 /SPE-MF com, respectivamente: a avaliação dos impactos na economia dos projetos/empreendimentos do PAC que contaram com subsídios creditícios e financeiros implícitos; e o cálculo estimado destes subsídios.</p> <p>Posteriormente, em razão de informações adicionais referentes aos empréstimos das instituições financeiras fornecidas pelo TCU, o Ofício nº 93/SPE-MF, de 14 de abril de 2010, retificou as estimativas apresentadas na Nota Técnica nº 18/SPE-MF.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Em 2010, conforme deliberação conjunta do corpo técnico da SPE e do TCU (reunião realizada em 26 de fevereiro de 2010), pela primeira vez os valores estimados para o subsídio creditício e financeiro foram apresentados em termos de valor presente.</p> <p>Tendo por referência os valores desembolsados pelas instituições financeiras, em 2009 o subsídio estimado ao PAC somou R\$ 19,9 bilhões, distribuído da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Logística: R\$ 1,0 bilhão; - Energia: R\$ 16,6 bilhões; - Social-urbana: 2,3 bilhões. <p>Com base nos valores de empréstimos contratados junto às instituições financeiras, os subsídios ao PAC somaram R\$ 27,2 bilhões em 2009. A distribuição por eixo do PAC foi a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Logística: R\$ 2,4 bilhões; - Energia: R\$ 19,5 bilhões; - Social-urbana: 5,3 bilhões. <p>Com relação à avaliação do conjunto de empreendimentos, vale ressaltar sua importância contra-cíclica em 2009, ano marcado pelos efeitos da grave crise financeira internacional de fins de 2008 sobre a economia brasileira. A aceleração do PAC em 2009 contribuiu para a minimização da queda do investimento privado, reversão das expectativas pessimistas dos empresários decorrentes da intensidade da crise internacional, e retomada segura do nível de atividade confirmada ao longo do ano seguinte, 2010.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Fatores positivos que facilitaram a execução do trabalho em 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> - memória institucional adequada às exigências metodológicas do trabalho; - ampliação da equipe técnica responsável pela execução da tarefa. Em 2009 a Coordenação-Geral de Política Fiscal da SPE chegou a contar, em meados do ano, com apenas 2 servidores; o quantitativo em outubro foi ampliado para 5 servidores e assim mantido ao longo de 2010; 					

- reuniões técnicas periódicas realizadas com a equipe do TCU, não apenas durante a execução dos trabalhos, mas antes e depois da apresentação dos resultados.

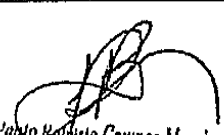
Dificuldades relacionadas ao atendimento às demandas do TCU:

- intempestividade e formatação inadequada no envio das informações das instituições financeiras à SPE;
- complexidade da tarefa por vezes dificulta a compreensão do real significado do cálculo dos subsídios. Saliente-se, a este respeito: tratar-se de estimativa ancorada em hipóteses acerca do comportamento de variáveis macroeconômicas no futuro e dos próprios fluxos dos empréstimos; e que a estimativa diz respeito ao custo implícito dos financiamentos para o Governo Federal diluído ao longo de todo o período de vigência dos empréstimos;
- como tornar mais precisa a avaliação dos milhares de projetos do PAC executados por Governos, empresas privadas e empresas estatais?

ANEXO II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO ÓRGÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
Secretaria de Política Econômica		170250	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	14 de fevereiro de 2011.
Contador Responsável	 Paulo Roberto Campos Moreira Coordenador da Coordenação de Análise Contábil COGEE/SPQ/SF/ST/1.1	CRC nº	011634/o-9 CRC - DF



Relatório de Gestão - 2010

Brasília – DF, 31 de março de 2011.

Ao Senhor Secretário de Política Econômica, para aprovação e providências.


Maria Marlene Almeida
Chefe de Gabinete

De acordo, encaminhe-se ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União, nesta data.


Márcio Holland de Brito
Secretário de Política Econômica